

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS

BRUNA BORGES

**QUERO SEGUIR VIAGEM SEM PAI NEM MÃE, NEM AMANTE TUTELAR: uma
etnografia sobre solteiras de classe média que moram sozinhas**

Manaus, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS

BRUNA BORGES

QUERO SEGUIR VIAGEM SEM PAI NEM MÃE, NEM AMANTE TUTELAR: uma etnografia sobre solteiras de classe média de Manaus que moram sozinhas

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Wiggers

Manaus, 2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Borges , Bruna
B732q Quero seguir viagem sem pai nem mãe, nem amante tutelar :
uma etnografia sobre solteiras de classe média que moram
sozinhas / Bruna Borges . 2023
158 f.: 31 cm.

Orientadora: Raquel Wiggers
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal
do Amazonas.

1. Solteiras. 2. Casa . 3. Família. 4. Classes médias. 5. Amazônia
. I. Wiggers, Raquel. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

*Às minhas filhas,
que vocês possam caminhar à frente do
que pude e do que milhares de mulheres
que me antecederam puderam. Que vocês
possam sustentar da vida aquilo que
desejarem. Vocês são o nosso legado...*

Agradecimentos

A conclusão desse trabalho não teria sido possível sem o apoio e cuidado daqueles que tem caminhado ao meu lado no decorrer destes últimos cinco anos. Sem dúvida, os afetos, as trocas e acolhimento foram fundamentais para superação dos momentos difíceis.

Agradeço à minha orientadora, Raquel Wiggers, pela acolhida em seu Núcleo de pesquisa e generosidade em me proporcionar um ambiente possível de familiarização com a Antropologia e troca sem a qual eu não teria chegado tão longe.

Agradeço aos professores do PPGAS/UFAM, por me permitirem, através das disciplinas, aprofundar o estudo e compreensão de diferentes formas de pensar e fazer Antropologia.

Agradeço à coordenação do PPGAS/UFAM, por todo apoio com relação à resolução de trâmites burocráticos e necessários ao longo desses anos.

Agradeço aos colegas de Núcleo: Violeta Salazar, colega e amiga, pelas trocas, pelo afeto e cuidado, tê-la encontrado nesse processo foi uma grata surpresa pois a partir dali não me senti tão só. Natã Souza, pelas trocas e diálogos ricos que me permitiram refletir e aprender mais sobre o fazer antropológico. Suas contribuições para execução deste trabalho foram essenciais.

Agradeço à FAPEAM, pelo financiamento por meio de bolsas de doutorado, apesar de todos os desmontes, da ausência de direitos trabalhistas e de reajustes nos valores das bolsas.

Agradeço às minhas interlocutoras, pela disposição e por me permitirem fazer parte de suas trajetórias ao longo desses anos.

Agradeço à banca, Márcia Regina Calderipe, Consuelena Lopes Leitão, Natã Souza e Sidney Antônio da Silva por terem aceitado participar da avaliação desse trabalho.

Agradeço aos meus amigos/irmãos Caio Corrêa, Rebeca Reis, Macaulay Abreu, Fabíola Vieira e Larissa Rezende por todo afeto e cuidado, por terem estado comigo durante todo esse percurso sendo aquilo que eu precisava nos mais diversos momentos. Vocês tornaram esse processo mais leve e feliz.

Agradeço à Marta Gomes por seu trabalho e dedicação para com minha família. Sem seu apoio não haveria possibilidade de eu sustentar projeto como este. Pelo amor e cuidado para com a Cecília nas incontáveis vezes em que precisei me ausentar enquanto escrevia. À você, toda minha gratidão.

Agradeço ao meu companheiro Matheus Paixão por ter me suportado e amparado diante dos desafios surgidos no decorrer do Doutorado, pandemia e maternidade. Seu amor e cuidado foram essenciais para que eu me sentisse segura em continuar.

Agradeço às minhas filhas que estiveram comigo durante essa jornada. Cecília, que foi gestada e parida durante a pandemia, foi meu respiro diante do caos. Grata por me permitir sentir o amor que até então eu desconhecia. Descobri contigo que há sempre um pouco mais de mim para ser entregue. Olívia, que foi gestada durante a produção final do texto, em meio ao desafio de concluir este trabalho até sua chegada. Grata por me ensinar que a vida é sempre possível e que ela é sempre mais do que nós.

RESUMO

Esta tese é resultado de um trabalho etnográfico que decorre tanto de uma experiência prática de pesquisa quanto de um processo reflexivo e teórico em torno dos eixos: solteirice feminina, família, casa e parentesco na Amazônia. Inicialmente, aborda a solteirice ancorada numa discussão de autonomia feminina, mas, no decorrer do trabalho de campo e escrita da tese, essa compreensão se expandiu para inclusão de questões familiares, de parentesco, relações de gênero e gerações. A solteirice e a autonomia feminina deixaram de ser temas centrais e o foco se deslocou de uma aproximação com a perspectiva feminista para uma análise antropológica que considera a solteirice também como uma questão dos estudos familiares com ênfase na manutenção dos vínculos familiares. Essa discussão culminou ainda na importância da categoria nativa “Casa” para compreensão da relação entre solteirice e família. Trata-se de uma etnografia na qual se pretende compreender a solteirice de mulheres que tem decidido sair ou já saíram da casa dos pais para morarem sozinhas sem nunca terem vivenciado uma união consensual ou casamento e quais as moralidades familiares circundantes a esse processo. O presente trabalho aborda a relação entre família, casamento e solteirice, com foco nessas mulheres solteiras de classe média na cidade de Manaus. Mulheres com acesso a lógicas particulares, que as aproximam de lógicas burguesas sobre casa, moradia e trabalho doméstico em uma região metropolitana muito particular que é a Amazônia. Ao olhar para esse grupo específico a presente tese visa contribuir oportunizando comparações entre as lógicas morais e organizações de famílias de classe média em contraposição com as lógicas morais e organizações de famílias e de mulheres de grupos populares. Por fim, esperamos que essa tese contribua para o debate sobre a solteirice na antropologia social, fornecendo novas perspectivas e reflexões sobre um tema cada vez mais relevante no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Solteiras; Casa; Família; Classes médias; Amazônia.

ABSTRACT

This thesis is the result of ethnographic work that arises both from a practical research experience and from a reflective and theoretical process around the axes: female singleness, family, home and kinship in the Amazon. Initially, it addresses singleness anchored in a discussion of female autonomy, but, during the fieldwork and writing of the thesis, this understanding expanded to include family issues, kinship, gender relations and generations. Singleness and female autonomy are no longer central themes and the focus has shifted from an approach to the feminist perspective to an anthropological analysis that also considers singleness as an issue in family studies with an emphasis on maintaining family ties. This discussion also culminated in the importance of the native category “Home” for understanding the relationship between singleness and family. This is an ethnography in which the aim is to understand the singleness of women who have decided to leave or have already left their parents' house to live alone without ever having experienced a consensual union or marriage and what are the family moralities surrounding this process. This work addresses the relationship between family, marriage and singleness, focusing on these single middle-class women in the city of Manaus. Women with access to particular logics, which bring them closer to bourgeois logics about home, housing and domestic work in a very particular metropolitan region that is the Amazon. By looking at this specific group, this thesis aims to contribute by providing opportunities for comparisons between the moral logics and organizations of middle-class families in contrast to the moral logics and organizations of families and women from popular groups. Finally, we hope that this thesis will contribute to the debate on singleness in social anthropology, providing new perspectives and reflections on an increasingly relevant topic in the contemporary world.

Keywords: Single; Home; Family; Middle classes; Amazon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 01 - CAMPO-EM-PROCESSO-DE-VIDA: OS MODOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.1 UM PARÊNTESE NECESSÁRIO: DA DISRUPÇÃO À REINVENÇÃO DA INTIMIDADE	33
CAPÍTULO 02 - SOBRE FAMÍLIAS, CASAMENTOS E SOLTEIRICES	42
2.1 AFINAL, DE QUE SOLTEIRICE, ENTÃO, ESTAMOS FALANDO?.....	71
CAPÍTULO 03 - TRAJETÓRIAS, CONTEXTOS E NARRATIVAS: O QUE DIZEM AS SOLTEIRAS SOBRE O MORAR SÓ.....	74
3.1 APROXIMAÇÕES E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TRAJETÓRIAS DE NOSSAS SOLTEIRAS...E CASADA(S)	116
CAP 04 - CASAS, DOMESTICIDADES E SOLTEIRICES	120
4.1 - UM PARÊNTESE SOBRE CASA E CLASSE SOCIAL	128
4.2 “QUEM CASA QUER CASA”, MAS QUEM NÃO CASA QUER O QUE?	134
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

Introdução

Neste trabalho, interesse-me em compreender as particularidades e tensões familiares envolvidas na decisão de mulheres solteiras de classe média manauara morarem sozinhas. Trata-se de uma etnografia na qual pretendo analisar as trajetórias destas que tem decidido sair ou já saíram da casa dos pais para morarem sozinhas sem nunca terem vivenciado uma união consensual ou casamento e quais as moralidades familiares circundantes a esse processo.

Proponho-me também a identificar como reciprocidade familiar e realização pessoal feminina são acionados ao narrarem suas trajetórias de saída de casa. As mulheres que compuseram parte do meu universo investigativo foram acessadas por fazerem parte de minhas redes de relações, circulavam em espaços compartilhados por mim, tanto em espaços profissionais como pessoais e tinham em comum também o fato de transitarem por espaços universitários e artísticos diversos, atravessadas por discursos de liberdade, autonomia, sexualidade, família e um certo nível de insatisfação ou queixa sobre suas relações familiares.

Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos quanto a “novas configurações familiares” e “arranjos domésticos”, incluindo o crescente número de pessoas vivendo sozinhas em todo o mundo, estamos interessados em olhar para esse processo para além de uma simples consequência da modernidade.

Nos estudos demográficos, o interesse pelo tema da família, no Brasil, concretiza-se a partir de uma revisão crítica das pesquisas de fecundidade no final da década de 60 e início dos anos 70, quando a unidade familiar começa a ser percebida enquanto cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo (Oliveira, 1981 apud Bruschini, 1990). A partir dessa reflexão científica, a reprodução da população, pensada em termos da reprodução da força de trabalho, começa a ser estudada em seus aspectos cotidianos, ao nível do grupo doméstico. Surge a demografia da família, definida como o estudo dos determinantes de tamanho e composição da unidade familiar e que abrange tanto aspectos demográficos (mortalidade, fecundidade, nupcialidade e migrações)

quanto os aspectos socioeconômicos, que atuam sobre a estrutura familiar através dos primeiros.

Segundo o Instituto Estatístico Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas morando sozinhas no Brasil quase dobrou nos últimos dez anos, saltando de 5,5 milhões para 9,9 milhões. A quantidade total de domicílios contabilizados passou de 53,3 milhões para 68,1 milhões e a participação dos chamados “arranjos unipessoais” — aqueles ocupados por apenas um morador — evoluiu de 10,4% para 14,6% dos domicílios contabilizados.

O censo demográfico de 2010 aponta que esses arranjos unipessoais são formados por *“jovens que deixaram a casa dos pais para mais tarde poder formar uma família com um cônjuge ou por pessoas que se divorciaram, que podem se casar novamente, viúvas e viúvos, e, finalmente, também por pessoas que viveram a maior parte de suas vidas sozinhas”* (IBGE, 2010). No que diz respeito ao gênero, as pessoas que vivem sozinhas estão na mesma proporção da população brasileira como um todo – 50,3% de mulheres e 49,7% de homens. Contudo, é possível constatar no documento diferenças significativas que chamam atenção para a faixa etária das pessoas vivendo sozinhas.

No passado, homens morando sozinhos predominavam na quase totalidade sobre as mulheres em domicílios unipessoais nos grupos jovens e adultos. Segundo dados gerais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na última década os homens com idade entre 15-29 anos morando sozinhos passaram de 2,2 milhões para 3,5 milhões, crescimento de 54,2%. No mesmo período, as mulheres com idade entre 15 anos - 29 anos morando sozinhas passaram de 2,3 milhões para 3,6 milhões, representando crescimento de 58,8% entre 2001 e 2009. Entretanto, a proporção predominante de mulheres vivendo sozinhas permanece na faixa dos 60 anos ou mais (52,6%), cerca de 40% são viúvas, enquanto as maiores concentrações masculinas se dão na faixa entre 25 e 59 anos.

Há, ainda, uma grande variação na concentração das unidades unipessoais por gênero se considerarmos separadamente as regiões do país. No Norte, a preponderância é masculina, com 64,5% dos casos. No Sul, é feminina: 57,1%. Os extremos estão nos Estados do Acre, com 66,5% de homens, e do Rio Grande do

Sul, com 58,5% de mulheres. Além disso, parece haver uma diferença expressiva entre zona urbana e zona rural, porém, não será meu foco de investigação.

Mesmo que haja, estatisticamente, um aumento significativo no número de mulheres morando sozinhas no âmbito Nacional, não há, por parte do levantamento demográfico, uma preocupação em identificar mais precisamente as diferenças dessas configurações domésticas. Há uma generalização do arranjo unipessoal, em que entraria tudo que não é um casamento ou união consensual. Tomo a liberdade de repetir o trecho do texto produzido pelo Censo 2010:

...esses arranjos unipessoais são formados por "jovens que deixaram a casa dos pais para mais tarde poder formar uma família com um cônjuge ou por pessoas que se divorciaram, que podem se casar novamente, viúvas e viúvos, e, finalmente, também por pessoas que viveram a maior parte de suas vidas sozinhas" (IBGE, 2010).

É possível perceber a referência ao casamento como sempre possível ou esperada para aqueles que ainda se encontram numa posição de solteirice, divórcio ou viuvez, apesar de "jovens que deixaram a casa dos pais" estar mais próximo daquilo que estou entendendo como interesse desse trabalho, precisarei desenvolver melhor meu argumento mais adiante.

Mesmo com as generalizações apresentadas no Censo, as diferenças regionais quanto a idade chama minha atenção, uma vez que o Amazonas é um dos estados em que o número de mulheres jovens vivendo sozinhas é muito inferior em comparação ao Sul do país. Penso que essas diferenças regionais podem apontar algumas moralidades importantes para compreensão dos percursos destas mulheres na tentativa/ou não de sair da casa da família.

Segundo Sarti (1997) no mundo contemporâneo vivemos mudanças, ocorridas também nos contextos familiares, como em nenhuma outra época, principalmente na perda de sentido de algumas tradições. Amor, casamento, família, sexualidade e trabalho, anteriormente vividos a partir de papéis previamente estabelecidos ou esperados, passam a ser concebidos também como parte de um projeto de individualidade ou realização pessoal.

Nesse sentido, entendemos que a partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento de projetos de realização pessoal, ou, mais

diretamente no interesse dessa pesquisa, espaço para o desenvolvimento de projetos de realização pessoal feminina, os papéis familiares se tornam, em alguma medida, conflitivos na sua forma tradicional. Dessa forma, queremos compreender como essas mulheres e suas famílias estão tentando compatibilizar o desejo por um projeto de individualidade e a reciprocidade familiar.

Parece-nos que estas não estão interessadas em sustentar tal empreendimento ao custo de uma ruptura dos laços familiares. Pelo contrário, há um interesse de que suas saídas da casa dos pais sejam reconhecidas ou negociadas a fim de manter alguns privilégios da vida familiar.

Através dessa etnografia busco contribuir com a produção de conhecimento na área dos estudos familiares e de gênero, além de evidenciar algumas características locais até então não estudadas no que se refere ao recorte desta pesquisa

No que diz respeito ao método, mais precisamente ao método etnográfico proposto nessa pesquisa, nos deparamos de imediato com a complexidade dele. Corroboramos com Peirano (2014) quando diz que o desenvolver da pesquisa depende muito mais da potencialidade de estranhamento, do incomum da experiência, da necessidade de examinar porque alguns eventos vividos ou observados nos surpreendem, do que da marcação de um momento certo para começar ou encerrar o trabalho. Tudo que nos afeta os sentidos é material de análise, não apenas dados, mas questionamentos e fontes de renovação. Para além de investigadores, a busca é por se tornar agente na etnografia ou, como a autora denomina: nativos/etnográficos. Identifico-me com a forma com que a referida autora descreve o processo de se tornar um agente na etnografia pois este trabalho só foi possível uma vez que me vi atravessada pela experiência e curiosidade ao “esbarrar” com essa questão e meu interesse foi se consolidando na medida que meu percurso e experiência pessoal traziam novas nuances sobre o tema até o ponto em que julguei possível torná-la objeto da presente pesquisa de doutorado.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentarei meu campo numa narrativa em que este se fez a partir do meu próprio percurso de vida e, conseqüentemente, de formação como antropóloga até meu encontro/aproximação/relação com as

interlocutoras destacando os processos de mudança que versaram essa produção. O intuito foi encontrar uma forma de evidenciar e dialogar diferentes trajetórias, a minha e de minhas interlocutoras, com teorias antropológicas contemporâneas estando o campo em constante transformação e atravessado por um período de crise sanitária mundial e disrupção dos modos de vida até então conhecidos. Para isso, recorri a ideia de campo-em-processo-de-vida apresentada por Damásio (2021) por me identificar com as questões apresentadas pela autora durante seu processo de escrita.

Assim como a referida autora, precisei pensar em uma forma em que narrar sendo próxima fosse possível já que meu percurso-de-vida não estava separado do percurso das minhas interlocutoras. Indagava-me como tecer e costurar os acontecimentos biográficos narrados por estar em meio a tantos processos de mudança e deslocamentos vividos, por todas nós, nesses últimos anos.

Ao me reconhecerem também como uma mulher que morava só descreviam seus próprios percursos e, na maioria dos casos, parecia haver um movimento por parte dos pais para que a saída fosse evitada ou adiada. Esse enredo parecia reforçado, segundo a fala dessas mesmas mulheres, por uma ideia familiar de que só deveriam sair de casa casadas e, se não casadas ao menos acompanhadas. Qualquer coisa para além disso, seria uma decisão precipitada, custosa, no sentido financeiro, ou desnecessária. Elas, frequentemente, narravam de forma muito próxima “vontade de morar sozinha” e “tensão familiar”.

Nesse sentido, esta pesquisa só foi possível de ser produzida na medida em que minha relação com minhas interlocutoras deixou de ser olhada ou apresentada como algo periférico para construção da etnografia e passou a ser a força motriz de um campo-em-processo-de-vida que privilegiava os encontros entre meu próprio percurso biográfico com o destas mulheres e as teorias antropológicas contemporâneas.

Meu interesse foi de perceber como eram elaboradas as estratégias de vida particulares, mesmo que estivéssemos nos deparando com padrões e regularidades, a experiência direta no campo nos mostrou que elas faziam leituras particulares de suas questões em função de suas próprias características. Dessa

forma, nossa análise pretendeu escapar de uma reificação da vida, especialmente na cidade, superando uma visão de estrutura social monolítica.

Ainda no primeiro capítulo, procurei colocar o foco dos refletores para o que normalmente se vive atrás do pano, as estratégias da pesquisadora, seus afetos, a forma como as angústias do processo foram acolhidas e incorporadas nesse. Na medida em que eu, pesquisadora, colocava-me a disposição de ouvi-las narrarem seus percursos, a forma como as interações eram produzidas ou como as perguntas foram feitas e como estas as respondiam sofriam alterações pela própria natureza da nossa relação, ora mais próximas, ora mais distantes, e na medida em que eu me apropriava com mais maturidade dos dados e da bibliografia especializada.

No segundo capítulo, sobre famílias, casamentos e solteirices, apresentaremos um delineamento do que nos interessa apresentar nesse trabalho acerca de tais categorias, família, casamento e solteiras, já que a apoiamos também num recorte de classe, mais especificamente de classes médias para amarrar nossas discussões sobre uma antropologia de família urbanas e moralidades.

Nos capítulos 02 e 04, quando elenco as tipologias para fazer recortes sobre casa, família e parentesco busco trabalhar o valor de domicílio, valores de herança com a transmissão da autoridade da casa, com os valores de casamento que, nesse estudo, estão muito relacionados a legitimidade de ter ou não Casa.

Busco também abordar as moralidades de classe média que baseiam essas relações entre Casa, parentesco, casamento e gênero.

A fim de produzirmos um trabalho implicado com as principais discussões teóricas que tem atravessado os estudos familiares e de gênero apresentaremos as principais contribuições sobre a temática, mas, nos concentraremos, como já dito, na ótica antropológica (FONSECA, 2004). Nosso esforço será de apresentar os dados empíricos amarrados às discussões antropológicas já existentes no âmbito dos estudos familiares, de gênero e da antropologia urbana, bem como evidenciar aquilo que encontramos de novo e contribuir para a produção teórica sobre a temática a nível local.

Privilegiamos ainda, uma discussão alicerçada principalmente nos estudos com influências feministas que trazem o gênero como um elemento chave para compreender as dinâmicas relacionais familiares e suas moralidades. Assim, buscamos apresentar nossas questões em diálogo com autores da comunidade antropológica que contribuíram e/ou continuam contribuindo através de suas produções e interesse pelos estudos de famílias. A partir destes, pudemos elaborar, tanto pelas contribuições quanto por aquilo que de forma inaugural se apresentou no campo, nossas categorias de análise.

Nos estudos de parentesco identificamos que as noções de celibato e solteirice presentes na literatura especializada se mostraram insuficientes para sustentação da discussão que apresentamos nesse trabalho. Assim, apresentarei os limites das contribuições daquilo que está posto nessas compreensões que tendem a ser generalistas e conservadoras, relegando, especialmente a mulher, uma atmosfera pejorativa, um lugar até certo ponto interditado para uma produção de vida afetiva ou respeitável.

Como meu foco está em manter a discussão em torno da família, busquei me manter amparada por etnografias sobre família, mas a bibliografia não deu conta de fazer uma relação direta com meus dados. Dessa forma, deparei-me então com uma outra categoria, a de pessoas que ficam solteiras por optarem/escolherem/decidirem em não se casar mesmo sendo preferenciais ao casamento e mais ainda, não as consideramos celibatárias e nem se encaixam nas descrições teóricas sobre celibato que, na maioria das vezes, colocam solteirice e celibato como sinônimos (Grossi, Bourdieu etc.). Entendemos que nessa solteirice, apesar de marcada pela recusa do casamento, são produzidos constantes fluxos afetivos, cabe, nessa experiência de solteirice a vivência de envolvimento amorosos, namoros, relações estáveis, mas não judicializadas ou reconhecidas, vida sexual ativa, uma certa autonomia em como narrar essas relações para além daquilo que está posto como uma 'norma social'.

Percebemos também que a opção de não se casar aparece de múltiplas formas e pode ser transitória ou não, mas mantém em comum o fato de ser, ainda

que de forma diferente, mediado ou interditado pelos ideais familiares - valores familiares ou projeto de família - aqui entendidos como sinônimos.

É notório que o tempo todo esbarramos numa certa tensão na tentativa de compatibilização entre projeto pessoal feminino e moral familiar. Estar casada ou estar solteira é facilmente convertido a com quem estar casada ou como estar solteira. Parece-nos que nenhuma destas condições pode ocorrer, à luz de um estudo sobre famílias, sem que ocorra um certo tipo de negociação ou consentimento familiar. Dessa forma, apresentaremos tipologias me ajudam a pensar em como minhas interlocutoras têm produzido noções de solteirice entre mulheres que me fazem confrontar uma discussão sobre "casamento e solteirice", a partir de uma bibliografia que busca pensar sobre as posições/papéis de solteiras, nas relações de família e gênero.

Para escrita do terceiro capítulo, trajetórias, contextos e narrativas: o que dizem as solteiras sobre o morar só, me inspirei em etnografias que abordam as noções de trajetória e/ou história de vida como forma de apresentação dos dados, mas, para além disso, busquei inspiração em formas heterogêneas de apresentação destes. Nesse sentido, o trabalho realizado por Olivar (2013), me ajudou a olhar para as diferentes posições que ocupamos no processo de aproximação com as protagonistas de nossas reflexões.

Tentei dar continuidade a uma narrativa, ao longo de todo o trabalho, em que o campo se produz na interseção do meu próprio percurso com as diferentes trajetórias das minhas interlocutoras. Estas, por dialogarem ora mais próximas ora mais distantes de uma atmosfera relacional possibilitaram meu acesso a seus universos significativos e, enquanto uma ouvinte privilegiada, posso contar suas histórias.

Meu esforço foi de apresentar o delicado processo de bricolagem em que diferentes temporalidades, situações, aproximações ou afastamentos, ou seja - as diversas formas de me relacionar com essas mulheres - vieram a produzir diferentes tipos de possibilidades narrativas que, a princípio, não necessariamente dialogam ou falam exatamente do mesmo lugar ou sobre a mesma perspectiva da questão que lhes é comum - a solteirice.

Apesar de cada uma se relacionar de forma muito particular com essas questões e serem atravessadas por possibilidades também diferentes, há algo que parece se repetir em torno de um certo ganho ou perda ao sair/ficar na casa dos pais.

Parece existir ainda, por parte das mulheres que escolheram sair, uma assimilação e apropriação da vida doméstica um tanto diferente daquela imaginada. Ser dona de uma casa parece abrir um horizonte de novas percepções sobre trabalho doméstico, relação com o espaço, privacidade, autonomia, sexualidade. Mas não só, passam a produzir uma série de novos significados, diferentes daqueles aprendidos em suas famílias, sobre a própria “estética” de uma casa - arrumação, cores, estilo das coisas que decidem ter ou dos presentes que aceitam ou não, plantas, animais domésticos.

No quarto e último capítulo, apresentarei uma revisão em torno da ideia de Casa presente na bibliografia especializada, onde diversos autores se ocuparam nas últimas décadas, nos estudos de família e parentesco, em descrever uma certa ideia ou significado sobre Casa. Quero com isso recuperar essa discussão e, a partir de suas contribuições, compreender de que forma estas se aproximam ou não do universo da minha pesquisa. Meu esforço será o de pensar de que forma a ideia de Casa pode ser compreendida como um operador-chave na constituição dos processos relacionais que envolvem família e classe média manauara dentro de um projeto de realização pessoal feminina.

Apesar dessa noção aparecer desde o início do campo, eu não podia imaginar a força que tomaria enquanto um operador chave para compreensão da trajetória de minhas interlocutoras. Na medida em que seus percursos foram sendo vividos e acompanhados por mim, fui percebendo que essa noção ia se movimentando também. Gostaria de evidenciar a forma como Casa foi desenhando para minhas interlocutoras nos últimos anos e como esse processo nos permite visualizar diferentes significados e formas de se relacionar com essa noção ao longo da pesquisa.

Abordarei ainda dois aspectos que julgo ainda serem necessários para sustentação desse trabalho. A questão da classe: apesar de nem todas as minhas

interlocutoras se falarem sobre classe enquanto um aspecto de autorreferência, estão inseridas em um universo intelectualizado e de privilégios materiais que as colocam numa condição de possibilidade de, apesar de estarmos evidenciando que o aspecto financeiro não aparece enquanto um norteador das decisões e queixas dessas mulheres, não posso deixar de inserir essa discussão nesse trabalho. E ser dona da casa: que me parece um importante articulador que confere poder a essas mulheres, principalmente com relação ao espaço doméstico, uma vez que são elas que estabelecem as próprias condições de existência nesses espaços e em suas relações e decidem como e quando lidar com as demandas cotidianas da casa.

Por fim, gostaria de evidenciar que esse trabalho só foi possível graças ao processo de amadurecimento intelectual e discussões oportunizadas a partir do conjunto de produções e estudos desenvolvidos no Azulilás - Núcleo de Estudos Interdisciplinares em gênero, família, conflitos e sexualidade, coordenado por Raquel Wiggers desde 2009 no Departamento de Antropologia da UFAM, grupo que me acolheu ao ingressar no Doutorado, no ano de 2018. Além disso, o percurso de doutoramento e o contato direto, através do cumprimento de créditos, com outras disciplinas e teorias antropológicas se fizeram fundamentais para que eu pudesse desenvolver um pensamento antropológico mais claro e consistente a fim de concluir essa pesquisa.

Capítulo 01 - Campo-em-processo-de-vida: os modos de construção da pesquisa

Tal como a vida, o campo é extremamente experimental, cotidiano e artesanal (Ingold, 2015)

Início esse capítulo dizendo que levei mais tempo do que gostaria em todo o percurso do doutoramento para descobrir como transformar a experiência do campo em texto. Como construir uma narrativa que desse conta daquilo que me foi caro no decorrer desses últimos anos? Mais do que isso, como dialogar diferentes trajetórias, a minha e de minhas interlocutoras, com teorias antropológicas contemporâneas estando o campo em constante transformação e atravessado por um período de crise sanitária mundial e disrupção dos modos de vida até então conhecidos?

Seguindo o conselho de Bourdieu (2006) que, em seu texto *A ilusão biográfica*, afirma que *“Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrola”*, pretendo tecer uma narrativa em que o campo se produz a partir do meu próprio percurso de vida e, conseqüentemente, de formação como antropóloga até meu encontro/aproximação/relação com as interlocutoras destacando os processos de mudança que versaram essa produção.

Para isso, recorri a ideia de campo-em-processo-de-vida apresentada por Damásio (2021) por me identificar com as questões apresentadas pela autora durante seu processo de escrita. Ela pontua que nossas questões são prolíficas para pensar os atravessamentos entre viver, fazer e escrever na antropologia. Em um ensaio produzido a partir do seu trabalho de campo realizado em Canto do Buriti-PI durante 2019 privilegiou pensar questões que envolviam narrar suas interlocutoras sendo estas suas parentes.

Primeiramente, a autora se aproxima de discussões que concernem em lidar com a proximidade para com quem pesquisa; em seguida aborda o papel de antropóloga como narradora da própria família; versa por discussões sobre métodos coloniais de pesquisa e possíveis descolonizações desses mesmos métodos; por

fim, considera como os modos de fazer antropologia não são "unos" em contexto nacional.

Com relação ao campo, ainda faz uma reflexão sobre o pós campo ser uma continuação do seu trabalho realizado em Canto do Buriti. *"Ao voltar para Brasília percebi que minhas parentes continuariam sendo fontes inesgotáveis de reflexões, contribuições e análises para a pesquisa"*. O campo, nesse sentido, não se encerrava com o tempo arbitrário e geográfico, pelo contrário, é um-campo-em-processo-de-vida. Assim como Damásio, precisei pensar em uma forma em que narrar sendo próxima fosse possível já que meu percurso-de-vida não estava separado do percurso das minhas interlocutoras. Indagava-me como tecer e costurar os acontecimentos biográficos narrados por estar em meio a tantos processos de mudança e deslocamentos vividos, por todas nós, nesses últimos anos.

Nesse sentido, ousou dizer que o trabalho de campo dessa pesquisa foi resultado de um processo delicado de bricolagem em que diferentes temporalidades, situações, espaços, meios de comunicação, formas de se relacionar com estas mulheres (ora muito próxima ora distante) acabaram produzindo diferentes tipos de narrativas e de situações, que, por vezes, lançaram-me a uma sensação de impotência diante dos dados. Tudo isso influenciou diretamente minha forma de narrar. *"Escrever pode ser inúmeras coisas e não é por ser muitas coisas que ela não é coisa alguma"* (Damásio, 2021 pg).

O doutoramento em Antropologia, iniciado em 2018, produziu uma série de efeitos sobre aquilo que eu vinha pensando e construindo no decorrer da minha trajetória sobre "fazer pesquisa de campo". Ao longo da minha formação, em Psicologia, o campo que me foi apresentado estava, geralmente, atrelado a uma demarcação concreta que caracterizava o eu e o outro como coisas distintas e, por tanto, possível de ser apreendido. Eu, enquanto sujeito e, o outro, enquanto objeto. Para ser campo precisava existir, além de uma distância social, uma distância psicológica, uma diferença inquestionável. O campo estava sempre situado, era um lugar fixado.

Fazer uma etnografia inaugurou para mim a possibilidade de ressignificação de tais fronteiras, se é que existam assim, de forma concreta e objetiva. Mas, ainda que fosse possível experienciar o campo num dinâmica relacional, parecia que eu estava me deparando com um certo desafio em propor essa prática tão próxima da minha experiência pessoal, uma vez que eu não via uma diferença radical entre as interlocutoras e eu, pelo contrário, sempre me pareceu que os contornos do estudo só foram possíveis pelas nossas semelhanças e até mesmo por identificações ou pelo imaginário destas para comigo.

Fonseca (1989), em seu estudo sobre solteironas francesas, “de fino trato”, mulheres nunca casadas da pequena e média burguesia nascidas entre 1899 e 1910, destaca que o assunto da solteirice lhe surgiu ao alugar, como alojamento estudantil parisiense, umas peças na casa de três irmãs, senhoras, solteiras, as três com 70 anos ou mais. A solteirice delas a intrigava, ainda mais por constatar que quase todos os seus conhecidos tinham alguma tia solteirona que desempenhava alguma função no grupo de parentela. Inicialmente, a autora se aprofundou no tema classe/família, na história e na antropologia, posteriormente, optou por fazer história oral com as próprias interlocutoras a fim de tentar reconstruir o universo simbólico no qual estavam se movendo e fazendo opções no início deste século.

A forma como Fonseca construiu sua investigação em torno da solteirice para além daquilo que estava sendo dito como mera consequência da guerra e como teceu suas narrativas me toca na medida em que me deparei, ao pensar o presente estudo, com ideias generalistas na bibliografia especializada em torno do “ser solteira” e “morar sozinha” como mera consequência da modernidade ou prescrição familiar. Apesar disso, e da distância de quatro décadas de um estudo para o outro, acredito que só foi possível desenvolvermos nossas investigações por termos sido atravessadas, num cotidiano de vida, por relações próximas com mulheres que nos possibilitaram acesso a um ponto de vista privilegiado para pensar questões amarradas a estudos de família e de classe e não como meras consequências de contextos históricos específicos.

Grossi (1992), ao abordar questões relativas ao trabalho de campo nos brinda com uma importante discussão sobre pensar a subjetividade como

constitutiva do trabalho de campo, pontuando a importância da inserção das mulheres no campo antropológico para revalorização da experiência subjetiva no contato com o outro, revalorização que aparece ligada ao questionamento dos paradigmas da Antropologia feito tanto pelos Pós-Modernos quanto por algumas antropólogas feministas, especialmente, norte-americanas (Strathern: 1987), que se propõem a repensar a relação sujeito/objeto a partir da ótica das relações de gênero.

A autora evidencia que com o relativismo se aceita que a Antropologia foi, por muito tempo, etnocêntrica. Com a inserção das mulheres se descobre também que a Antropologia era androcêntrica. Margareth Mead, Ruth Benedict entre outras, serão as primeiras a pensar as culturas não apenas do ponto de vista dos homens, mas também das mulheres. Nesse contexto, por exemplo, Anette Weiner (1983), em sua incursão às Ilhas Trobriandesas descobre, ao escutar e observar mulheres, que há uma troca tão importante quanto o Kula, descoberto por Malinowski, o *Data*, ligada às cerimônias de vida e morte. Malinowski não teria visto nada disso por não ter acesso ao universo feminino.

Nesse sentido, gostaria de situar o leitor quanto ao meu lugar de fala, como caminhei até chegar aqui e me propus a falar sobre a experiência de mulheres solteiras de Manaus e seus percursos de saída ou não da casa dos pais e como me constituo nessas relações.

Cheguei em Manaus em 2013 vinda do interior do Rio Grande do Sul. Sou uma mulher branca do Sul do país que mora em Manaus há quase dez anos. Aos 16 anos saí de casa para fazer faculdade em uma cidade vizinha, cerca de 75 km de distância. Naquele momento, minha família julgou mais seguro eu morar sozinha naquela cidade ao invés de pegar transporte diariamente para chegar até a Universidade. Minha saída de casa foi por uma via considerada não só aceitável como desejável, afinal, o objetivo era considerado por estes como digno. Enquanto viabilizavam minha moradia na cidade em que eu viria a estudar, deram-se conta de que eu estaria morando sozinha e, portanto, poderia levar meu namorado (não aceito pela família) para lá sem que eles soubessem ou pudessem fazer algo a respeito.

A época, não fui incluída nas conversas familiares sobre minha mudança e muito menos nas decisões. O que eu sabia era que moraria num apartamento localizado próximo ao ponto de sociabilidade estudantil, de fácil localização para transporte público e deslocamento até a universidade. Pouco tempo depois soube que os planos haviam mudado. Eu viria a morar em uma espécie de pensionato estudantil para moças "solteiras" que iam das cidades vizinhas/interioranas estudar em Passo Fundo. O pensionato ficava localizado em anexo a uma conhecida e tradicional escola católica. Para piorar, o pensionato era administrado por freiras que também viviam ali e seus quartos ficavam espalhados entre os quartos das jovens. Não podíamos receber visitas que não fossem "da família", e essas visitas só podiam acontecer em uma sala pouco acolhedora próxima da recepção. É claro que logo aprendi com as moças que já moraram ali que os namorados acabavam entrando como primos, mas somente no espaço previamente determinado.

Ninguém saía ou entrava após 22h. Nossos quartos eram constantemente "visitados" a fim de constatar que não havíamos levado algo "impróprio" ou infringido alguma regra. Se houvesse um secador de cabelo que não estava na lista de pertences inicialmente passados para a "Irmã", havia uma taxa mensal para continuar com o item. Sempre havia algo a ser pago a mais no final do mês. As reclamações das moças nas áreas de convivência em comum eram diversas: pertences que sumiam dos quartos, cobranças de taxas de itens pouco utilizados, calcinhas que sumiam dos varais por serem consideradas "impróprias". Recordo de perder o ônibus no retorno da faculdade e as freiras não me deixarem entrar por ter passado de 22h, nessa noite, dormi num hotel.

Morei 02 anos e meio nesse pensionato. Meu relacionamento resistia apesar da minha família e das freiras. Dizia para as freiras que ia para casa no final de semana e para minha família que ficaria no pensionato. Quando dava certo, eu conseguia passar um tempo com meu namorado. Quando não dava, eu era ameaçada de ter que voltar para casa. Em uma dessas situações, decidi sair do pensionato e morar com meu namorado. Foi a primeira vez que ele entrou naquele lugar, meu "primo" fôra me ajudar com a mudança. Minha família ficou sabendo da mudança pelas freiras quando enviaram o último boleto, provavelmente com alguma

taxa de mudança. Essa saída de casa que era, na verdade, a saída do pensionato gerou uma grande tensão familiar que perdurou alguns anos, sempre existiu um mal-estar sobre a forma como eu havia saído de casa.

Voltando à 2013, Manaus surgiu como uma possibilidade de moradia para meu namorado da época em decorrência de seu trabalho, eu viria o acompanhando já que morávamos juntos. Não havia nada aqui que, inicialmente, atravessasse meu percurso profissional ou pessoal diretamente, apenas a curiosidade de como seria morar num lugar fora do meu estado.

Completamente alheia a todas as questões sociais do Amazonas, eu pouco sabia sobre este lugar que viria a ser minha casa nos últimos nove anos. Enquanto meu parceiro da época se ocupava de seu trabalho, eu me ocupava de descobrir um pouco mais sobre a cidade, circulava em diferentes espaços, tentava entender as diferenças, identificar semelhanças, absorver a culinária, o vocabulário, a gíria...Em algum momento decidi me aproximar do ambiente acadêmico e me inscrevi para Mestrado em Psicologia (UFAM) na linha de pesquisa: Processos Psicológicos e Saúde, onde investigam-se processos psicológicos relacionados à saúde e qualidade de vida que focalizam principalmente temáticas ligadas à prevenção e promoção, ao prazer e sofrimento, a avaliação cognitiva, ao controle emocional, às práticas terapêuticas e políticas públicas.

Escolhi trabalhar com cuidado domiciliar na Estratégia Saúde da Família, Atenção Primária do Sistema Único de Saúde, especificamente, com os cuidados ofertados pela equipe médica aos sujeitos que viviam com Diabetes Mellitus II. Passei quase um ano acompanhando a rotina de uma equipe em suas práticas de cuidado ofertadas a esses sujeitos, em sua maioria idosos que tinham agravos em suas condições de saúde e isso os impedia de se deslocarem até os serviços de saúde, além das dificuldades socioeconômicas presentes nas possibilidades de cuidado familiar disponibilizadas a esses sujeitos.

Essa vivência cotidiana se deu num bairro de Manaus chamado pelos moradores e profissionais de saúde de “pico das águas”. Eu passava dois dias da semana fazendo visitas domiciliares e acompanhando famílias e suas práticas de

cuidado domésticas. Foi através dessa vivência que meu interesse pelo universo familiar, principalmente, por aquilo que não chegava no serviço de saúde, no cuidado institucional, ou por aquilo que deixávamos de ver durante um atendimento fora do espaço significativo de vida dos sujeitos, surgiu. A clínica feita dentro da unidade básica de saúde não fazia muito sentido para as famílias já que construíam suas próprias estratégias e interpretações sobre cuidado. Eu gostava de ver e ouvir as famílias cotidianamente lidando com suas vidas e os processos de cuidado/conflitos.

Recordo de um senhor que eu visitava, na maioria das vezes sem a equipe da UBS, ele era narrado como um “paciente difícil” pois não tomava a medicação prescrita para Diabetes II e Hipertensão. Morava sozinho em um quarto alugado, sua casa se resumia a uma cama, uma pia, uma TV, duas cadeiras de plástico e uma pequena mesa que ficava encostada na parede com alguns mantimentos, além de um pequeno freezer. Sempre que eu chegava em sua casa pedia que eu lesse o jornal para ele. Apesar da visão já prejudicada pelo descontrole do Diabetes entre outros agravos se negava a fazer uso da medicação. Dizia que aquilo não prestava, que remédio bom era a água com beringela que tomava todas as manhãs.

Em uma das minhas visitas o percebi triste, disse que não poderia mais continuar morando sozinho e que as filhas estavam brigando entre si pois não queriam ficar com a responsabilidade de cuidá-lo diariamente. Nesse mesmo dia, após um tempo em silêncio, me disse que “essas doenças” eram um castigo, que ele já havia feito mal a muitas pessoas. Questionei o que ele queria dizer com “ter feito mal”, já esperando que fosse algo muito sério, contou então que trabalhou por algum tempo como atendente de “farmácia de bairro” e que sempre vendia medicamento para mulheres fazerem aborto, tinha certeza de que Deus o estava castigando por isso.

Alguns dias após essa visita voltei ao seu endereço, mas nunca mais o encontrei. Os vizinhos disseram que uma das filhas o havia levado e não consegui mais contatá-lo. Ao trazer esse relato para meu orientador na época fui aconselhada a descartar o caso. Insisti para que ele seguisse como meu interlocutor, mas meu

orientador justificou que ele não fazia mais parte do território da minha pesquisa, afinal, deixara de ser morador da área e atendido pela equipe da UBS.

Nesse período, busquei na Antropologia uma aliada, precisava saber o que fazer com tudo aquilo que estava posto no cotidiano de vida das pessoas e que eu não sabia como descrever ou apresentar/compreender de uma forma que fosse aceita como importante já que minha formação em Psicologia por vezes se antecipava numa patologização dos processos de vida ou descartava aquilo que não tinha um potencial diagnóstico. De todo modo, o que eu sabia parecia insuficiente ou pouco justo com a experiência da vida cotidiana que se apresentava, queria poder incorporar esses sujeitos “ditos como difíceis” na minha trajetória de campo. Aquilo que não foi possível a anos atrás honro aqui, nesse breve relato mencionado acima.

Cursei, no primeiro semestre de 2015, como aluna especial no PPGAS/UFAM uma disciplina chamada “Antropología Aplicada y Etnografías de la Intervención” com o professor José Basini, onde pude conhecer um pouco mais sobre as ideias em torno do trabalho de campo e intervenção social, refletir sobre a entrada no campo, vínculo e principalmente sobre estéticas e intervenções na Amazônia Brasileira. Adotei não só o diário de campo como também o desejo por migrar, num futuro, para a Antropologia, ficava claro que minha formação não era suficiente e que a possibilidade de inserção do horizonte antropológico numa pesquisa em psicologia era pouco aceita.

Em paralelo a isso, minhas relações na universidade frutificavam, sentia-me cada vez mais confortável para estar nesse lugar que tanto me ensinava sobre alteridades. Até que, num determinado momento nesse processo-de-vida, meu parceiro da época me comunicou que “iríamos” voltar para o Rio Grande do Sul, que não havia se adaptado e que gostaria de retornar para seu estado e dar prosseguimento aos seus projetos de “casa”. Decidi romper com a relação e ficar. Não estava disposta a negociar um projeto de formação que vinha se consolidando como um percurso meu.

Foi então que minha relação solo com Manaus iniciou e os contornos do que viria a se tornar o campo da presente etnografia foi emergindo. Naturalmente, a medida em que eu transitava pela cidade como uma mulher solteira que morava sozinha, passei a ter mais contato com mulheres solteiras “daqui”¹ e fui percebendo, ao passo em que nos relacionávamos, um certo imaginário por parte destas sobre esse “status” de morar sozinha. Tinha a impressão de que elas, frequentemente, narravam de forma muito próxima “vontade de morar sozinha” e “tensão familiar”.

Percebia-me muito curiosa sempre que “esse assunto” surgia. Talvez eu tenha me deparado com aquilo que Peirano (2014) denominou de instinto etnográfico e DaMatta (1978) de *antropological blues*, mas até aquele momento eu não sabia o que isso significava. Escutava recorrentemente algo que parecia ser uma questão para esse grupo em específico e acabou se tornando uma questão para mim também. Elas não narravam seus percursos aleatoriamente. Eu era percebida por estas como uma mulher que morava só. Uma mulher solteira que havia “deixado pai e mãe” não pela via do casamento ou união consensual, mas isso dizia respeito a um imaginário destas para comigo pois no momento do nosso contato eu era de fato uma mulher solteira que morava só, entretanto, elas não tinham contato com minha história pregressa.

A subjetividade que nos leva a repensar a produção do conhecimento antropológico vai além do que pensar no “ponto de vista da outra”. Strathern (1987), ao analisar o desenvolvimento da Antropologia Americana pós 68 aponta para o fato de que foram as mulheres que trouxeram para o campo da antropologia as questões relativas à relação sujeito/objeto por suas próprias “implicações” enquanto mulheres investigando mulheres.

Na universidade, como professora, alunas demonstravam interesse pela minha vida pessoal ao constatarem que eu não era casada e nem vivia com meus pais. Constantemente era abordada para saber “se eu morava sozinha” e/ou “como

¹ Referência a Wiggers (2006) que em sua etnografia trabalha com “daqui” e “de fora” como uma autoidentificação que tem como base a pertença ao lugar. Uma ancoragem local. Ao considerar casa, família e parentesco a composição do ser “daqui” torna-se mais complexa e completa.

eu tinha vindo parar aqui”. No consultório, como Psicóloga, essa questão de morar sozinha chegava pela fala de algumas pacientes evidenciando conflitos familiares e uma certa angústia, muitas vezes, atrelada a uma ideia de impossibilidade de saída da casa dos pais. Também na minha circulação pela cidade, em bares, reuniões de amigos, conversas informais, eu tinha a impressão de estar sempre me deparando com “histórias” que se cruzavam em algum detalhe, apesar de, algumas vezes, parecerem peculiares, principalmente quando evidenciavam algo de uma sexualidade não heteronormativa.

Nesse sentido, ao me reconhecerem também como uma mulher que morava só descreviam seus próprios percursos e, na maioria dos casos, parecia haver um movimento por parte dos pais para que a saída fosse evitada ou adiada. Esse enredo parecia reforçado, segundo a fala dessas mesmas mulheres, por uma ideia familiar de que só deveriam sair de casa casadas e, se não casadas ao menos acompanhadas. Qualquer coisa para além disso, seria uma decisão precipitada, custosa, no sentido financeiro, ou desnecessária.

Velho (2013), ao pensar a partir de pesquisas em contextos urbanos, discute que a qualidade dessas dependem de certa flexibilidade metodológica. Não seria possível, em nome da “tradição” antropológica estudar mulheres solteiras das camadas médias como se constituíssem um grupo fechado, homogêneo ou total, possíveis de serem isoladas dos diversos e complexos fatores sociais que atravessam suas experiências, possibilidades e desejos. No que concerne a questões familiares, por exemplo, esta só existe através de um código, de uma linguagem de papéis, status etc., que são culturalmente elaborados e, geralmente, analisados amarrados em algumas categorias recorrentes.

O autor ainda propõe o conceito de *white-collar* como adequado para situar o objeto de investigação, colocando o universo da pesquisa como parte de um estrato social específico que não se esgota nesse, pelo contrário, relaciona-se, das mais diversas formas, com outros estratos sociais, em situação de superioridade, igualdade, inferioridade, subordinação, em diversos níveis e domínios da vida social - econômico, político, cultural, ideológico, entre outros. Desse modo, consideramos importante pensar teoricamente e metodologicamente o estudo das sociedades

complexas, e, principalmente, a vida cotidiana nos países subdesenvolvidos. Campo vasto para investigações antropológicas que almejem contribuir com a compreensão da cultura e os códigos de comunicação por ela disseminados, que são múltiplos e atualizados por atividades cotidianas e, sobretudo, construídos na prática.

Outro aspecto que, inicialmente, chamava minha atenção era a questão financeira. Esta não parecia ser um impeditivo para que essas mulheres saíssem de casa já que desempenhavam atividades remuneradas e falavam eventualmente sobre "ter seu próprio dinheiro". A não saída da casa dos pais parecia estar atrelada mais a aspectos simbólicos e afetivos.

Com o passar do tempo, esse "fato" foi adquirindo um corpo mais denso de indagações, "deixando" de ser um fato social, para se tornar um fato etnográfico (Evans Pritchard, 1950). Assim como Velho (2003), *"transformei parte significativa de minha rede de relações sociais em objeto de pesquisa, em um movimento um tanto heterodoxo para os padrões tradicionais da antropologia. Portanto, eu já possuía um tipo de conhecimento e de informação apreciável sobre parte do trabalho que me propus investigar"*.

Já no Doutorado, outras questões foram aparecendo. O que representava para estas morarem sozinhas? A perspectiva destas mulheres ao pensar sobre uma "mulher que morava sozinha", parecia remeter a certa autonomia feminina, entretanto, evidenciava também certas vantagens em permanecerem morando com a família.

Quais as moralidades circundantes nessa possibilidade de sair ou não de casa sendo uma mulher solteira? A impressão que tive era de que a narrativa dos pais, principalmente da mãe, em torno do que esperavam dessas filhas moldava aquilo que parecia possível, não sem conflito, transgredir ou não da moral familiar. A importância do casamento parecia dizer um tanto da trajetória dessas mães que, em sua maioria, não só saíram casadas, como permaneciam nesses casamentos e acionavam suas saídas da casa dos pais como argumento para que a saída das filhas sem um projeto compartilhado fosse evitada.

Anchieta, sempre que tentava falar com a mãe sobre morar sozinha, era recebida com a seguinte frase que já encerrava qualquer possibilidade de diálogo: *“Eu só saí casada”*. Ela ainda tentava argumentar pela via das diferenças entre ambas: *“mas a senhora tinha 23 anos e eu tenho 32”*, tal esforço produzia pouco movimento. Anchieta saiu de casa à revelia, com 33 anos. A mãe tomou conhecimento quando o contrato de locação do imóvel já estava assinado.

Posteriormente, após revisitar os diários de campo e as entrevistas senti necessidade de incluir uma outra questão: Afinal, o que estas mulheres estavam reivindicando quando decidiam por viver esse momento de saída da casa dos pais e ter a própria casa sem que o casamento ou união consensual fosse a via de regra para tal realização? Minha impressão era de que a reivindicação das interlocutoras acabava sendo o palco de importantes negociações entre realização pessoal feminina e reciprocidade familiar.

As mulheres que compuseram parte do meu universo investigativo foram acessadas por fazerem parte de minhas redes de relações, circulavam em espaços compartilhados por mim, tanto em espaços profissionais como pessoais e tinham em comum também o fato de transitarem por espaços universitários e artísticos diversos, atravessadas por discursos de liberdade, autonomia, sexualidade, família e um certo nível de insatisfação ou queixa sobre suas relações familiares. Estas mais ligadas a uma família nuclear, mas não só, como evidenciarei mais adiante.

Em diferentes momentos encontrei com estas, por vezes munida de gravador ou caderneta e em outros momentos só estive a disposição para uma extensa e boa conversação. Esses encontros também ocorreram em diferentes circunstâncias e lugares (festas, cafeterias, bares, livrarias, em suas casas, na minha casa, por whatsApp, por carta).

“Olha, eu prefiro conversar fora de casa, não importa o lugar, só não me sinto confortável em falar sobre isso aqui em casa (L)”;

“Prefiro não correr o risco de alguém aqui de casa ouvir eu falando sobre minha vontade de sair de casa, podemos nos encontrar num café? (C)”;

“Vem aqui em casa, é de boa, chego do trabalho 19h (Eva)”;

“Me sinto meio culpada de falar essas coisas aqui dentro, parece que eu to sendo ingrata (A) “.

“Eu moro bem ali, vamos lá que eu te conto como foi a minha saga (Anchieta)“;

“Amiga, posso te mandar uma carta? (Ruth)² “

A fala dessas, exemplifica um pouco da maleabilidade com que o campo foi sendo feito. Havia, quando estas ainda moravam com os pais um certo receio em me receberem ou de serem ouvidas, nossos encontros se davam pela cidade, onde fosse possível. Por outro lado, as interlocutoras que já haviam saído da casa dos pais priorizavam suas casas como lócus de encontro e sociabilidade e falavam abertamente sobre suas trajetórias e conflitos familiares. Eu sentia que as mulheres que ainda moravam com seus pais em algum momento de nossas conversas tentavam evidenciar aspectos positivos da família e tentavam justificar as queixas a fim de não expor a família a uma espécie de julgamento que eu pudesse vir a ter sobre eles. Já as mulheres que moravam sozinhas não pareciam ver problema em falar das dificuldades de convivências, principalmente com as mães.

Esses encontros, ora públicos, ora privados, moldavam o tom das nossas conversas. Quando se dava em espaços com circulação de pessoas, como em festas, cafeterias, bares, por exemplo, havia a preocupação de que aquilo que estava sendo dito não fosse ouvido, as falas eram mais contidas, falavam mais baixo, a menos que pudéssemos nos afastar do “risco” de alguém/alguém-conhecido ouvir e querer participar. Essas conversas, por vezes, eram interrompidas e retomadas numa constante de *“onde foi que eu parei?”*. Estarmos nesses espaços de sociabilidade produziam um momento inevitável para elas e para mim de transitar entre outras pessoas também. Acabava sendo cansativo pois existia uma certa expectativa pela retomada do assunto ao mesmo tempo em que queríamos “aproveitar” o momento. Geralmente, marcávamos um novo encontro,

² Ruth migrou para Portugal após seu casamento. Além da comunicação via mensagem de WhatsApp, enviava-me lindos textos de sua autoria.

mais privado. Esse podia ser em minha casa, em suas casas, em locais que julgássemos “mais tranquilos”.

Velho (2013) argumenta que no campo, ao lidar com pessoas, o antropólogo deve ser capaz de perceber como são elaboradas estratégias de vida particulares, mesmo ao procurar padrões e regularidades, a sua experiência pode mostrar, se não estiver numa postura rígida, que os indivíduos fazem suas próprias leituras de sua cultura em função de características particulares. A procura de recorrências e padrões sociais e culturais não implicaria por entre parêntese a dimensão individual. Pelo contrário, o antropólogo precisa lidar com sua subjetividade e considerar relevantes para o seu trabalho características “estritamente individuais” das pessoas com quem está convivendo.

Desse modo, nosso interesse foi de perceber como eram elaboradas as estratégias de vida particulares, mesmo que estivéssemos nos deparando com padrões e regularidades, a experiência direta no campo nos mostrou que minhas interlocutoras faziam leituras particulares de suas questões em função de suas próprias características. Dessa forma, nossa análise pretendeu escapar de uma reificação da vida, especialmente na cidade, superando uma visão de estrutura social monolítica.

O referido autor afirma ainda que Antropologia tem trabalhado num nível estratégico em que, partindo de categorias sociológicas mais amplas, está permanentemente em contato com indivíduos concretos, tende a assumir cada vez mais a dimensão da intersubjetividade. Não se trataria de procurar abstrair os aspectos individuais, peculiaridades pessoais entre outros, mas de procurar encará-los como parte da situação da pesquisa. Assim, ao invés de apagarmos a dimensão psíquica, tarefa impossível, resta aprendermos a explicitá-la e integrá-la a toda a pesquisa.

Gostaria de finalizar reforçando o que já foi apresentado no decorrer do texto, que esta pesquisa só foi possível de ser produzida na medida em que minha relação com minhas interlocutoras deixou de ser olhada ou apresentada como algo periférico para construção da etnografia e passou a ser a força motriz de um campo-

em-processo-de-vida que privilegiava os encontros entre meu próprio percurso biográfico com o destas mulheres e as teorias antropológicas contemporâneas.

Neste trabalho, procuramos colocar o foco dos refletores para o que normalmente se vivia atrás do pano, as estratégias da pesquisadora, seus afetos, a forma como as angústias do processo foram acolhidas e incorporadas nesse. Na medida em que eu, pesquisadora, colocava-me a disposição de ouvi-las narrarem seus percursos, a forma como as interações eram produzidas ou como as perguntas foram feitas e como estas as respondiam sofriam alterações pela própria natureza da nossa relação, ora mais próximas, ora mais distantes, e na medida em que eu me apropriava com mais maturidade dos dados e da bibliografia especializada. O desfecho dessa sucessão de estados, encontros e deslocamentos estará exposto no próximo capítulo "Trajetórias, contextos e narrativas: o que dizem as solteiras sobre morar só".

1.1 Um parêntese necessário: da disrupção à reinvenção da intimidade

No início de 2020, exatamente na metade do doutorado, a Organização Mundial da Saúde - OMS anunciou um novo coronavírus, identificado em Wuhan, na China, como causa de adoecimento com sintomas que incluíam febre, falta de ar e pneumonia. Segundo cientistas chineses, estávamos diante de um novo agente infeccioso, cujos maiores índices de perigo estavam em sua alta transmissibilidade, potencial de letalidade e no fato do organismo humano não ser imune (World Health Organization, 2020 apud Castro, 2021).

A presente tese está inserida nesse contexto de crise sanitária e humanitária global, marcada pela disrupção de modos de vida, tanto na esfera pública quanto privada, impondo-nos uma mudança significativa do fazer cotidiano, da vida doméstica, do trabalho, da sociabilidade, apresentando-nos o isolamento social como via para enfrentamento pandêmico, inviabilizando o que imaginávamos ser o "normal". Inviabilizando a proximidade e contato físico com o outro, elemento este tão caro para a Antropologia e o fazer etnográfico.

Somado a isso, enquanto brasileiros, fomos assolados pela ineficácia do Estado, que, além de não ter, em mais de um ano de pandemia, apresentado nenhum plano de contenção a Covid-19, cientificamente indicado, ignorou os esforços de cientistas e intelectuais de diversas frentes em alertar sobre os danos da política adotada, que operava na contramão de políticas públicas de saúde, na retirada de direitos constitucionalmente garantidos, no menosprezo pela vida, necropolítica.

Segundo OMS, até meados de 2020 o Brasil foi o segundo país do mundo com a maior quantidade de mortes pelo coronavírus, totalizando, aproximadamente 3,8 milhões de casos confirmados (Castro, 2021). Nesse cenário epidemiológico desastroso - resultante tanto da letalidade do vírus como das condições negacionistas impostas pelo Estado - chegamos na metade de 2021 com mais de 500 mil mortes e uma verdadeira luta sendo travada pelo direito de acesso a vacinação, principalmente grupos particularmente vulneráveis, como populações periféricas urbanas, indígenas. etc.

Também nesse cenário, as produções científicas e pesquisas de campo, incluindo a presente etnografia, passaram por uma série de interdições, lacunas se abriram entre o que estava sendo proposto e aquilo que seria possível fazer a fim de nos preservarmos e mantermos o compromisso com a vida. Foi necessário assumir um caráter inventivo quanto a forma possível de prosseguir com o trabalho em meio a essa crise, criando vias de diálogos até então não previstas para esse trabalho, como o contato mediado pela tecnologia, algo semelhante, mesmo que forçado pelas circunstâncias com o que Peirano (2014) fala sobre o método etnográfico implicar uma certa recusa a uma orientação definida já que a Antropologia não acontece num espaço abstrato e fechado.

Mas, mesmo assim, por mais que tentássemos manter os projetos em andamento, lidávamos com um tipo de esfacelamento de sentido das coisas, uma angústia coletiva. Nos breves contatos que tive com minhas interlocutoras no período da pandemia, o medo era predominante em tudo que falavam. Tinham medo de sair de casa e se contaminarem, de contaminarem seus familiares, medo de algum familiar falecer, medo de não ter oxigênio disponível nos hospitais, de não

haver leito, medo de que não fosse possível fazer nada. As narrativas de todos nós eram atravessadas pelo medo. Os rumos eram incertos. O fato é que ninguém, em contexto algum, saiu ileso e/ou sem perdas dessa vivência de isolamento e crise sanitária.

No que diz respeito as interlocutoras, o confinamento doméstico parece ter potencializado os conflitos e tensões familiares que antes eram administradas pela mobilidade, afinal, a vida podia ser também em outros lugares. Falas comuns destas era de que os períodos que passavam fora de casa possibilitavam que os conflitos fossem melhor administrados. Elas falavam também sobre como, antes da pandemia, conseguiam lidar com as interdições familiares através de uma certa clandestinidade *“eu dizia que ia pra lugar x e na verdade ia pra y”*; *“eu falava que ia dormir na minha vizinha e ia pra casa do boy, agora nem isso eu consigo fazer mais”*. Essas vias pareciam dar conta de “minimizar” incômodos, mas com o cenário pandêmico e a constante vigilância da vida doméstica por parte da família, viram-se novamente interditadas e cobradas para permanecerem em casa, a fim de não colocar nenhum membro familiar em risco de contágio.

Nas mensagens trocadas no decorrer de 2020/2021, confidenciavam a mim um certo esgotamento com a vida familiar, frases como *“preciso sair de casa senão vou enlouquecer”*; *“não tem negociação nenhuma aqui, esse espaço é da minha mãe”*; *“sinto que aqui eu vivo de favor, não posso fazer nada do meu jeito”*; *“ela me chama o dia inteiro, não respeita o meu espaço”*; *“estou guardando dinheiro, a primeira coisa que farei quando o cenário melhorar, será sair daqui (L)”*.

“tem um peso aqui em casa, a sensação é de que eu to sendo o tempo todo vigiada, toda hora alguém quer saber o que eu to fazendo, e se eu colocar o pé pra fora, estarei condensando toda a família à morte”; *“minha mãe não respeita que eu to trabalhando (interlocutora em Home office), ela bate na porta, fica pedindo pra eu ajudar com coisas da casa durante meu expediente, eu não aguento mais” (V)*.

Se, por um lado, o isolamento trouxe uma certa urgência para a saída da casa dos pais para algumas, por outro lado, mobilizou uma certa reaproximação para outras. A exemplo de Ruth³:

“Eu me mudei para um apartamento de dois quartos que ficava em frente ao meu trabalho, de modo que bastava eu atravessar a rua para chegar ao serviço. Fiz a mudança em alguns dias e logo fiz planos para adaptar os móveis que havia levado, pintar as paredes da sala do jeito que imaginei, comprar sofá, instalar a internet e a tv a cabo. Tudo isso foi interdito pela pandemia. Durante seis meses vivi como se tivesse acabado de me mudar. Minha nova casa não tinha sofá, eu assistia apenas os canais de tv aberta porque todos os serviços no prédio estavam suspensos. A parede ficou num tom de verde que me lembrava hospital e durante todo esse tempo eu tive apenas 3 pratos, talheres velhos e umas duas canecas.

Ultrapassada a fase de achar que aquela suspensão da normalidade seria breve, comecei a tentar organizar a casa minimamente para poder trabalhar e fazer as tarefas domésticas. Usei a internet emprestada da vizinha de cima para conseguir trabalhar, comprei alguns eletrodomésticos pela internet e algumas coisas de casa no Carrefour. O tempo que eu usava saindo com amigos, visitando a família, indo para festas, se transformou em longas horas de solidão assistindo novelas antigas.

Entre março e abril de 2020 meus pais pegaram covid. Foi o início da primeira onda em Manaus e meu pai só não foi para o hospital porque se recusou. Por sorte, a doença não foi tão insistente e o médico que o atendeu foi muito competente e concordou que ele ficasse em casa. Minha mãe sentiu menos, mas ambos sofreram com falta de ar, cansaço e, mais do que isso, o medo de uma morte iminente. Nesse período a mãe de uma amiga faleceu num intervalo absurdo de uma semana, minha ex-chefa faleceu subitamente deixando um filho de dois anos e uma sequência de conhecidos foram sendo internados, causando uma sensação horrível de

³ Optei em apresentar o relato autobiográfico de Ruth em sua integralidade já que ela me escreveu esta carta.

impotência. O isolamento ficou mais severo e esse foi o período em que eu não saí de casa nem para ir ao supermercado, pedia as coisas por delivery.

Foi um período duríssimo, pois deixei de ver minha família e não saía do apartamento para nada. A solidão nesse momento foi muito impactante, mas eu sustentei minha escolha de ficar sozinha. Minha ansiedade, que antes era voltada pra comer em excesso, foi neutralizada pelo ato de preparar a comida, cortas os ingredientes e, mas houve também momentos mais sombrios. Tive crise de bruxismo, mas até isso acabou por trazer algo bom porque eu passei a fazer exercício físico todos os dias em casa, para diminuir a tensão da mandíbula e do corpo inteiro, passei então a lidar melhor com a minha ansiedade. Em paralelo aumentei o consumo de álcool.

No Dia das Mães foi quando finalmente reencontrei meus pais, abracei minha mãe com força, chorando de alívio e saudade. Por mais que eu tenha travado uma batalha para obter autonomia e independência, isso nunca confundiu meu amor e respeito pelos meus pais, até porque esse tempo em que fiquei sozinha me fez entender que a batalha na verdade era comigo mesma, não com eles. Ao vê-los com saúde, senti um alívio enorme por não os ter perdido para essa doença tão cruel.

Ruth, passou a frequentar mais a casa dos pais após algum tempo, costumava passar os finais de semana na casa deles, mas durante a semana se mantinha em sua casa.

Quase dois anos se passaram desde o segundo pico da pandemia, em janeiro de 2021, mas a percepção que tenho é de que a sensação de que a vida poderia voltar a ser alguma coisa foi ocorrendo paulatinamente. Ainda amedrontados, dávamos alguns passos para a frente e outros tantos para trás nas flexibilizações de convivência na medida em que os casos diminuía e aumentavam. Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por fluxos de isolamento e convivência experimentados em diferentes graus e contextos.

Na medida em que meu contato com as interlocutoras foi sendo resgatado pós pandemia fui me surpreendo com as mudanças ocorreram em seus percursos e estas também com relação a mim. Antes eu só conseguia pensar a pandemia como período de crise/disrupção em que fomos forçados a tolerar um nível de violência e desamparo constantes. Hoje, vejo que esse período também foi uma chave importante para pensar os processos de mudança ocorridos nos itinerários de minhas interlocutoras e no meu.

Ângela, que morava sozinha desde 2017, sempre dizia, antes da pandemia, não ter interesse em dividir seu espaço com algum parceiro, sempre evidenciava as vantagens de ter seu espaço preservado e encontrá-lo ao chegar em casa exatamente como deixou ao sair. Quando falava sobre isso rememorava que na casa de sua mãe constantemente “seu espaço” era invadido. *“vira e mexe ela estava mexendo nas minhas coisas, dizia que tava arrumando, mas ela tava era bisbilhotando”*.

Ela já havia morado em três lugares diferentes após a saída da casa da mãe, mas a mãe continuava sem saber onde ela morava. *“Nunca levei minha mãe na minha casa e não quero que ela saiba onde eu moro, quando ela pergunta eu me faço de doida”*.

Fiquei surpresa quando a encontrei, em março de 2022, e me contou que seu namorado estava morando em sua casa desde a pandemia, *“preferimos ficar juntos no isolamento e aí fomos estendendo até que fosse isso mesmo”*. Ao questioná-la sobre como estava sendo essa experiência falou que apesar dos desafios cotidianos de negociação de tarefas/responsabilidades, estava gostando bastante, *“acabou acontecendo e no fim tá bom pra nós dois”*. Tive a sensação de que a Pandemia produziu um efeito de experimentação da intimidade para muitos casais que se colocaram a disposição por “passar pela pandemia juntos”.

No meu caso aconteceu algo semelhante. Meu namorado e eu estávamos pensando em morar juntos no início de 2020 a fim de pararmos com o vai e volta de um na casa do outro e diminuirmos os custos de vida de mantermos duas casas. O lógico naquele momento foi eu mudar para a casa dele já que eu pagava aluguel e ele não. Enquanto pensávamos uma mudança gradual, com adaptação dos nossos

animais de estimação, no dia 16 março de 2020 chego para dar aula e somos comunicados de que a faculdade iria fechar em decorrência de um decreto estadual, deveríamos aguardar em casa novas informações sobre como o semestre seria ofertado aos alunos caso o cenário se mantivesse grave. Não houve mais tempo para nada. Estávamos oficialmente morando juntos sem possibilidade de não ser dessa forma. A adaptação foi feita nesse processo-de-vida em negociávamos espaços, partilhávamos angústias, medo, testemunhávamos o caos.

Pela primeira vez, desde que passei a morar sozinha, fui atravessada pela sensação de que era bom não estar sozinha naquele momento crítico. Poucos meses depois me senti um pouco estranha e suspeitei que eu poderia estar grávida. O cenário parecia o pior possível, sem plano de saúde, sem hospitais, internações nas alturas, medo de adoecer, sem rede de apoio, com um doutorado em aberto, mas eis que Cecília estava a caminho. Para completar, decidimos nos casar no civil, mas os cartórios estavam realizando apenas duas modalidades de cerimônia. Online, que não queríamos, ou em domicílio com limite máximo de 08 pessoas a contar com o juiz, o casal e a escrevente, todos de máscara. Eis que em outubro de 2020, casamos na sala do apartamento em que morávamos, com apenas 04 amigos presentes, que foram nossas testemunhas.

Em dezembro, pouco mais de um mês antes do segundo pico, realizamos um jantar com a presença de poucos amigos e familiares, 20 pessoas. Foi a última vez que os vi antes de parir e passar por um longo período de puerpério totalmente isolada. Cecília nasceu no segundo pico da pandemia, logo após a falta de oxigênio, em fevereiro de 2021. Aquilo que parecia ser o pior cenário se tornou um respiro diante do caos. Eu vivia, numa bolha solitária, um sentimento de ter a vida em minhas mãos. O medo se mantinha, mas já era pouco diante daquilo que eu estava fazendo, daquilo que meu corpo havia feito. As medidas de segurança continuavam ainda mais reforçadas, mas eu voltara a sorrir.

Ruth também tivera um respiro em meio ao caos:

"A pandemia tomou conta dos anos de 2020 e 2021, com um vaivém de regras de convivência com as quais aprendemos a aceitar. Embora 2021 tenha sido mais brando em termos de isolamento, o mês de janeiro desse ano ficou gravado

em Manaus para sempre como um dos piores de nossa história. Uma nova e letal onda de covid, crise oxigênio, pessoas desesperadas e relatos muito difíceis de assistir. Mas foi nesse caos de janeiro de 2021 que (re)encontrei meu marido”.

Passeando em um desses aplicativos de namoro, vi um rosto familiar. Cliquei no coração e “deu match”. Começamos a conversar e descobrimos que já nos conhecíamos. Ele tocava na banda de um amigo e eu provavelmente cruzei com ele muitas vezes durante os 20 e poucos anos. Descobrimos inclusive que éramos amigos no Facebook. Ele estava separado há um ano, tinha uma filha de seis anos de idade. Ele propôs que nos encontrássemos no único lugar aberto possível, o supermercado. E assim foi. Ambos de máscara, com distanciamento, fazendo compras e falando da pandemia, de livros, de vinho, de música. Estabelecida uma confiança mínima quanto ao respeito às regras da pandemia, passamos a nos encontrar em minha casa e, em seguida, começamos a namorar. Em dezembro de 2021 estávamos casando e hoje estamos a viver em Porto, Portugal.

Nunca imaginei que as coisas aconteceriam dessa forma, nunca imaginei morar longe de minha família. Acabou que cheguei ao mesmo destino de minhas ancestrais, mas o caminho que percorri foi muito diferente. Não trocaria nada do que vivi, pois acredito que a saída de casa, a solidão vivida por inteiro sem a iminência de chegar alguém mandando você ligar as luzes da casa, me trouxe maturidade, confiança e coragem”. (Ruth)

Estive no casamento de Ruth, em dezembro de 2021, uma festa organizada no salão do prédio de sua irmã, onde familiares e amigos se fizeram presentes. O anúncio do noivado foi feito 30 dias antes, logo em seguida recebi o convite. Até o dia do casamento, não sabia que Ruth mudaria de país, mas era claro que algo estava se passando que tocava a família profundamente. Quando soube de sua mudança, os choros, os abraços, os ensaios de uma despedida fizeram sentido. Não era mais sobre sair de casa e dar uma passada na casa dos pais toda semana ou quando estivesse a fim. Havia, nessa decisão de mudar de país, um interdito ainda não experimentado, ainda hoje testemunho as interações familiares via Instagram, sempre repletas de saudade.

O cenário de crise coletiva que a pandemia instaurou parece ter produzido contornos para que escolhas individuais fossem feitas com base naquilo que estava posto enquanto possibilidades. Não fosse o período de isolamento eu não teria experienciado o morar junto nem a maternidade, minhas interlocutoras não teriam sentido que a saída era urgente ou regressada, mesmo que provisoriamente a casa dos pais, algumas seguem morando sozinhas outras se casaram, mudaram de país, seguem solteiras, os efeitos da crise produziram movimentos até então não previstos.

O isolamento mexeu com ideais até então sustentados por essas mulheres sobre autonomia, privacidade, intimidade, mudança. Reivindicar morar só, (que pode ser lido também como não morar com quem você não quer) não inviabilizou que fosse querido estar junto com alguém em outro momento ou circunstância, mas a forma com que esses deslocamentos foram produzidos enquanto uma decisão pessoal, nos termos e formatos que melhor cabiam para estas me parece só terem sido possíveis por já terem produzido um percurso de individuação.

Capítulo 02 - Sobre famílias, casamentos e solteirices

No decorrer do processo de doutoramento, deparei-me com inúmeras ideias e compreensões sobre família que nem sempre refletiam a mesma coisa. Corroboro com outras pesquisadoras que evidenciaram em suas pesquisas a complexidade da noção de família, principalmente para o campo da antropologia (Côrrea, 1998; Wiggers, 2006; Fonseca, 2010; Sarti, entre outros), onde parece caber uma infinidade de relativismos uma vez que *“família é tudo aquilo que seja definido como tal pelas mais diferentes tribos de qualquer lugar do planeta”* (Wiggers, 2006: p.112).

Dada tal multiplicidade da noção de família encontrada na bibliografia especializada, vimos como necessário o delineamento do que nos interessa apresentar nesse trabalho acerca de tal categoria já que a apoiamos também num recorte de classe, mais especificamente de classes médias⁴ para amarrar nossas discussões sobre uma antropologia de família urbanas e moralidades.

Privilegiaremos ainda, uma discussão alicerçada principalmente nos estudos com influências feministas que trazem o gênero como um elemento chave para compreender as dinâmicas relacionais familiares e suas moralidades. Assim, buscamos apresentar nossas questões em diálogo com autores da comunidade antropológica que contribuíram e/ou continuam contribuindo através de suas produções e interesse pelos estudos de famílias. A partir destes, pudemos elaborar, tanto pelas contribuições ou lacunas deixadas a nível teórico quanto por aquilo que de forma inaugural se apresentou no campo, nossas categorias de análise.

Falar de estudos de família na Antropologia sem esbarrar ou até mesmo confundir com Parentesco é praticamente impossível dada sua importância para a consolidação da área. Inicialmente, os estudos sobre família parecem não ter sido objeto de interesse dos antropólogos já que até os anos 70 mais comumente eram sociólogos e historiadores que se debruçavam sobre as sociedades complexas. Antropólogos pareciam se concentrar na análise das “dinâmicas de parentesco” tidas como fundamentais na organização social de sociedades “tradicionais”.

⁴ No capítulo 04 abordarei a questão de classe

Entretanto, a partir dos anos 80, alguns antropólogos aceitaram o desafio de falar de “a família” a fim de contrapor estereótipos do senso comum. Em artigos expondo a diversidade da “família humana”, esses pesquisadores recorreram a dados etnográficos de estudos em sociedades “tradicionais” para desnaturalizar as percepções sobre ela (Fonseca, 2010).

Ainda na década de 80, historiadores e demógrafos passaram a documentar a tremenda diversidade de formas familiares na história de sociedades complexas, consolidando um consenso de que essa “instituição social” (como qualquer outra) só podia ser entendida quando solidamente alicerçada no contexto social, político e econômico que a produziu (CORRÊA, 1982; FONSECA, 2010).

Após um período crítico, advindo de debates pós-coloniais e feministas de autores do sul global, houve um processo de desnaturalização que passou a entender família como um objeto legítimo de escolha analítica e não mais uma sombra do parentesco. Para Durham (1983), famílias são constituídas por pessoas que mantêm entre si relações de aliança, descendência e consanguinidade, são grupos de produção e de consumo que se organizam como unidades domésticas e residenciais e não formam, necessariamente, unidades básicas do parentesco, escapando do sentido clássico Levistraussiano.

Ao distinguir família e parentesco Sarti explica quais elementos são acionados para falar de uma ou de outra noção, considerando família como a “concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida” (Sarti, 1997:40). Corroborando com Durham, Sarti evidencia que família se relaciona com parentesco, mas não pode ser por ele confundido, uma vez que:

“parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações”. (Sarti, 1997:40)

Sabe-se que a marca do pensamento de Lévi-Strauss, no que se refere à família, foi a de ter feito sua discussão entrar definitivamente no campo da cultura. A família, em seu fundamento natural, consangüínea, precisa se desfazer para que

viva a sociedade ao mesmo tempo em que na sociedade, a existência de grupos dispostos a reconhecer seus limites e a se abrir ao outro através da aliança, é condição da existência da família (Sarti, 1999). É na aliança que está a possibilidade do ser humano se fazer social, comunicando-se e, assim, romper com o que o autor define como isolamento a que nos condena a consanguinidade.

Dessa forma, é preciso deixar a família consanguínea para que possa existir a abertura para a troca e a comunicação com o outro. Esta troca que funda a família é o ato criador da sociedade humana. Devemos a Lévi-Strauss um olhar sobre a família sob um ângulo que permite vê-la para além de suas próprias fronteiras biológicas e diante deste definitivo passo adiante o da desnaturalização da família. Para o autor, o casamento/aliança é a instituição que funda a família.

Na “teoria da aliança” o acento está na aliança como elemento articulador do que se concebe como um sistema de comunicação. A família, como sistema de comunicação, tem na troca e na reciprocidade sua estrutura fundante. O objetivo das relações de parentesco, como de qualquer sistema social, é instituir a comunicação, na qual o sujeito só se define em relação a um outro. A família, como a sociedade, é vista como um sistema de relações e a análise atenta para as regras que regem essas relações. Estrutura configura um sistema de relações. Busca-se apreender a lógica subjacente aos fatos, para depois generalizar e aplicar aos casos observados argumenta Lévi-Strauss (1967).

Lévi-Strauss não está interessado nas particularidades de cada grupo ou sociedade específica, mas pelo que há de universal nelas. Dessa forma, todas as regras sociais são tidas a nível de um inconsciente coletivo, ou seja, a estrutura não seria afetada ou alterada por implicações práticas muito insignificantes a nível social/coletivo.

Diferentemente de Lévi-Strauss, Bourdieu (1990) rompe como o “paradigma estruturalista” ao substituir a noção de regras de parentesco por estratégias matrimoniais ou costumes sociais. Essa mudança, mais que uma postura teórica ou conceitual, convoca a uma mudança de ponto de vista. Segundo o autor, trata-se de evitar tomar como princípio da prática dos agentes a teoria já que aborda a questão das lógicas de aliança e suas correlações, entre modo de transmissão de

bens, afirmando que toda transação matrimonial deve ser entendida como resultado de uma estratégia e que pode ser caracterizado como um momento em um conjunto de outras trocas materiais e simbólicas.

Ainda nesse sentido Bourdieu justifica o problema ou oposição ao que Lévi-strauss chama de regra, argumentando que a partir de regra entende-se um princípio de tipo jurídico, ou quase, que age como um conjunto de regularidades objetivas que se impõem a todos aqueles que fazem parte de determinado circuito ou “entram no jogo”, correndo o risco de cair em uma lógica de tomar “as coisas da lógica pela lógica das coisas”.

Nesse sentido, Bourdieu busca respostas para as questões universalistas do Estruturalismo, olhando para o parentesco não só estruturado, mas mediado pelo cotidiano. Dessa forma, práticas cotidianas podem, na medida em que se repetem, produzir transformações nas estruturas sociais.

Para Bourdieu (1990), uma maneira de fugir desse paralogismo é inscrever na teoria o princípio real das estratégias, o senso prático, como algo da necessidade imanente de um jogo que se adquire pela experiência e que funciona fora da consciência e do discurso. O autor insere a noção de habitus, senso prático e estratégia como um esforço para sair de um objetivismo estruturalista sem, ao mesmo tempo, cair num subjetivismo. Ainda nesse sentido, diz não se reconhecer no que Lévi-strauss chama de sociedades domésticas e afirma que a noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe.

Bourdieu afirma, assim, que não se deve colocar um problema em termos dicotômicos de liberdade e necessidade, espontaneidade e coação, indivíduo e social, mas pensar que o habitus é um jogo social incorporado, levado como natureza. O autor argumenta que as estratégias matrimônias são produto não da obediência a regra, mas do sentido do jogo que leva a escolher o melhor partido possível dentro daquilo que se tem. O autor ainda pontua a importância da diferenciação entre regra e regularidade dizendo que a regularidade apreendida estatisticamente, à qual o sentido do jogo se submete espontaneamente, que se

reconhece na prática não tem necessariamente como princípio a regra de direito ou de pré-direito. A palavra regra, continua o autor, abrange certa ambiguidade.

Dessa forma, o casamento não deveria ser visto como uma operação pontual e abstrata, baseada unicamente na aplicação de regras de filiação e de aliança que a tradição estruturalista descreve. Pelo contrário, não se pode dissociar as estratégias matrimoniais do conjunto de estratégias de fecundidade, educacionais, de investimento cultural ou nas estratégias econômicas. As estratégias matrimoniais são resultantes de relações de força no interior do grupo doméstico, e essas relações só podem ser entendidas recorrendo à história desse grupo. O autor argumenta que é pelo viés dessa força sincrônica entre os membros da família que a história das linhagens intervém por ocasião de cada novo casamento.

Bourdieu (2021), na segunda parte de sua obra *O Baile dos Celibatários: crise da sociedade camponesa do Béarn* reafirma essa crítica ao que considera que sejam descrições reificadas do "juridismo dos etnólogos" que negam à realidade das práticas. O autor mostra através da discussão de diversos casos, como quando se casavam dois vizinhos, por exemplo, independentemente da posição de nascimento, para reunir as propriedades, que as regras sucessórias, no contexto da sua pesquisa, nunca se aplicavam com rigor matemático, dado que o chefe da família podia sempre que houvesse alguma vantagem, do ponto de vista do grupo, sacrificar as normas objetivamente inscritas na árvore genealógica. Atento aos fundamentos econômicos, políticos e reputacionais das trocas matrimoniais, o autor apresenta as estratégias à qual os agentes recorrem para assegurar a manutenção do patrimônio econômico e simbólico da família, o que o faz concluir que as relações entre parentes também são relações de interesse.

Julgo pertinente explorarmos ainda mais a referida obra de Bourdieu (2021), recentemente traduzida para o português, dada tamanha contribuição desta para os estudos de família e parentesco. O autor nos brinda com uma densa análise sobre as mudanças no sistema de trocas matrimoniais em sua terra natal, no sudoeste francês, determinadas pelos processos de urbanização e de construção de uma identidade nacional francesa que, em decorrência da consolidação dos processos de integração estatal, generalizaram não apenas a economia de

mercado, mas também o mercado de bens simbólicos. O “novo” ideal de estilo de vida condenou a uma incontornável desvalorização as maneiras viris valorizadas ou até mesmo exigidas daqueles que estavam ligados ao antigo mercado camponês em que as trocas matrimoniais eram protegidas e controladas pelas famílias, lançando-os a um celibato compulsório.

Dessa forma, os filhos mais velhos de núcleos familiares importantes passaram de bons partidos a serem vistos como repulsivos e, conseqüentemente, excluídos do direito à reprodução.

Essa foi a sociedade com a qual Bourdieu se deparou no seu retorno à Béarn, em 1959, com uma alta taxa de celibato de primogênitos numa sociedade até então apegada ao direito da progeneritura⁵. O “antigo mundo se desfazia”, sua própria tradição cultural parecia subordinada à princípios de hierarquização inconciliáveis onde, ao lado dos valores antigos rurais, surgiam aqueles típicos do mundo urbano, adotados, sobretudo, pelas mulheres, numa lógica que privilegiava o ideal de sociabilidade citadino.

As mulheres eram, para Bourdieu, mais propensas a adotar as aparências da civilidade citadina porque sua formação cultural favorecia a preocupação com os detalhes exteriores da pessoa, tornando-as mais sensíveis às maneiras, às roupas e aos juízos de gosto de modo geral. Além disso, a aspiração feminina à vida citadina não ocorria sem razão uma vez que na lógica das trocas matrimoniais do antigo regime elas tendiam historicamente a circular socialmente de “baixo pra cima”. Enquanto todo o sistema cultural fazia com que elas mantivessem suas esperanças no casamento e detivessem o monopólio das boas maneiras, esse tipo de comportamento era rejeitado pelos homens, por ser desencorajado pelas convenções sociais.

Além disso, as mulheres tinham mais chances de mudar para as cidades do que os homens e uma vez na cidade se afeiçoavam (por meio de revistas femininas, radio e folhetins) a um novo modelo de relações entre os sexos e a um tipo de

⁵ todo o sistema tinha a função de reservar a totalidade do patrimônio ao primogênito. As partes da herança ou os dotes dos filhos cadetes não passavam de compensações concedidas em troca da renúncia aos direitos sobre a terra.

homem em tudo oposto ao camponês. Aos homens, as possibilidades de permanecer nas aldeias isoladas cresciam conforme o tamanho do patrimônio e de acordo com sua posição de nascimento. Dificilmente um primogênito ia para a cidade.

No antigo regime matrimonial, até 1914, o casamento era regido por regras muito específicas, baseado primordialmente pela negociação entre famílias já que envolvia a exploração agrícola familiar, transação econômica de maior importância na região. A apreciação do pretendente acontecia segundo categorias de percepção propriamente camponesas, seu valor dependia do valor da sua propriedade e as normas que guiavam a escolha de um cônjuge eram válidas a toda a comunidade. O casamento reafirmava a hierarquia social e a posição da família nessa hierarquia, por isso, não era um assunto individual e sim do grupo doméstico. “A família orquestrava o casamento e casava-se com uma família” (Bourdieu, 2021, pg.31).

Pela via do dote, pedra angular nesse sistema, os casamentos entre famílias muito desiguais tendiam a ser barrados, a prioridade que o grupo atribuía aos homens, entre estes, aos filhos primogênitos, impunha uma homogamia tão rigorosa que impedia os homens (e somente os homens) de "casarem pra cima", posto que isso ameaçaria sua autoridade na estrutura das relações de poder doméstico. Assim, embora os casamentos tendessem a se fazer entre famílias que ocupavam posição econômica semelhante, a lógica das trocas matrimoniais não era a mesma para os dois sexos e possuía uma autonomia relativa na medida e que também se guiava por interesses para além da ordem da economia, como citado num exemplo anterior em que o chefe da família podia decidir um casamento mesmo que suas posições de nascimento não fossem as desejadas, para garantir a algum outro tipo de vantagem.

Apesar de existir uma restrição quanto a liberdade individual nessa operação entre famílias, havia a contrapartida de salvaguardar as virtudes camponesas, já que era possível ser caipira, rústico e desajeitado sem perder as chances de se casar. Mas, numa sociedade, mais aberta ao campo nacional, a dependência das trocas matrimoniais muda de forma: no lugar da situação na hierarquia social

definida por um patrimônio fundiário, é muito mais a posição social e o estilo de vida correlativo que aparecem ligados às chances de casamento.

Nessa situação em que a família não decidia mais o casamento, a busca por parceiros ficava restrita à iniciativa pessoal nas ocasiões em que ocorriam os bailes. Enquanto modo de estabelecimento das relações que conduziam ao casamento, o contato direto no baile era a forma visível do novo sistema se sobrepor ao antigo regime mediado pelas famílias.

O baile de Natal acontece na sala dos fundos de um café. No centro da pista de dança bem iluminada, dez casais dançam as canções da moda. Eles são principalmente 'estudantes', alunos dos cursos complementares ou dos ginásios das cidades vizinhas, em sua maioria originários do burgo. E também alguns militares, jovens citadinos, operários ou empregados, vestindo calça jeans e jaqueta de couro preto, sem chapéu ou usando um chapéu tirolês. Dentre as dançantes, muitas jovens vindas dos confins das aldeias mais remotas, que nada permite distinguir, nem o vestuário, nem o porte, das outras naturais de Lesquire que trabalham em Pau, costureiras, empregadas domésticas ou vendedoras. Moças e meninas de uns 12 anos de idade dançam umas com as outras, enquanto os moços se movem em fila e se empurram no meio dos casais.

De pé, na beira da pista, formando uma massa escura, um grupo de homens mais velhos, que assistem, sem falar: todos em torno dos seus 30 anos, eles usam boinas e ternos escuros, de corte démodé. Como se estivessem tentados a entrar na dança, eles avançam, reduzindo o espaço reservado aos dançantes. Aí estão eles, todos celibatários. Os homens da idade deles que já são casados não vão mais ao baile. Ou só vão quando acontece a grande festa do vilarejo, a feira agrícola: nesse dia todo mundo está 'na praça do passeio' e todo mundo dança, mesmo os 'velhos'. Mas os celibatários ainda assim não dançam. Nessas noites eles são menos notados: o vilarejo todo está lá, homens e mulheres, eles para beber com os amigos, elas para espiar, fofocar e especular sobre possíveis casamentos.

Em bailes como o do Natal ou o do Ano-Novo, eles nada têm a fazer. São bailes feitos 'para os jovens', ou seja, para aqueles que não são casados; eles passaram da idade, mas apesar disso são e se sabem incasáveis'. São bailes em que se vai para dançar; no entanto, eles não dançarão. De tempos em tempos, para dissimular seu constrangimento, eles trocam alguma piada ou fazem um pouco de algazarra.

Um passo: uma moça caminha em direção ao canto dos celibatários e convida um deles para dançar. Ele tenta resistir, envergonhado e encantado. Ele dança uma música, acentuando deliberadamente sua falta de jeito e de finem-se, um pouco

como fazem os velhos quando dançam no dia da feira, e pisca para os amigos. Terminando a dança, ele vai se sentar e não dançará mais. 'Me disseram que esse aí é o filho da família An...[uma grande proprietária de terras]; a moça que veio procurá-lo é uma vizinha. Ela o tirou pra dançar para agradá-lo'. Tudo volta ao normal. Eles ficarão lá até meia-noite, mal falando, na luz e no barulho do baile, o olhas nas moças inacessíveis. Depois irão à sala da hospedaria para beber cara a cara. Eles cantarão a plenos pulmões canções antigas do Béarn, prolongando acordes dissonantes até perder a voz, enquanto ao lado a orquestra toca twist e chá-chá-chá. E, em dois ou em três, eles se afastarão lentamente, ao final da noite, em direção a suas fazendas remotas' (Bourdieu, 2021, pg. 20)

O baile era a forma visível do novo sistema não mais baseado na oposição entre o filho primogênito e o filho cadete, de um lado, e o grande proprietário e o pequeno ou não proprietário do outro, mas fundado na oposição entre aquele que ganhou as cidades e aquele que ficou relegado ao campo. Até mesmo as danças camponesas foram substituídas por danças típicas da cidade fazendo desaparecer também os usos corporais conciliados com a civilidade rural. Nesse sistema, o que interessava as mulheres, na escolha de um partido para o casamento, eram as reivindicações de poder social que estavam ligadas ao pertencimento a um mundo mais civilizado e polido. Dessa forma, avaliavam os homens camponeses segundo critérios externos, citadinos.

O testemunho do baile do vilarejo juntamente com uma foto da turma da escola de Bourdieu, em que um de seus colegas de turma, empregado numa cidade vizinha, comenta impiedosamente 'incassáveis' a respeito de aproximadamente metade dos presentes na foto apontava para um universo que parecia agonizante. A junção desses eventos inaugurou sua investigação e é possível vislumbrar o clima emocional que atravessou suas entrevistas etnográficas com os celibatários, narradas pelo autor como muito tristes, em sua maioria.

Apesar disso, o autor demonstra que essa unificação do mercado matrimonial em torno das realidades urbanas só se realiza objetivamente por se realizar também subjetivamente já que os agentes também concedem um reconhecimento aos processos orientados à sua própria submissão. Nesse sentido, há uma incapacidade de revidar parcialmente ligada a uma certa dose de

concordância em relação à desvalorização de que são vítimas. Por exemplo, os cidadãos sempre ocupam os cargos políticos importantes, apesar de minoritários, e os camponeses, mesmo sendo majoritários, não elegem um dos seus porque o juízo do camponês sobre ele mesmo não é menos ambivalente que o julgamento que ele faz do cidadão. Dessa forma, todo o grupo acaba sendo cúmplice da dominação simbólica de que é vítima quando permite, por exemplo, que suas filhas se casem com cidadãos, quando todos os camponeses, quando conseguem se casar, casam-se com filhas de camponeses.

A partir de Bourdieu (2021), podemos concluir que mudanças no contexto mudam as relações de parentesco. A alta taxa de celibato com a qual Bourdieu se depara foi produzida enquanto consequência de uma mudança de valores e ideias sociais de estilo de vida alicerçados novas ideias. Os homens até então prestigiados pela sua forte relação com o campo e com os domínios da terra passaram a não ser mais casáveis por não terem uma assimilação e relação com os modos de vida da cidade. As mulheres, por sua vez, passaram a não querer mais o isolamento do campo e o 'dono'⁶ da terra, além da forte subordinação à que eram submetidas nos domínios domésticos a sogra, uma vez que ela era a *daune*, a dona do interior doméstico. A mulher do marido deveria se curvar à sua autoridade. Somente com a morte da sogra é que a nora passaria a ser a 'dona da concha'⁷. Dessa forma, só restou aos donos de terras o título de 'incasáveis'. Casar-se com um homem do campo seria então, para estas mulheres, socialmente "casar para baixo".

Nos estudos de parentesco identifico que temos uma categoria de pessoas casáveis por prescrição; uma categoria de pessoas não casáveis, trabalhadas não só por Bourdieu, mas também por Fonseca, Grossi entre outros, em que, aos não serem casáveis, essas pessoas estariam designadas ao celibato⁸ ou solteirice, ou religioso ou familiar, enquanto um projeto familiar. Essa ideia de celibato e solteirice presente na literatura especializada se mostrou insuficiente para sustentação da

⁶ Enquanto os pais estivessem vivos seus direitos sobre a propriedade permaneciam virtuais. O primogênito, não tinha nada e não podia partir, lhes restava a promessa "você terá tudo".

⁷ O manuseio da concha era a prerrogativa da dona da casa. A sogra, para lembrar à nora de seu lugar, recorria a expressão "eu ainda não passei a concha".

⁸ termo utilizado pelos autores ao se referirem a pessoas que não se casaram.

discussão que apresentamos nesse trabalho, mais adiante apresentarei os limites das contribuições daquilo que está posto nessas compreensões que tendem a ser generalistas e conservadoras, relegando, especialmente a mulher, uma atmosfera pejorativa, um lugar até certo ponto interdito para uma produção de vida afetiva ou respeitável. Fonseca (2004), ao falar sobre a honra feminina descreve:

“Deduzimos que o motivo do casamento vai muito além da ordem material. Ao casar, a mulher tem esperança de alcançar não só uma certa satisfação afetiva, mas também um status respeitável. Imagina-se sempre que se um mulher está só é porque não consegue arranjar um homem. Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema” (Fonseca, 2004).

A compreensão apresentada por Fonseca sobre uma mulher que não casa, apesar das diferenças contextuais das pesquisas com relação à classe, como uma espécie de “fracasso” e/ou como um “problema social”, principalmente pelo reconhecimento de que há uma sexualidade, não mais tutelada pela família e nem por um parceiro, exemplifica o que temos encontrado aos nos debruçarmos sobre um melhor entendimento da solteirice em relação aos estudos familiares. É claro que nos deparamos com ideias de solteirice produzidas a partir de estudos feministas que não estão interessadas em olhar para moralidades/tensões familiares, pelo contrário, o interesse está na reafirmação de um novo horizonte para as mulheres que sustentarem a todo custo bancar um projeto de independência feminina - vinculada a uma liberdade individual, sem que as repercussões de suas decisões sobre os outros, família, seja levada em consideração.

Como meu foco está em manter a discussão em torno da família, busquei me manter amparada por etnografias sobre família, mas a bibliografia não deu conta de fazer uma relação direta com meus dados. Dessa forma, deparei-me então com uma outra categoria, a de pessoas que ficam solteiras por optarem/escolherem/decidirem em não se casar mesmo sendo preferenciais ao casamento e mais ainda, não as consideramos celibatárias e nem se encaixam nas descrições teóricas sobre celibato que, na maioria das vezes, colocam solteirice e

celibato como sinônimos (Grossi, Bourdieu etc.). Entendemos que nessa solteirice, apesar de marcada pela recusa do casamento, são produzidos constantes fluxos afetivos, cabe, nessa experiência de solteirice a vivência de envolvimento amorosos, namoros, relações estáveis, mas não judicializadas ou reconhecidas, vida sexual ativa, uma certa autonomia em como narrar essas relações para além daquilo que está posto como uma 'norma social'.

Entretanto, essa gerência da própria solteirice, que está ligada a um processo histórico de reivindicação e luta pela autonomia feminina, não parece ocorrer totalmente desarticulada dos ideais de suas famílias, isso mais fortemente quando ainda não são 'donas da casa', estando sujeitas as interdições familiares. Essa questão de ser 'dona da casa' apareceu recorrentemente durante o campo e pretendemos desenvolver e privilegiá-la no quarto capítulo.

Percebemos também que a opção de não se casar aparece de múltiplas formas e pode ser transitória ou não, mas mantém em comum o fato de ser, ainda que de forma diferente, mediado ou interditado pelos ideais familiares - valores familiares ou projeto de família - aqui entendidos como sinônimos. A fim de ilustrar melhor essa questão gostaria de apresentar algumas tipologias que me ajudam a pensar nessa questão a partir dos dados etnográficos:

- a) pessoas que não casam porque seus afetos não cabem numa matriz heterossexual;

Rai, 44 anos, solteira. Se apresenta como a segunda de três irmãs que nunca saíram da casa dos pais. "Nenhuma conseguiu sair". A mãe nunca aprovou os namorados das irmãs e para ela mulher só sai de casa casada. Quanto à Rai, assumiu para seus pais que era homossexual aos 31 anos de idade após uma briga. Narra uma "suposta expulsão de casa" e decide dormir na casa de uma amiga, mas no dia seguinte retorna para buscar seus pertences.

Ao chegar, encontra sua cama arrumada e suas roupas limpas e dobradas para que ela guardasse, algo que fazia parte da rotina da família. Os pais não tocaram no assunto da expulsão, aliás, o episódio do dia anterior pareceu não ter existido, nem para Rai que preferiu encará-lo da mesma forma e desistiu de sair.

Nunca mais falou sobre sua sexualidade com a família. Entretanto, apesar de morar com os pais e não existir uma aceitação quanto a sua sexualidade, justifica falando que a família é religiosa, experiencia uma vida amorosa e não é incomum que durante os seus relacionamentos “monte uma casa” com suas parceiras, quando estas precisam. Paga contas, compra móveis, reforma. No seu relacionamento anterior, montou um apartamento para a namorada para que fosse possível ter um espaço para vivenciar seu relacionamento com mais liberdade. Na casa dos pais jamais poderia levar alguém, alguém-mulher. Para sua mãe, mulher só sai de casa casada, mas só se for casada com um homem.

Ela me apresenta essa situação de “montar uma casa” mais como uma estratégia para driblar os limites daquilo que a família lhe impõe como “uma regra” do que como uma queixa. Sua vivência de solteirice garante, mesmo que a revelia, a possibilidade de sustentar seus afetos enquanto um projeto de realização pessoal desarticulado das projeções familiares.

b) as pessoas que casam, mas não recebem reconhecimento familiar sobre um casamento;

Aqui, podemos citar a Rai novamente. Suponhamos que ela viesse a se casar com sua parceira, provavelmente esse casamento não seria validado pela sua família como um casamento. Algo que poderia acontecer caso ela estivesse disposta a bancar uma fragilização dos seus laços familiares.

Outro caso que gostaria de apresentar é o da Cíntia. Cíntia era casada com um homem, com quem teve um filho, quando se envolveu pela primeira vez com uma mulher. Após algum tempo de envolvimento extraconjugal decidiu deixar o marido para morar com sua parceira. A mãe de Cíntia é quem me conta essa história, a quem chamarei de Meire. Ao tomar conhecimento pelo então ex-marido de sua filha do que estava ocorrendo, Meire⁹ vai até a casa em que Cíntia estava vivendo buscar o neto. Fala para a filha que se ela fosse viver "aquela vida" o filho não moraria mais com ela e nem a visitaria naquela casa. O filho de Cíntia, hoje

⁹ Meire já era uma mulher viúva nessa época. Não se casou novamente.

com quase 15 anos segue vivendo com a avó. Cíntia, ao longo dos anos foi se movimentando ora para voltar pra casa da mãe e conviver com o filho, na condição de não “levar essa vida”, a de se envolver com mulheres, ora pra viver com alguma parceira, na condição de ter seus vínculos familiares rompidos. Meire, ao me narrar sua relação com a filha diz *“eu não aceito, e não vou deixar meu neto conviver com esse tipo de coisa. Se ela quiser voltar pra casa é nos meus termos”*.

Ao contrário de Rai, Cíntia banca 'seus casamentos' mesmo que isso custe uma fragilização dos seus laços familiares e a impeça de uma convivência maior com o filho. Estes relacionamentos tendem a não ser duradouros e o retorno para a casa da mãe sempre ocorre como se fosse um recomeço para a família, um sinal de que ela abandonou "aquela vida" e que vai *“se endireitar”*.

c) as pessoas que não casam para marcar uma ruptura familiar.

Martha é narrada com alguém que cresceu “dentro” da igreja, filha de pais religiosos, mantinha um relacionamento de mais ou menos seis anos com um rapaz que era considerado como um filho para a mãe, o namorado praticamente morava com sua família, *“um rapaz muito bom”* dizia a mãe. Seu primeiro namorado e no imaginário da família, logo futuro marido.

Para surpresa e indignação de todos, Martha decide terminar esse relacionamento dizendo a ele e a sua família que *“simplesmente não gostava mais dele”*. A mãe não aceitou o término do relacionamento da filha e tentou de diversas formas dissuadi-la de sua decisão alegando que ela não sabia o que estava fazendo, que alguém estava colocado *“coisas em sua cabeça”*, envenenando seus pensamentos. O rapaz estava sofrendo muito e ela não deveria perder esse relacionamento já que toda a família gostava muito dele, dizia sua mãe. Martha manteve sua decisão, mas sua vida *“virou um inferno”*. A mãe recorreu a sua família, na verdade, recorreu a outras mulheres da família, suas irmãs e conta o que a filha acabara de fazer e pede ajuda para *“salvar a menina”*. As matriarcas conjecturam que Martha só poderia estar escondendo alguma coisa, que não deixaria seu parceiro se não houvesse outro homem e iniciam, cada uma a sua maneira, pressioná-la para que conte se há outro homem ou alguém a aconselhando.

Certa de sua decisão, resiste as investidas da família em tentar descobrir “*quem está por trás disso*”. Como Martha não dá nenhuma outra justificativa para o término que não seja a sua própria vontade, inicia-se um processo de difamação entre as mulheres (tias e mãe) da própria família. “*Então você terminou o relacionamento porque é uma safada, porque quer andar por aí com outros homens*”, “*se você não voltar com o * pra levar uma vida de safada pode sair da minha casa*”. E foi aí, na opção que a mãe lhe deu, que Martha saiu. Foi para a casa de uma parente que não é bem-vista pela família, inclusive. A mãe e suas irmãs (tias de Martha) tentaram a todo custo trazê-la de volta, mandavam mensagens tentando conversar, ligavam para dizer que a mãe tinha sido abandonada, que ela estava sendo fria e ingrata com a família.

A notícia (fofoca) do que Martha fizera com sua mãe corria pela família, afinal, não é todo dia que uma filha abandona o namorado e a mãe. Martha até tentou dialogar com a mãe e as tias, mas como suas razões não eram reconhecidas por estas, acabava por apenas se afastar. Em uma das mensagens trocadas com a mãe, Martha declara que ao contrário do que a família estava pensando, ela apenas decidiu por terminar um relacionamento que era dela, que deveria ser um assunto privado e que, além disso, a sugestão para que saísse de casa foi da própria mãe, uma ameaça. A narrativa que passa a circular na família após ela dizer que não voltará para a casa da mãe é a de que ela não saberá se virar, que a vida ensinará uma lição, que a mãe fazia tudo por ela, que é ingrata e, acima de tudo, uma safada.

A situação vivenciada por Martha trouxe à tona a lembrança de uma situação muito semelhante ocorrida alguns anos atrás com outra prima, filha de uma das irmãs de sua mãe.

Sua prima também vivenciava um relacionamento de longa data, “*um bom rapaz*”, considerado um filho por sua tia, praticamente morava em sua casa, era servido e cuidado por esta (semelhança também com o trato de mãe de Martha para o então genro, preocupação em servir e cuidar das necessidades deste já que estava na sua casa). Eis que, em algum momento, a prima também decide terminar seu relacionamento e é colocada nesse mesmo lugar que Martha é colocada hoje. Uma traidora da família. A prima parece ter sofrido uma espécie de alienação

familiar. Relacionado a isso ou não, um ano após o término retomou a relação e segue até hoje morando na casa dos pais com seu parceiro, somados a eles, hoje dois filhos. Não tive mais notícias de que Martha tenha voltado para casa.

É possível perceber que a recusa por um relacionamento encaminhado faz com que o lugar dessa pessoa na família seja questionado, afinal, como poderia escolher algo individualmente, apenas baseada na sua vontade, sem que a opinião familiar tivesse um peso maior? A ruptura¹⁰ familiar que Martha vivenciou veio em consequência a uma reivindicação de autonomia diante daquilo que desejava, estar ou não num relacionamento, na visão dela, não deveria dizer respeito a família.

É notório que o tempo todo esbarramos numa certa tensão na tentativa de compatibilização entre projeto pessoal feminino e moral familiar. Estar casada ou estar solteira é facilmente convertido a com quem estar casada ou como estar solteira. Nos parece que nenhuma destas condições pode ocorrer, à luz de um estudo sobre famílias, sem que ocorra um certo tipo de negociação ou consentimento familiar. Dessa forma, essas tipologias me ajudam a pensar em como minhas interlocutoras têm produzido noções de solteirice entre mulheres que me fazem confrontar uma discussão sobre "casamento e solteirice", a partir de uma bibliografia que busca pensar sobre as posições/papéis de solteiras, nas relações de família e gênero.

Na próxima parte do texto, farei um levantamento dessa bibliografia que relaciona família, solteirice e gênero afim de situar o leitor sobre meu processo de construção e encadeamento dessas noções e de como elas foram sendo apresentadas ao longo das últimas décadas e, por fim, concluirei esse capítulo com uma discussão em torno das lacunas e contribuições para o avanço da discussão sobre o tema.

No Dossiê: Famílias em movimento¹¹, Fonseca (2009) discorre sobre a família como assunto de análise e sua pouca popularidade entre os cientistas sociais nas últimas décadas. A autora aponta o dossiê especial sobre

¹⁰ Entendemos como pertinente a utilização da ideia de “ruptura” nesse contexto por falar das repercussões coletivas, familiares, sobre uma decisão individual.

¹¹ Cadernos Pagu (29), julho-dezembro de 2007:9-35.

“comportamentos familiares” da Revista *Interseções*, Clarice Peixoto e Michel Bozon (2001:25) onde chama atenção para o fato de autores, particularmente os brasileiros, não explicitarem a análise dos comportamentos familiares. Se, por um lado, existe a tendência de reafirmar as “estruturas familiares”, sobretudo sua influência sobre os membros da família, por outro, deparamo-nos com análises psicológicas centrada no “self”, que, alicerçada numa ideologia individualista, pensa a coletividade em termos de suporte ou entrave à realização pessoal.

A “família” não deixa de ser considerada enquanto um valor de importância crucial. Porém, usar essa “categoria nativa” como termo analítico guarda certo perigo, pois pode criar uma confusão que coloque a ciência a serviço de verdades conservadoras do senso comum. Ao invés de ser concebida como unidade natural, “a família” passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada. Para Jelin (2009) “a família” aparece claramente como “produto ideológico”, força moralizadora de determinada época.

Sarti (1997), aponta que “A família¹²” é a esfera da vida social mais naturalizada pelo senso comum por nela se darem os fatos básicos da vida. Parece que tudo se dá de forma homogênea e acabada, uma vez que a família regula as atividades de base biológica, como o sexo e a reprodução humana e não como um universo de relações diferenciadas, encadeadas simbolicamente e que cada mudança, interior ou exterior à família, atinge de modo particular cada uma dessas relações e cada uma das partes da relação produzindo mudanças nos padrões de convívio familiar. Enquanto ser cultural, o homem, diante dos fatos da vida, escolhe como realizá-los, dentro dos limites e possibilidades da sua existência social.

Cynthia Sarti apresenta um texto no Seminário *A Família contemporânea em debate*, no Instituto de Estudos Especiais da PUC de SP em outubro de 1993, intitulado “Família e individualidade: um problema moderno¹³ no qual aborda, principalmente, dois problemas comuns aos estudos sobre famílias. Por um lado, a dificuldade particular remete a uma realidade muito próxima e que se confunde com o que nós somos, com nossa própria identidade. Por outro lado, no que diz respeito

¹² grifo meu

¹³ Apresentado na mesa-redonda “Perspectivas de análise teórica da família” pg. 19-21, outubro de 93

à análise das famílias, justamente pela rapidez da mudança nas suas relações internas nas últimas décadas. Já não sabemos tão claramente e nem conseguimos definir o escopo familiar baseado nos papéis historicamente construídos e esperados.

Essas mudanças correspondem a uma ação deliberada, no sentido de um projeto emancipador que instituiu novas possibilidades de comportamento que só foram possíveis por mudanças decisivas na esfera da vida social, exteriores à família, mas que a transformaram fatalmente. Nesse sentido, uma das mudanças mais expressivas ocorridas na família, relaciona-se à perda do sentido da “tradição”¹⁴. Papéis previamente estabelecidos tensionam-se cada vez mais diante da reivindicação de projetos de realização pessoal, nem sempre esperados ou compartilhados pelo grupo familiar.

A afirmação da individualidade tem implicações evidentes nas relações familiares, uma vez que estas são fundadas no princípio da reciprocidade e hierarquia. O caráter relacional da família é marcado pela diferença complementar, tanto no aspecto da conjugalidade quanto no aspecto da parentalidade. Embora comporte relações de tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores como instituinte da regra.

O que está posto em questão na família com a introdução da “individualidade” não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia no qual se baseia tradicionalmente. Esse processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres a partir de um fato histórico fundamental: “a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação de seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública”. (SARTI, 1995, pág. 43). Nesse sentido, a autoridade patriarcal e a divisão sexual do trabalho, fatores fundamentais na ordem familiar tradicional, estão, como nunca na história, modificando as relações e organização no interior da família.

As discussões feministas, de gênero e raça, têm contribuído muito para discussões anticoloniais e para repensar uma produção contínua do social e do simbólico, travando disputas conceituais acerca de gênero e família, natureza e

¹⁴ Falar sobre isso ser particular de cada família, o código moral socialmente construído

cultura, natural e social, colocando o debate da família como um produto ideológico historicamente produzido e moralmente sustentado (Batista, 2019). Dessa forma, compreendemos que relações de gênero e os domínios de família estão sempre conectados e se produzindo ao mesmo tempo que produzem visões de mundo, projetos políticos, horizontes morais, desejos pessoais e coletivos.

Bonetti (2007) ao discutir sobre uma “antropologia feminista” propõe, partir da noção de gênero (enquanto categoria fundamental de diferenciação), explorar a produção de todo tipo de desigualdade. Trata-se de uma abordagem que valoriza, mas não se limita aos estudos “de gênero”. Assumindo uma postura crítica em relação à abordagem convencional sobre assuntos de mulher e criança (descritas como um tipo de “história natural” da família), procura integrar questões sobre a “criação de novas gerações” dentro de uma preocupação mais ampla e mais política (Salazar, 2019).

É importante pontuar que esses espaços de sensibilidades intelectuais são também zonas políticas, a efervescência dos debates e discussões a acerca de família nos últimos anos são atravessados também por uma forte discussão sobre o gênero junto ao movimento feminista que, paralelamente, está ligado ao universo acadêmico. É uma disputa por espaço e renegociação de poder. Sujeitos acadêmicos são também sujeitos políticos.

No Brasil, existem núcleos muito dinâmicos especializados nos estudos de gênero, família e sexualidade, cada um com abordagem própria e que buscam trazer contribuições para o campo da Antropologia. A exemplo disso, o Azulilás - Núcleo de Estudos Interdisciplinares em gênero, família, conflitos e sexualidade - tem desenvolvido nos últimos 10 anos estudos no Amazonas sobre famílias, conflitos, violência, justiça, parentesco, gênero e sexualidades. Coordenado por Wiggers, o grupo tem feito esforços para identificar e compreender particularidades regionais quanto as dinâmicas familiares e suas moralidades e estudos de parentesco.

Fonseca (2009), em seu artigo “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da Antropologia” analisa ainda que somente no final dos anos 90, com perspectivas

transformadas e atravessadas pelas críticas advindas da pesquisa feminista, pós colonialista, gay e lésbica, foi possível testemunhar um retorno de estudos com o enfoque no antigo campo de “família e parentesco”. Em 1987, a autora já dizia que o estudo de parentesco em sociedades complexas ao se desatar da família conjugal, possibilitou o surgimento de pesquisas sobre linhagens, mulheres chefes de família, o laço fraterno e “mulheres sós”, solteiras ou viúvas. Dessa forma, mulheres que não se casam ou ainda não se casaram, anteriormente não estudadas nos estudos clássicos, destacam-se como um bloco importante, variando entre 10% a 30% da população adulta na década de 80, número muito mais expressivo nos dias atuais.

Nesse contexto, as discussões sobre mulheres que moram sozinhas adquirem mais evidência a partir de trabalhos realizados por volta dos anos 80/90. Duas autoras, Cláudia Fonseca e Miriam Grossi, nesse período, destacam-se pensando as posições nas relações familiares que produzem mulheres destinadas à solteirice. Grossi (1990) evidencia os poucos estudos sobre a existência de mulheres solteiras no campo, referenciando Fonseca (1989), e seu estudo com “solteironas” no contexto urbano, mas volta seu interesse pelo estudo da vocação religiosa feminina/celibato na área rural.

Já Grossi (1990), estava interessada em compreender a vocação religiosa feminina na área rural e evidenciou a temática sob três aspectos: das famílias camponesas, das próprias freiras e da Igreja Católica e sua necessidade de reprodução social. Para a autora, dentro do ethos camponês do Sul do país, o convento era a única opção para mulheres celibatárias estudadas na década de 80. A autora destacou ainda, entre outros aspectos, os discursos femininos voltados para a renúncia afetiva ligada ao casamento como um sentido de vida. O convento parecia ser a única via possível dessas mulheres para um projeto individual de ascensão social pela liberação da família e da vida camponesa.

No referido estudo, a autora pontuou que poucas eram as que percebiam que o desejo de não se casar era, no fundo, um desejo de autonomia com relação à família e mesmo quando reconheciam, a congregação ainda era a única opção viável. Vale ressaltar que essa via possível para o celibato, celibato eclesiástico,

não ocorria sem uma certa tensão familiar que antecedia a entrada no convento e era vivenciada quase sempre através de um conflito com o pai, geralmente relacionado ao dote.

Apesar de apontar o conflito econômico como uma das razões centrais para o antagonismo entre pai e filha a respeito da vida religiosa, Grossi (1990), salienta que as razões de ordem prática se aliavam a razões de ordem simbólica. Deixar a filha ir, mesmo que solucionasse problemas de herança de terra, implicava em perdas significativas para a família, esta que saía, não aumentava a rede de parentesco por aliança, nem configurava como elemento de apoio e sustento dos pais na velhice, sendo essa uma das principais queixas de famílias de religiosas no período da pesquisa. Entretanto, apesar da perda do capital social, havia um aumento do capital simbólico da família. Possuir uma filha freira era fonte de prestígio nas comunidades camponesas estudadas na região Sul do país na década 80 (mesmo que a mulher abandonasse a carreira religiosa, ela teria o estudo que lhe permitiria sobreviver na área urbano).

Rodrigues (1992), também interessada pelo estudo da solteirice produz uma etnografia sobre o celibato camponês feminino. A autora afirma que o celibato é, diante do casamento, uma condição social e teoricamente inviabilizada e propõe uma contribuição a este “vazio etnográfico” sobre o não-casamento, especialmente ao trabalhar camponesas celibatárias. O trabalho de campo foi realizado em 1989, na região serrana do Estado do Espírito Santo. Devido a padrões que regem patrimônio e matrimônio, o celibato era, no tempo do trabalho familiar e braçal da terra, assim como era também o casamento, uma prática camponesa de reprodução social, uma forma de não divisão da pequena propriedade. Casamento e celibato eram construídos de acordo com os interesses da casa (família, herança, terra, dote).

A autora aborda as perspectivas em torno do celibato feminino e masculino, e a forma como são construídos e percebidos como condições avessas ao casamento. O celibato é uma condição muito expressiva da construção diferenciada dos gêneros e do quanto essas diferenças são percebidas socialmente (egoísta ou altruísta) e vivenciadas como expressões naturais. Os gêneros, assim como no

casamento, no celibato a cada qual cabe um papel: solteirona/solteirão, invicta/convicto, carola/padre... sendo estas algumas das expressões utilizadas para designar a condição de celibato.

“Solteirona”, “titia”, “carola”, acabam por retratar os celibatos femininos considerados altruístas - em prol do próximo e não de si mesmo. Porém, uma vez que colocamos em comparação com seus correspondentes masculinos, percebe-se que tais expressões se tornam quase ofensas verbais, ao contrário das que designam o celibato do homem “Don Juan, solteirão, convicto”. A diferença é imposta pelo motivo do celibato: para eles, uma opção, para elas, uma falta de opção. A sorte de casar-se, por exemplo, só é relacionada ao celibato feminino, posto que não opcional. Ao homem, tais desígnios não contam, seu celibato é uma opção. O celibato masculino é visto como uma conquista.

Nessa perspectiva do celibato masculino como uma conquista, podemos citar a etnografia de Rossi Buffon (1997) em que evidenciou a relação de homens solteiros das camadas médias intelectualizadas com o “morar só”. A referida autora optou em trabalhar com um grupo de homens com idade entre 28 e 34 anos que não se encontravam elaborando e realizando projetos de vida no interior de uma conjugalidade. Eles mesmos pareciam se referir à essa situação como peculiar, frisando que a maioria de seus amigos, senão todos, encontravam-se casados. Ou seja, mesmo entre seus pares, constituíam um grupo a parte, como àqueles que levavam mais longe os ideais por uma individualização.

Dessa forma, a solteirice e o morar só surgiam, para o grupo de homens pesquisado, como espaços para concretização do projeto de individualização. No grupo estudado por Buffon muitos não haviam experienciado a conjugalidade e os que o fizeram definiram o casamento como precoce. A possibilidade de virem a se casar não estava descartada de seus projetos de vida, mas ser/estar solteiro, representava, inicialmente, a ausência de um compromisso que implicasse estabelecer um projeto a dois. Assim, a solteirice e o morar só possibilitavam o direcionamento de seus investimentos, tanto materiais como afetivos, para a realização de seus projetos individuais. A opção deles seria para um afastamento da estrutura familiar, tanto em contraposição à conjugalidade, quanto à

permanência na casa dos pais, pela construção de um espaço, físico e simbólico, sem “controles”, sem “interferências” de outras pessoas, sem “negociações”.

Nessa perspectiva, mesmo que a solteirice não constituísse um projeto de vida definitivo, o período que vivenciavam era marcado pela busca de independência. Independência que, por um lado, relacionava-se à autonomia sobre suas vidas, longe dos compromissos e controles familiares e por outro, pela conquista de uma “autossuficiência” em relação às tarefas e ao papel feminino no âmbito do espaço privado. A casa, adquiria, assim, um significado especial, constituindo-se no lócus simbólico da imagem masculina que buscam construir, assim como espelhavam sobre o feminino aquilo que buscariam em uma parceira, futuramente.

Em seu estudo, Buffon, não evidenciou conflitos ou tensões familiares existentes a partir da decisão desses homens solteiros de classe média intelectualizada saírem da casa dos pais. Seu foco estava na vivência dessa solteirice e sua relação com o espaço doméstico que passaram a construir enquanto projeto de realização pessoal.

É possível perceber que os estudos que abordam a “solteirice” utilizam diferentes definições que oferecem distintas posições de sujeitos, principalmente para as mulheres, em que o celibato feminino parece sofrer diversas redefinições. Alguns dos termos utilizados, por exemplo, “celibatárias”, “solitárias”, “independentes”, “desesperadas por um homem” e “poderosas” (Jill Reynolds, 2008) aparecem ora como sinônimos ora com definições distintas.

Segundo dicionário eletrônico, a palavra “solteirice” significa “ação ou dito próprio de um indivíduo solteiro”. Segundo Silveira Bueno (1996), a palavra solteiro vem do latim *solitarius*: isolado, separado, solitário; é um adjetivo dado a quem não se casou, que já foi casado ou comprometido. Também conhecido/a como celibatário e a celibatária, ou seja, homem e mulher que não se casaram. Dessa forma, a “solteirice” aparece aberta a constantes releituras e reinterpretações.

Voltando aos estudos antropológicos, Claudia Fonseca (1987) focaliza seu interesse para mulheres francesas nunca casadas, nascidas entre 1899 e 1910 (acima dos 50 anos). Ela define essa mulher como solteirona com base na sua

função e reputação. Ou seja, uma mulher que aparentemente nunca se casou, nunca teve filhos e nunca viveu maritalmente com um homem.

A autora afirma que quando desenhava sua pesquisa, na França da década de 70, quase todas as pessoas que conhecia tinha uma tia solteirona que desempenhava alguma função para o grupo de parentela. A solteirice destas era explicada, de modo geral, como uma consequência da guerra de 1914/18. Claudia Fonseca contesta tal explicação partindo de uma análise estatística da taxa de celibato feminino, apontando inclusive que os dados demográficos disponíveis não ajudavam a explicar o fenômeno e atribuiu um novo significado ao fenômeno argumentando que com o fim da guerra, cada classe se adaptou à crise de nupcialidade a seu modo. A autora diz que em determinados meios, como na burguesia ascendente, as mulheres não conseguiam abrir mão com tanta facilidade das regras matrimoniais convencionais.

Fonseca (1987) aprofunda, inicialmente o tema classe/família apontando que há uma relação entre situação econômica e a prática familiar e que noções historicamente construídas como “sobreviver” e “reproduzir” variam segundo grupo e circunstâncias. A autora estava mais interessada, nesse sentido, em apreender o significado particular atribuído aos conceitos: casamento, família e amor, para tentar reconstruir o universo simbólico no qual estavam se movendo e fazendo opções no início do século.

Outro estudo antropológico do início da década de 80 discorre sobre relações familiares entre pais e filhos adultos que continuam vivendo com os pais, e sobre as representações elaboradas por membros de famílias de classe média, moradores de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, sobre o que constitui uma família. Tania Salem (1980), deliberadamente, escolheu famílias em que jovens adultos de ambos os sexos permanecem em casa convivendo com os pais.

O referido estudo aponta diferenças de estilo de vida entre as duas gerações, uma vez que os jovens gozavam de uma adolescência prolongada e certa desresponsabilização pelo trabalho extra doméstico ou doméstico. Entretanto, a autora evidencia que esse processo não ocorria de forma “natural” ou homogênea,

existindo uma constante negociação entre aquilo que era entendido pelos pais como possível e aquilo que os jovens requisitavam enquanto projeto pessoal.

Salem (1980), salienta também que as experiências hedonistas dos jovens representavam uma busca de alternativas, elaboradas com bastante cuidado, a fim de evitar rupturas com o esquema familiar. A crítica dos jovens ao modo de vida dos pais não era levada ao extremo, no sentido de gerar uma mobilização para saída de casa. Apesar dos conflitos, o projeto social das famílias era assegurado e mantido através do controle sobre os estudos dos jovens e a sexualidade das jovens.

O estudo remetia a um contexto histórico brasileiro (década de 80) em que a mulher, na classe média, ainda ocupava, prioritariamente o espaço doméstico, e, que, por mais que tivessem uma formação, eram desencorajadas a desempenharem qualquer atividade remunerada, ficando a cargo do homem prover o sustento da família. A maioria das mulheres/mães entrevistadas deixaram suas atividades acadêmicas ou profissionais logo após o casamento para que pudessem se dedicar a família.

De certa forma, tais valores quanto aos papéis familiares esperados para homens e mulheres são, naquele momento, ainda transmitidos para a geração mais nova, onde os filhos são orientados para uma vida profissional e para determinadas carreiras enquanto as filhas são direcionadas, mesmo que estudem e tenham acesso a uma formação de certo prestígio, a se relacionarem com “jovens promissores” que em alguma medida possam garantir que o modelo familiar seja perpetuado, estando a mulher direcionada para o casamento e maternidade. Apesar das tensões geradas no interior das famílias, pais e mães tentam garantir a reprodução de determinados papéis por parte dos filhos e filhas (SALEM, 1980).

O conceito de papel apresentado pela autora englobaria dois aspectos analítica e empiricamente distintos. De um lado, refere-se às expectativas de desempenho que recaem sobre o sujeito pelo fato de ocupar determinada posição social. Tais expectativas, estereotipam padrões interacionais e convertem em demandas legítimas e significativas para o ocupante daquela posição. Por outro

lado, o conceito de papel se refere também ao desempenho efetivo levado a cabo por um sujeito no exercício de sua função.

Em contato com as interlocutoras dessa pesquisa, foi possível perceber algumas narrativas que se aproximavam daquilo que Tania Salem evidenciou em sua etnografia, quanto aos papéis e suas respectivas funções dentro do âmbito doméstico.

Conheci Anchieta, 31 anos, em 2019, no aniversário de 01 ano da filha de uma amiga, fomos apresentadas pois nos sentávamos, naquela ocasião, na mesma mesa. Anchieta era vizinha de minha amiga, tinha mudado a pouco tempo para a casa ao lado. Casa dentro de um conjunto de casas geminadas, o aniversário estava acontecendo no quintal comum a essas residências. Quando falava da mudança externava um certo alívio por ter conseguido, dizia que agora estava vivendo em paz. *“Só de ter o meu canto, nossa, não quero mais nada da vida”*. Em algum momento minha amiga perguntou se ela teria uma travessa para servir alguns doces e Anchieta me chamou para acompanhá-la até sua casa.

De forma similar à Eva, exibiu seu troféu. Contou a história de como alguns objetos foram parar ali e relatou um pouco do seu processo de saída da casa da mãe. *“tenho vontade de sair de casa desde os 17 anos, mas ao mesmo tempo eu tinha muito medo de sair de casa, não era medo de sair, mas medo de deixar minha mãe”*. *“Nasci quando minha mãe tinha 40 anos”, “fui criada para não sair de casa”*.

Anchieta conta que sempre pareceu muito com o pai e que sempre teve muito conflito em casa, *“imposição de regras, minha mãe limitava minha circulação, receber pessoas, sair”*; *“meu pai não morava mais com a gente, e aí quando eu fiz 17 anos, a gente conversou, eu e ele e aí eu pedi que eu fosse morar com ele, só que aí ele faleceu”*. Narra que mãe sempre atribuiu a ela muitas funções, *“tem coisas que só eu resolvo pra ela até hoje, principalmente da casa e pagamentos”*. Pergunto como foi o processo de saída de casa e ela diz: *“só falei que ia sair de casa quando o contrato de aluguel já estava assinado, mas ela não aceitou, disse que não queria falar sobre isso e jogou na minha cara que ela só tinha saído de casa casada”*.

Anchieta precisou interromper seu relato, já era hora de voltarmos ao aniversário, mas fez questão de reforçar que agora, pela primeira vez na vida estava

conseguindo gastar tempo com as coisas dela, decidia o que fazer com seu tempo e dinheiro e o que queria ter ou não na sua casa. No próximo capítulo voltaremos a falar de Anchieta.

A narrativa da interlocutora corrobora com a construção desse estudo uma vez que a ideia de que o morar só, ou seja, sair da casa dos pais ainda solteira, viabilizaria um projeto de desenvolvimento pessoal e autonomia, muito semelhante ao que Buffon (1980) aponta em seu estudo, onde a solteirice e a opção por morar surgem como espaços escolhidos para concretização do projeto de individualização.

Nos anos seguintes, os trabalhos que refletem sobre mulheres que moram sozinhas ou “mulheres solteiras”, terão mais ênfase em pesquisas sobre grupos populares, ou sobre novas configurações familiares, onde começam a ser contempladas as realidades de mulheres que tornam-se solteiras por conta de conflitos no casamento, divórcio, viuvez ou por mulheres que optam por morar sozinhas além dos estudos feministas que abordarão a solteirice sob outra perspectiva, como “livres e autônomas” (Fonseca, 2004).

Eliane Gonçalves (2007), em sua tese de doutorado em Ciências Sociais, intitulada “Vidas no singular: noções sobre mulheres só no Brasil contemporâneo” trata a noção de “mulher só” presente no Brasil entre a década de 90 e os anos 2000. A autora está focada nas discussões de estudo demográficos e percepções veiculadas na mídia, além das percepções de mulheres de camadas médias urbanas brasileiras, sem filhos e que moram sozinhas na cidade de Goiânia.

A posição dessas mulheres é pensada no Brasil contemporâneo em pelo menos três níveis, (1) dos estudos demográficos, que classificam essas mulheres a partir da noção de “novos arranjos familiares”, (2) do discurso produzido pela mídia, que destaca o crescimento de mulheres “solitárias” e o (3) discurso produzido por uma análise das Ciências Sociais sobre mulheres de classe média que moram só, ancoradas numa perspectiva feminista, que reflete sobre essas mulheres como livres e autônomas.

A autora evidencia que o fato de estar solteira, no que diz respeito à moradia unipessoal, vem sendo considerado um novo modo de viver em contexto urbano e

incorpora os ideais de liberdade, autonomia e independência, por muito disseminados pelo feminismo. Essa nova noção, no entanto, não se aplica de forma generalizada às mulheres brasileiras. As reportagens que tratam das “novas solteiras” no país, fazem referência a mulheres de classes médias e altas, brancas, escolarizadas, independentes economicamente, liberadas sexualmente, vivendo sozinhas em grandes centros urbanos, na região Sudeste do país, principalmente no trecho Rio-São Paulo (GONÇALVES, 2007; ANTUNES, 2010 apud ANDRADE, 2012).

A socióloga Rosário Mauritti (2011) diz que o “viver só” protagonizado por pessoas mais intelectualizadas é visto como um estilo de vida capaz de conferir sentido e de articular um novo paradigma da cultura de Modernidade, tornando-se uma manifestação do movimento radical e multiforme do centramento do indivíduo sobre si mesmo. Para Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim (1990), este centramento se enraíza no desejo de uma vida independente em que ter dinheiro significa ter o seu próprio dinheiro, ter espaço significa ter o seu próprio espaço e mesmo o mais elementar sentido da vida pode ser vivido tendo como centro o próprio indivíduo.

Ao contrário, Gonçalves, (2009), aponta que morar só numa sociedade ordenada para a família e o casamento parece uma extravagância que, no caso das mulheres, pode receber ainda algum tipo de julgamento. A “solteira” tende a ser vista como uma mulher a quem falta ou sobra sexo; se é solteirona, falta sexo, se é “solteira” independente, é definida por uma suposta liberdade sexual que a torna potencialmente uma ameaça às outras mulheres “compromissadas” e um atrativo aos homens. Ao discorrerem sobre suas experiências morando sozinhas, Laura e Jussara, interlocutoras da autora, oferecem um cenário no qual o imaginário social está permeado pela ideia de que uma mulher que mora só é sexualmente “livre” e “disponível” para os homens.

Vance e Snitow (1984, p. 128 Gonçalves, 2009), assinalam que a sexualidade, enquanto socialmente construída, tem alguns aspectos dessa construção mais aceitos que outros – a homossexualidade e o casamento são protegidos e recompensados; outras sexualidades são reguladas e castigadas. Por

outro lado, à medida que outras formas de vida se expandem, as possibilidades de redes sociais para além dos círculos familiares e de parentesco contribuem para a invenção de novas formas de afetividade, quebrando o monopólio do casal e da família enquanto lugar privilegiado de intimidade.

Gonçalves (2009), analisa noções gerais relacionadas à sociabilidade, com especial ênfase à sexualidade e à amizade, e aos significados atribuídos à solidão, problematizando o valor social concedido ao par conjugal como símbolo de intimidade a partir de narrativas de mulheres de camadas médias, com alta escolaridade, profissionalizadas, “solteiras”, sem filhos e que moram sozinhas. À luz do ideário feminista de liberdade, igualdade, independência e autonomia, que ganhou força e se expandiu a partir dos anos 1960 nas “sociedades ocidentais modernas”, as noções analisadas pela autora remetem a mudanças e permanências, revelando um cenário, ainda pouco explorado, das grandes cidades brasileiras.

Ainda nesse sentido, temos percebido que o processo de “viver só” não pode ser reduzido a uma consequência inevitável de mudanças nos arranjos familiares e cultura da modernidade. Através das falas de nossas interlocutoras, notamos que mesmo quando conseguem “viver só”, estas seguem em constante dinâmica de negociação com a casa dos pais e acordos são (re)feitos, então nem sempre o seu próprio espaço é só seu. Além disso, vimos, em campo, que o dinheiro destas solteiras, parece, de alguma forma, vez ou outra, garantir a possibilidade de saída. Não é incomum falas de dar um dinheirinho para mãe ou se responsabilizar por contas da casa dos pais como forma de “reparar ou minimizar as perdas da saída” e até mesmo pagar um aluguel para a família, caso o imóvel ocupado seja destes. Essas e outras questões serão melhor apresentadas e analisadas no próximo capítulo.

Diante do exposto, fica evidente a multiplicidade de compreensões e justaposições em torno da ideia de solteirice. No processo inicial de construção dessa pesquisa, tomei como ponto de partida fazer um levantamento bibliográfico dos estudos antropológicos sobre família que tomassem a “solteirice” de forma central ou periférica como objeto de interesse. Logo que iniciei o levantamento dos

estudos clássicos as noções de celibato e solteirice apareciam como sinônimos e, apesar de aparecerem em estudos importantes, principalmente dos anos 80/90, não dialogavam de forma direta com aquilo que eu estava interessada em investigar. Eu não reconhecia minhas interlocutoras nas discussões teóricas que estavam a minha disposição. Essas categorias antropológicas de solteirice e celibato me ajudaram até certo ponto a ficar um pouco mais próxima da diversidade de posturas das minhas interlocutoras diante de "família" e "casamento". Mas se mostravam insuficientes para uma nova caracterização do fenômeno da solteirice.

Os estudos familiares acabavam por reificar um lugar pouco confortável de se estar, enquanto uma mulher solteira, onde a satisfação e o valor social não pareciam possíveis. A estas, não restava outro destino a não ser lidar com o "fracasso" por não terem conseguido um casamento. Já os estudos feministas, interessados nos horizontes de sociabilidade e autonomia, estavam interessados em apresentar relação da mulher com "seu poder" de decisão. Ambas as perspectivas teóricas, apesar de suas devidas contribuições, foram insuficientes para sustentação dos nossos dados. Procurando escapar de reificações da vida cotidiana e não cair num reducionismo sobre as conquistas e reivindicações femininas, incluindo o morar só como são mero produto da modernidade. Apresentaremos a seguir nossa própria construção sobre a noção de solteirice.

2.1 Afinal, de que solteirice, então, estamos falando?

Por mais que, atualmente, nem todas as minhas interlocutoras ainda estejam solteiras e que nem todas se reconheçam exatamente naquilo que um conjunto de autoras vai classificar como solteirice, essa é a categoria que me possibilitou perceber e construir classificações sobre mulheres que estão numa "margem" entre casamento e família e a confirmar a ausência de referencial que desse conta dessa pendulação. Nesse sentido, assumimos uma compreensão sobre solteirice que privilegia o deslocamento, entendendo que os processos de circulação entre um ponto e outro, estar solteira e estar casada, não são rígidos e nem únicos, que existe

uma mobilidade que permite não ser nem uma coisa nem outra e, ao mesmo tempo, estar próximo ora de um ponto ora de outro, permitindo-nos ver as ações dos sujeitos de uma forma menos fixa e a reconhecer que dá pra ser muitas coisas e ao mesmo tempo não estar totalmente situado em nenhuma delas.

Para além das generalizações que parecem definir um estado tomado como dado no que diz respeito a “estar solteira ou estar casada”, estamos interessados em olhar para o detalhe por trás dessas definições. Nos deparamos com mulheres que narram suas trajetórias de solteirice e saída da casa dos pais não por prescrição de um projeto familiar, mas enquanto uma decisão, mesmo que fossem preferenciais a um casamento, elas abrem mão desse imaginário sobre os ganhos de um casamento, não de forma definitiva, na busca por construir suas próprias representações sobre o valor social em torno de suas vidas, mas não sem tensão. Parece haver o desejo por construir um projeto de realização pessoal feminina desamarrado, em partes, das obrigações familiares ou de um laço conjugal, mesmo que haja restos morais, muitas vezes admitidos por estas, ao sentirem culpa por não sustentarem as idealizações da família de origem em torno de suas vidas.

Essas mulheres, em nada se aproximam de uma ideia de celibato/solteirice apresentada pela bibliografia especializada, pelo contrário, o detalhe da solteirice que encontramos está sustentado por uma transitoriedade, uma mobilidade que as permite não habitar nem o vazio e nem as posições fixas previamente definidas socialmente. Dessa forma, as tipologias apresentadas anteriormente ilustram muito bem os rearranjos possíveis e cabíveis nas trajetórias dessas mulheres que, entre outras coisas, seguem tentando compatibilizar um projeto de realização pessoal feminina que, ainda que marcada por uma certa recusa do casamento, em nada inviabiliza experiências afetivas, relacionamentos duradouros, casamentos não judicializados ou reconhecidos, desejo por filhos sem a necessidade de uma convivência marital etc..com a reciprocidade familiar.

Concluimos nossa tentativa de contribuição sobre as discussões em torno da solteirice, trazendo uma discussão contemporânea de como a solteirice aparece ainda como uma questão que não é só de uma pessoa que decide ser solteira, mas como a solteirice está relacionada ou até mesmo a decisão de casar-se está

relacionada aos vínculos e as ideias que se tem sobre família e sobre parentesco. Entendemos que tal discussão segue necessária, mas carece de um novo arcabouço teórico e referencial. Enquanto um fenômeno, a solteirice não acabou nos anos 80/90 e nem se encerrou nos processos de individualização, apesar de muitos estudos contemporâneos sobre mulheres solteiras partirem de uma noção de autonomia, esta é apresentada sempre deslocando a solteirice das discussões sobre família e parentesco. Apesar de relevante tal discussão, entendemos que a solteirice continua sendo uma questão para os estudos de família e parentesco.

Capítulo 03 - Trajetórias, contextos e narrativas: o que dizem as solteiras sobre o morar só

Para escrita deste capítulo me inspirei em etnografias que abordam as noções de trajetória e/ou história de vida como forma de apresentação dos dados, mas, para além disso, busquei inspiração em formas heterogêneas de apresentação destes. Nesse sentido, o trabalho realizado por Olivar (2013), me ajudou a olhar para as diferentes posições que ocupamos no processo de aproximação com as protagonistas de nossas reflexões. Em seu trabalho, realizado entre 2006 e 2009, o antropólogo nos brinda com um texto que tece conjuntamente os resultados de sua pesquisa acadêmica sobre prostituição e prostitutas da cidade de Porto Alegre (região central) e escrita literária. As narrativas apresentadas são extensas e feitas ora na voz das sujeitas da pesquisa, ora na voz do pesquisador, hora na forma de desenhos, feitos pelo próprio pesquisador, cópias de cartazes, entre outros. Um rico material gráfico produzido artesanalmente no decorrer do tempo de sua relação com suas interlocutoras.

Para além de tratar apenas das relações entre prostitutas e clientes, seu trabalho esmiuça a produção de relações sociais nas quais o sexo comercial aparece ligado às relações de parentesco, conjugalidade, amizade, trabalho e ativismo (Piscitelli, 2013). A prostituição é abordada enquanto um espaço privilegiado de existência de famílias e socializações, especialmente femininas, tidas como relegadas, marginais e perigosas no espaço simbólico de expansão de classes/gênero hegemônicos. Olivar (2013), importa-se em narrar suas trajetórias como eram lembradas ou contadas por elas, tanto a memória sobre si mesmas, o trabalho, seus afetos. O autor argumenta que a memória não é um objeto a ser provado ou demonstrado - *“a vida prática se tece na memória, como símbolo autossignificante”*. *As maneiras como elas lembram e narram suas vidas são formas radicais de agenciamento* (Olivar, 2013, pg. 40).

Metodologicamente, o autor, baseia sua pesquisa em dois procedimentos: etnografia e narrativas de trajetórias. Com intuito de compreender os eventos do presente etnográfico em sua relação com a trajetória biográfica e com o universo

cultural conceitualizado buscou realizar conexões intraetnográficas e intranarrativas que permitissem acessar as experiências a partir delas mesmas. A narrativa, delas e dele, permite-nos enquanto leitores ver, imaginar, compreender os processos complexos de fazer-se mulher, puta¹⁵, militante e antropólogo.

A partir desse universo de inspiração, tenho tentado tecer uma narrativa, ao longo do trabalho, em que o campo se produz na interseção do meu próprio percurso com as diferentes trajetórias das minhas interlocutoras. Estas, por dialogarem ora mais próximas ora mais distantes de uma atmosfera relacional possibilitaram meu acesso a seus universos significativos e, enquanto uma ouvinte privilegiada, posso contar suas histórias.

Meu esforço será de apresentar o delicado processo de bricolagem em que diferentes temporalidades, situações, aproximações ou afastamentos, ou seja - as diversas formas de me relacionar com essas mulheres - vieram a produzir diferentes tipos de possibilidades narrativas que, a princípio, não necessariamente dialogam ou falam exatamente do mesmo lugar ou sobre a mesma perspectiva da questão que lhes é comum - a solteirice.

A decisão por apresentar esses contextos e narrativas de forma que se iniciem e se encerrem em si mesmas, apesar de eu vir a fazer, a posteriori, o exercício analítico de aproximação e construção de relação entre estas, é uma tentativa de privilegiar seus próprios fluxos e pendulações em torno das questões que as atravessam sem reduzi-las ou transformá-las em recortes homogêneos e categóricos de semelhanças. Aqui, interessa-nos também evidenciar as dissonâncias. Em concordância com Olivar (2013), este é um tipo de texto produzido nos encontros e na duração das relações, que não pretende libertar-se das subjetividades, ao contrário, estarão entregues ao leitor. Os trânsitos textuais que se seguirão são frutos de narrativas extensas. Nesse sentido, entendemos que os dados excedem as possibilidades de interpretações e a relação entre estes não é de coesão e correspondência um-a-um, mas de mútua extensão.

¹⁵ Na discussão que Olivar faz em sua tese, algumas de suas interlocutoras se reivindicam enquanto puta.

Marisa

Conheci Marisa, 32 anos, durante o Mestrado, em 2016. Solteira na época e ainda morando com os pais, comentava durante nossas conversas sobre a rotina em casa e as regras relativas a horários de saída à noite. Falava sobre a preocupação e cobrança constante, principalmente, com relação ao horário de retorno para casa e atribuía isso ao fato de ser mulher. Dizia que os irmãos não eram questionados ou abordados pelos pais e pontuava que o movimento dos pais ocorria por ela querer certa liberdade, *“tenho 28 anos, não sou uma criança”*.

Mesmo trazendo como queixa as demandas dos pais, evidenciava o quanto era tranquilo morar com eles e reconhecia que desfrutava de certa autonomia. Contraditoriamente, dizia sentir muita vontade de morar sozinha por achar que conseguiria vivenciar de forma mais satisfatória suas vinculações afetivas e sexuais, que na época, eram limitadas. Enfatizava que teria condições financeiras para *“banciar uma casa”*.

Ao ser questionada de o porquê não sair de casa já que havia condições financeiras para isso e incômodos com as regras da casa e com a vivência sua sexualidade dizia que *“era conveniente”* estar em casa.

* * *

Atualmente, Marisa mora sozinha, saiu da casa dos pais no final de 2019 para viver num imóvel da família que estava desocupado. Relatou que o irmão deveria se mudar com a esposa para esse imóvel, mas *“enrolou muito, não levava as coisas dele pra lá e então ocupei antes dele”*. Mudou-se mesmo com os pais achando o movimento desnecessário. Ela, por outro lado, propôs pagar aos pais pelo imóvel, uma espécie de aluguel, além da manutenção do bem. *“Era justo né, já que eu queria sair que eu arcasse com as despesas da outra casa e repassasse a eles uma quantia”*. Em outro momento da tese voltarei a essa questão pois ela aparece em outros relatos e me faz pensar que, de alguma forma, essas mulheres tentam compensar os pais pela saída da casa. Geralmente pela via material.

* * *

Em agosto de 2021, encontrei com Marisa para um almoço, não nos víamos há mais de um ano em decorrência da pandemia. Perguntei como estava a vida e se permanecia morando sozinha e ela trouxe algumas repercussões cotidianas de morar num imóvel dos pais, mostrou-se bastante incomodada com o acesso que tinham a casa, sem autorização ou qualquer tipo de comunicação.

Evidenciou que *"mesmo pagando aluguel, entram na minha casa quando querem"*. *"Outro dia tava tomando café na sala, só de calcinha e sutiã, e ouvi um barulho, fui ver e era meu pai com um pedreiro, tinham ido buscar um material que meu pai tava guardando ali, fiquei sem entender nada, não tocou campainha e nem avisou"*. *"Conversei com minha mãe que gostaria de fazer algumas melhorias na casa, pintar a parede e mudar uma porta de lugar, ela não falou nada, mas percebi que não gostou"*. Marisa diz que deixou uma chave na casa dos pais por questão de segurança, caso acontecesse alguma coisa enquanto estivesse fora os pais teriam acesso para resolver.

"Acho que eles não chegam assim na casa dos meus irmãos", todos casados, existe um *"respeito a casa dos outros"*. Por fim, Marisa confia que tem cogitado sair do imóvel para não criar nenhum tipo de novo conflito com os pais em decorrência dessa circulação não desejada. Ao mesmo tempo que aponta esses desconfortos em ter seu espaço sendo constantemente *"invadido"* avalia que também não avisa quando vai até a casa dos pais e que sempre entra sem se anunciar, algo que tem tentado, aos poucos, se policiar para não fazer.

Outra situação relatada que chamou minha atenção por, de certa forma, evidenciar a tentativa de sempre incluir os pais ou buscar que os mesmos concordem com aquilo que ela imagina sobre o espaço em que mora. *"O muro interno da casa não era pintado, só chapisco, sabe? Muito feio, me incomodava, aí comentei com meus pais que eu ia pintar o muro, que me incomodava, eu gosto de ficar lá fora e aí fico olhando pra parede daquele jeito...enfim, viajei com meu namorado, quando voltei o muro tava pintado de uma cor horrível, laranja, agora eu tenho que lidar com isso né"*.

Parece existir, implicitamente, na dinâmica de saída da casa dos pais um certo acordo sobre esse lugar ainda ser um lugar comum da família e na medida

em que Marisa vai se deparando com essa situação e refletindo sobre essas implicações na sua privacidade começa um outro processo de desejar “sair de casa”. Conta ainda sobre uma situação em que visitou a casa dos pais e eles conversavam sobre umas mudas de plantas a serem plantadas. Ela se mostrou interessada e disse que gostaria de plantar alguma coisa no quintal de sua casa. Dias depois ligou para a mãe para pedir alguma indicação de planta e a mãe disse que já havia plantado *“minha mãe disse que tinha ido na minha casa junto com meu pai e que tinham plantado umas mudas, não só plantaram como tem ido regar, enquanto estou trabalhando, eu me sinto invadida”*.

Apesar dessa ideia de invasão aparecer, sempre que deseja fazer alguma coisa no espaço em que vive, no sentido de uma mudança que estaria mais próxima daquilo que ela imagina como “do seu jeito” aciona os pais e parece que estes se sentem convocados ou até mesmo autorizados a fazer pela filha, talvez numa tentativa de ajudá-la a realizar aquilo que apresenta, mas nos próprios termos. Afinal, parece ainda existir um imaginário compartilhado por Marisa e seus pais de que a casa ainda seria a casa dos pais.

Ruth
1o ATO

Conheci Ruth, 34 anos, em 2017 através de amigos em comum. Ela acabara de sair de uma relação de quas e 10 anos. Após uma rápida aproximação em uma confraternização de um amigo em comum, onde eu era a única “de fora” do grupo (e da cidade), surgiram muitas perguntas sobre minha vida como mulher solteira morando sozinha em Manaus, sobre meu trabalho e minha vida de modo geral. Ainda nesse primeiro momento, relatou um pouco do seu cotidiano morando com os pais.

“Minha família é muito tradicional, minha irmã mais velha teve apenas um namorado, só saiu de casa após o casamento. Está casada há 12 anos, tem 2 filhos”. Ruth era fumante há alguns anos, porém, nunca pôde fumar em casa, seu hábito permanecia como um segredo. *“Sempre criei estratégias para que não desconfiassem”*. Dizia ter vontade de sair de casa há muito tempo, mas nunca se

viu com coragem para tomar tal decisão, *“seria muito difícil para os meus pais”*. Relatava ainda que após o término do seu relacionamento se viu querendo sair mais com os amigos, frequentar festas e espaços "alternativos". Situação um pouco difícil quando tinha que falar aos pais o horário que voltaria para casa, *“meus pais viam tudo como um problema, tudo era motivo para um conflito, parecia que eu não tinha condições de me cuidar, se não era o horário era o local ou qualquer coisa que estivesse fora de casa”*.

Após nosso primeiro encontro, outros incontáveis sucederam, fomos juntas a algumas festas de carnaval, Ruth experimentava a solteirice pela primeira vez em muitos anos mas, apesar da alegria que recuperara após um término difícil tentava compatibilizar as expectativas da família com sua disposição para estar fora de casa. Os horários de saída e chegada, consumo de álcool, medo de que algo lhe ocorresse, as constantes perguntas sobre os lugares que frequentava, além das exigências para se fazer presente no cotidiano da família foram aumentando o desejo de Ruth por experimentar a vida fora da casa dos pais.

Após muitos conflitos, não apenas relacionais, mas também pessoais, decidi sair de casa. Dizia querer morar mais perto do trabalho, construir uma rotina que fizesse sentido para as suas necessidades, descobrir como se relacionar com um espaço apenas seu...as vontades eram muitas, já a família sofria com a decisão. *“Minha família tentou de várias formas mostrar o quanto era desnecessário, minha mãe queria saber o que eles estavam fazendo de errado, eu me senti muito culpada no final das contas, parecia que meu movimento era precipitado e que não tinha condições de cuidar de mim ou de uma casa sozinha”*. Para minha mãe eu tinha tudo que precisava em casa, não havia trabalho com nada, devia estar satisfeita. Além da comparação com minha irmã que só saiu de casa casada”.

2o ATO

Meses depois falamos sobre seu processo de mudança. No dia em que levou a cama de seu quarto para o novo endereço, despediu-se dos pais desculpando-se por estar saindo de casa daquela forma e não como eles desejavam, todos choravam muito. *“Meus pais achavam que eu só sairia casada, a forma como saí*

foi triste para todo mundo, mas eu queria e já estava na hora. Eles vão se acostumar, vamos nos acostumar”.

Há, na trajetória de Ruth algo que, inicialmente, me parecia mais forte do que qualquer desejo que tivesse sobre sair de casa. A culpa. Não por menos, ela adiar tanto sua decisão, apesar dos conflitos e das renúncias que a vida familiar lhe impunha, Ruth aprendera a lidar com o desconforto. À medida que íamos nos tornando cada vez mais próximas percebia o quanto a culpa lhe era presente e o esforço feito para compensar aqueles que de alguma forma ela poderia estar “decepcionando” era evidente, mesmo antes de sair da casa dos pais. De certa forma, havia herdado moralidades que lhe faziam, apesar de desejar, perceber seu desejo como algo a ser evitado.

Memórias sobre uma mudança.

1o carta do velho continente - ano 2022.

Apesar de termos compartilhado incontáveis conversas e encontros durante sua trajetória de solteirice/saída de casa/morar sozinha/pandemia...foi quando esta já não morava mais em Manaus (atualmente vive em Porto, Portugal), ao continuarmos nossos diálogos/relação entre interlocutora-amiga e antropóloga, que me perguntou se poderia escrever ao invés de continuar dizendo sobre sua experiência. Ruth tem uma íntima relação com a escrita e o universo literário. Concordei de imediato e privilegiei a forma como escolhera estar apresentada aqui. Não através apenas do material que havíamos produzido através de nossas conversas e meu testemunho de seu cotidiano nos últimos anos, mas daquilo que ela, debruçada sobre rememorar sua trajetória escolhia agora dizer.

“Eu me mudei para um apartamento de dois quartos que ficava em frente ao meu trabalho, de modo que bastava eu atravessar a rua para chegar ao serviço. Fiz a mudança em alguns dias e logo fiz planos para adaptar os móveis que havia levado, pintar as paredes da sala do jeito que imaginei, comprar sofá, instalar a internet e a tv a cabo. Tudo isso foi interditado pela pandemia. Durante seis meses vivi como se tivesse acabado de me mudar. Minha nova casa não tinha sofá, eu

assistia apenas os canais de tv aberta porque todos os serviços no prédio estavam suspensos. A parede ficou num tom de verde que me lembrava hospital e durante todo esse tempo eu tive apenas 3 pratos, talheres velhos e umas duas canecas.

Ultrapassada a fase de achar que aquela suspensão da normalidade seria breve, comecei a tentar organizar a casa minimamente para poder trabalhar e fazer as tarefas domésticas. Usei a internet emprestada da vizinha de cima para conseguir trabalhar, comprei alguns eletrodomésticos pela internet e algumas coisas de casa no Carrefour. O tempo que eu usava saindo com amigos, visitando a família, indo para festas, se transformou em longas horas de solidão assistindo novelas antigas.

Entre março e abril de 2020 meus pais pegaram covid. Foi o início da primeira onda em Manaus e meu pai só não foi para o hospital porque se recusou. Por sorte, a doença não foi tão insistente e o médico que o atendeu foi muito competente e concordou que ele ficasse em casa. Minha mãe sentiu menos, mas ambos sofreram com falta de ar, cansaço e, mais do que isso, o medo de uma morte iminente. Nesse período a mãe de uma amiga faleceu num intervalo absurdo de uma semana, minha ex-chefa faleceu subitamente deixando um filho de dois anos e uma sequência de conhecidos foram sendo internados, causando uma sensação horrível de impotência. O isolamento ficou mais severo e esse foi o período em que eu não saí de casa nem para ir ao supermercado, pedia as coisas por delivery.

Foi um período duríssimo, pois deixei de ver minha família e não saía do apartamento para nada. A solidão nesse momento foi muito impactante, mas eu sustentei minha escolha de ficar sozinha. Minha ansiedade, que antes era voltada pra comer em excesso, foi neutralizada pelo ato de preparar a comida, cortar os ingredientes, pela minha familiarização com a vida doméstica. Mas houve também momentos mais sombrios. Tive crise de bruxismo, mas até isso acabou por trazer algo bom porque eu passei a fazer exercício físico todos os dias em casa, para diminuir a tensão da mandíbula e do corpo inteiro, passei então a lidar melhor com a minha ansiedade. Em paralelo aumentei o consumo de álcool.

No Dia das Mães foi quando finalmente reencontrei meus pais, abracei minha mãe com força, chorando de alívio e saudade. Por mais que eu tenha travado uma batalha para obter autonomia e independência, isso nunca confundiu meu amor e respeito pelos meus pais, até porque esse tempo em que fiquei sozinha me fez entender que a batalha na verdade era comigo mesma, não com eles. Ao vê-los com saúde, senti um alívio enorme por não os ter perdido para essa doença tão cruel”

Ruth, passou a frequentar mais a casa dos pais após algum tempo de pandemia, costumava passar os finais de semana na casa deles, mas durante a semana se mantinha em sua casa.

“A pandemia tomou conta dos anos de 2020 e 2021, com um vaivém de regras de convivência com as quais aprendemos a aceitar. Embora 2021 tenha sido mais brando em termos de isolamento, o mês de janeiro desse ano ficou gravado em Manaus para sempre como um dos piores de nossa história. Uma nova e letal onda de covid, crise oxigênio, pessoas desesperadas e relatos muito difíceis de assistir. Mas foi nesse caos de janeiro de 2021 que (re)encontrei meu marido”.

Passeando em um desses aplicativos de namoro, vi um rosto familiar. Cliquei no coração e “deu match”. Começamos a conversar e descobrimos que já nos conhecíamos. Ele tocava na banda de um amigo e eu provavelmente cruzei com ele muitas vezes durante os 20 e poucos anos. Descobrimos inclusive que éramos amigos no Facebook. Ele estava separado há um ano, tinha uma filha de seis anos de idade. Ele propôs que nos encontrássemos no único lugar aberto possível, o supermercado. E assim foi. Ambos de máscara, com distanciamento, fazendo compras e falando da pandemia, de livros, de vinho, de música. Estabelecida uma confiança mínima quanto ao respeito às regras da pandemia, passamos a nos encontrar e, em seguida, começamos a namorar. Em dezembro de 2021 estávamos casando e hoje estamos a viver em Porto, Portugal.

Nunca imaginei que as coisas aconteceriam dessa forma, nunca imaginei morar longe de minha família. Acabou que cheguei ao mesmo destino de minhas ancestrais, mas o caminho que percorri foi muito diferente. Não trocaria nada do

que vivi, pois acredito que a saída de casa, a solidão vivida por inteiro sem a iminência de chegar alguém mandando você ligar as luzes da casa, me trouxe maturidade, confiança e coragem”.

Estive presente no casamento de Ruth, em dezembro de 2021, uma festa organizada no salão do prédio de sua irmã, onde familiares e amigos se fizeram presentes. O anúncio do noivado foi feito 30 dias antes, logo em seguida recebi o convite. Até o dia do casamento, não sabia que Ruth mudaria de país, mas era claro que algo estava se passando que tocava a família profundamente. Quando soube de sua mudança, os choros, os abraços, os ensaios de uma despedida fizeram sentido. Não era mais sobre sair de casa e dar uma passada na casa dos pais toda semana ou quando estivesse a fim. Havia, nessa decisão de mudar de país, um interdito ainda não experimentado, ainda hoje testemunho as interações familiares via redes sociais, sempre repletas de saudade.

É interessante perceber os tempos de narrativa e como eles alteram a atmosfera afetiva daquilo que está sendo contado. Ruth, inicialmente, lá em 2017, vivia atravessada pela angústia e culpa de tomar uma decisão que mudaria os rumos de um imaginário familiar. Tentava compensar a família de alguma forma, inclusive financeiramente. Havia uma disposição para “amparar” essa mãe que afinal estava sendo deixada, um agrado, uma mesada, um alívio da culpa. Além da presença constante que dava a possibilidade da família saber se ela estava bem mesmo fora de casa. A medida em que foi “bancando” sua decisão e tomando outras, suportando aquilo que a vida lhe apresentava enquanto possibilidade sendo uma mulher solteira morando sozinha, percebo que narra seu processo, nas cartas, quase 03 anos depois, já casada, morando em outro País, quando narra os conflitos com a família, os narra de uma forma que parecem muito menores do que a atravessara em anos anteriores. Há uma leveza em falar sobre a fase de vida que nua mais vive, optando em não evidenciar tanto as dificuldades familiares, ou seja, quando ela vai recontar nesse outro tempo, já passada a experiência de ser uma mulher solteira e de atender as demandas da família, o jeito de contar os conflitos muda.

Apesar de me ocorrer que o fato de ter encontrado um parceiro com o qual seria possível viver o casamento tenha produzido uma espécie de “dever cumprido” que organizou aquilo que ainda parecia meio torto em sua trajetória. O ato simbólico de entrega de seu buquê de noiva à mãe me faz pensar que enfim, sua dívida foi paga.

ÚLTIMO ATO - Sobre revisitar uma história familiar.

2a carta do velho continente - ano 2023

"A meu ver, minha família é o que comumente se entende por classe média. Meu pai veio de uma família humilde, pai, mãe, três filhos, moravam no antigo bairro do Céu, no centro da cidade. Meu pai cursou engenharia civil na antiga Universidade do Amazonas e casou com minha mãe aos 23 anos. Minha mãe era de uma família separada, meu avô materno saiu de casa, deixando minha avó com dois filhos menores de idade, mamãe tinha 15, meu tio tinha 12. Mamãe casou com meu pai aos 19 anos, tinha o sonho de cursar Farmácia, mas não foi aprovada no vestibular e não tentou novamente, só veio a cursar uma faculdade quando eu já era adolescente. Logo que casaram, meus pais moraram por alguns anos na casa de trás da casa que minha avó dividia com a irmã dela. Quando eu nasci, eles se mudaram para a casa do D. Pedro I e acho isso importante dizer, porque o Dom Pedro era um espelho muito preciso da classe média manauara. Hoje acho que já existem outras camadas sociais e o bairro em si tem se tornado muito comercial, mas à época ele era um bairro predominantemente residencial, tranquilo e muito muito católico. O entorno da minha infância é muito marcado pela presença da Igreja católica: íamos à missa todo sábado, eu e minha irmã estudávamos no La Salle, colégio católico, meus pais faziam parte de um grupo/associação ligado à paróquia do bairro, Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos. Muitas famílias do bairro faziam parte desse grupo, eles se reuniam para fazer eventos beneficentes, arrecadações para a igreja ou instituições de caridade etc. Eram famílias semelhantes à minha, então o meu entorno era formado por essa estrutura familiar tradicional. Adiciono a isso, ainda, a tradição judaica da minha família por parte de mãe, que era muito

numerosa, tínhamos também muita convivência com eles, íamos a bar-mitzvá dos primos e todas as celebrações judaicas.

Sobre casamentos, separações e solteirices (viuvez)

Na minha família há um histórico de casamentos bem sucedidos, mas obviamente que há exceções, a começar pela minha avó materna. Meu avô e ela se separaram¹⁶ e ela, embora jovem à época, recusou-se a casar novamente. Quando meus pais foram morar no Dom Pedro ela foi junto, sendo portanto muito presente na minha vida. Eu via isso como algo muito comum não apenas porque é um fato que antecede a minha existência e se manteve assim até o falecimento de minha avó, como também era visível em outras famílias. Depois que meu avô paterno morreu, por exemplo, minha avó paterna foi morar com a filha mais nova, minha tia. Então havia esse traço muito naturalizado por mim, de ter as avós ali presentes, 24 horas por dia. Minha mãe era comerciante e passava o dia trabalhando, meu pai era engenheiro, tinha empresa e também trabalhava muito, portanto minha avó era aquela presença constante, vigiando minha alimentação, meus estudos. Acredito que sua presença teve um grande impacto na minha vida e na vida de minha irmã, inclusive no que se refere a nossa relação com nossa mãe, pois inegavelmente havia entre elas (mãe e avó) uma maternidade compartilhada.

A história das mulheres da minha família é plural porque atravessada por diferentes religiões e localidades, mas em sua maioria elas casavam e ficavam com esses maridos até a morte. Então, o status delas era ou casada ou viúva. Havia também alguns divórcios, mas eram exceções e, quando aconteciam, eu geralmente não encontrava mais o ex-marido de minhas tias, mesmo que tivessem filhos. Minha bisavó materna, mãe do meu avô materno, casou quatro vezes. A tia-avó com quem minha avó materna morou tinha uma história interessante: ela era

¹⁶ Em um momento anterior, como evidenciado no texto, Ruth narra que o avô materno saiu de casa deixando a mulher e dois filhos. Nesse momento, fala sobre uma separação. Novamente os diferentes tempos e formas de contar sua história produzem diferentes narrativas. A meu ver separação e “ser deixada” têm pesos diferentes

reconhecidamente a “outra”, o que foi muito mal visto e comentado na época, especialmente porque o homem que ela escolhera já era casado e não era judeu.

No entanto, o predominante de fato era o casamento, como uma consequência natural da vida da mulher, pois apesar dessas histórias me chamarem a atenção agora já adulta, penso que enquanto crianças não foi isso que eu vi. Principalmente porque a história que acompanhei de perto – e que, portanto, muito me influenciou – seguiu essa “regra” silenciosa. Minha irmã começou a namorar o vizinho aos 19 anos. Ele era daquele círculo social do D. Pedro, estudaram na mesma escola, faziam cursinho juntos, nossos pais se conheciam da igreja. Eles namoraram por 9 anos e então casaram quando ela tinha 26. Minha irmã conta que ela, por ser a irmã mais velha, foi muito mais repreendida moralmente, algo com o que concordo. Tanto minha avó quanto minha mãe sempre a vigiavam muito, a questão da virgindade era um tabu, ela não podia dormir na casa do namorado, quando eles estavam na sala minha avó dizia para eu ir lá para evitar que eles ficassem muito “sós”, essas coisas que hoje parecem absurdas.

Quando eu namorei as coisas foram um pouco mais flexibilizadas, muito porque eu era mais voluntariosa e combativa, mas muito também porque os anos se passaram e a virgindade foi deixando de ser algo tão valorizado. Acabou que fui beneficiada pelo tempo e tive mais liberdade que minha irmã. No entanto, percebo que, ainda assim, eu esperava que as coisas fossem se suceder comigo da mesma forma como foi com ela. Durante os 20 e poucos anos eu saía para muitas festas, conhecia muitas pessoas, a faculdade foi um período muito libertador e abriu muito minha visão de mundo. Por outro lado, permaneceu em mim um apego a tudo aquilo que eu vi e vivi durante a infância, de modo que namorei por nove anos um rapaz e por muito tempo acreditei que iria me casar com ele. Hoje vejo que perdi muito tempo nessa relação, acredito que ela deveria ter durado muito menos... O que veio depois disso era apenas apego e tentativa frustrada de forçar uma situação que muito diferia daquilo que eu vi minha irmã viver, que eu via meus pais viverem.

Eu comecei a trabalhar antes de me formar e trabalho no mesmo lugar até hoje. É um emprego que me deu estabilidade financeira e possibilitou minha

independência financeira, coisas que nem minha avó, nem minha mãe, nem minha irmã tiveram. Então por muito tempo essa parte da minha vida já era “resolvida”, mas o homem com quem eu me relacionava não trabalhava, não terminava a faculdade e não vislumbrava algo além do que já tínhamos. Eu queria uma casa minha, uma família, mas ele não demonstrava querer construir algo comigo. Por muito tempo eu dizia para os outros que não queria ter filhos nem casar, o que não era verdade; tive crises de ansiedade por conta daquilo que eu não conseguia realizar dentro da relação, vivia uma constante frustração dos meus desejos. Lembro-me que quando fui promovida no trabalho ele estava trabalhando como professor de inglês e eu não consegui me sentir feliz pela promoção porque eu vi que iria ganhar dez vezes mais do que ele e isso o incomodaria. Ainda que em doses muito homeopáticas, fui percebendo que o homem com quem eu estava era muito diferente daquele que eu idealizara. Ainda assim sustentei essa relação. Como disse, tinha muito apego, nem tanto pela pessoa, mas pela ideia de estar com alguém, a ideia de família. Hoje toda vez que penso nessa relação eu me arrependo por ter demorado tanto e insistido tanto, mas foi como foi.

Sobre sair de casa

A decisão de sair da casa dos meus pais já era pensada desde quando eu ainda namorava, mas depois que terminei o namoro, o que me freou foi a sensação de não conseguir sustentar aquilo. Parecia impossível sustentar uma casa sozinha, mas acho que a palavra correta para exprimir isso é: parecia errado sustentar uma casa sozinha. Como se eu estivesse na contramão de toda a minha família. À época eu sequer vislumbrava esse conflito todo dentro de mim, mas ele existia. Só que muito maior que esse conflito era o conflito com minha mãe. Eu já tinha 28 anos, era financeiramente independente dos meus pais, mas eu me sentia como uma criança, incapaz de ser e fazer as coisas do meu jeito. Os conflitos eram muito bobos, tinham a ver com coisas do cotidiano como arrumar quarto, chegar tarde em casa, eu me sentia uma adolescente e minha vida não era mais compatível com isso. O fato de eu estar solteira era um motivo de grande preocupação pra minha mãe, pois isso significava que eu ia e voltava sozinha para os lugares, dirigia de

madrugada, estava, portanto, mais suscetível à violência. Havia uma vigília, uma necessidade de controle muito grande por parte de minha mãe e ela entendia que aquilo era o natural e que eu era apenas revoltada, que não tinha consideração por ela.

O fato de decidir ficar solteira fez eu me dar conta de que minha história em nada se parecia com a de minha mãe, tampouco com a de minha irmã ou qualquer outra mulher da família, não apenas porque eu não tinha mais um homem para casar, mas também porque eu tinha condições de fazer mais por mim independente desse homem existir ou não. De modo que a ideia de sair de casa foi se fortalecendo e passei a por em prática o plano. Quando as coisas começaram a se concretizar e meus pais viram que eu realmente iria sair de casa, percebi uma grande melancolia tomar conta deles. Senti-me culpada. No dia em que me despedi deles para dormir na minha nova casa, nós choramos muito abraçados e eu pedi perdão a eles por não estar saindo dali da forma como eles imaginavam. A frase veio na hora e me surpreendeu, fiquei remoendo por muito tempo aquele pedido de desculpas. Por mais que eles pudessem pensar daquela forma, aquela também era uma expectativa minha. A partir do momento em que pedi perdão a eles, acho que pedi perdão também a uma parte de mim apegada a uma ideia internalizada pelo meu entorno. Ao mesmo tempo em que entendi que meu caminho seria diferente, aceitei também o fato de que eu desejava, sim, casar e ter filhos, mas que aquilo não seria o norte da minha vida e que, se viesse a acontecer, seria no tempo que tivesse que ser e não a qualquer custo.

Cheguei a ter outros relacionamentos, deixando sempre claro para o outro o que eu queria e esperava de uma relação (casamento e filhos), mas hoje em dia não nego que havia também em mim uma sensação de “estar devendo” isso para a minha família. E acredito que quando finalmente me libertei dessa ideia e fui seguindo meu caminho, encontrei meu marido.

Antes de casar, mesmo morando fora, meus pais demandavam muito a minha presença, como forma de me manter por perto. Queriam que eu os visitasse, fosse sempre aos encontros da família, essas coisas. Eu ia a tudo sempre que

possível, mesmo às vezes não querendo. E almoçava com eles religiosamente aos sábados. Quando eu faltava por ter algum compromisso ou outra coisa, eles costumavam reclamar. Isso mudou quando eu me casei. O fato de ter a família do meu marido para visitar era uma justificativa aceita com mais facilidade. Muitas coisas ficaram mais fáceis. Percebi menos cobranças e inclusive achei que eles aceitaram mais facilmente a minha mudança de país, pois eu vim casada. Eu me senti olhada de uma forma diferente por toda a família. Sentia dos meus pais um certo alívio, dos outros uma espécie de empatia como se dissessem “poxa, ela finalmente encontrou alguém”.

Eu ainda me admiro muito com essa noção torta que parece habitar o imaginário das pessoas, inclusive o meu. Quando me casei, em vez de jogar o buquê às convidadas solteiras, eu fiz um discurso falando por que não ia aderir àquela tradição, mas que iria agradecer por todas as mulheres que me antecederam, minhas bisavós, avós, tias-avós, tias, mãe, irmã. Acho que de alguma forma o que elas viveram acabou permitindo que eu fizesse diferente. Entreguei o buquê a minha mãe por ela ser a síntese daquelas mulheres e também como forma de agradecer a ela por ter, mesmo sob protesto, aceitado minha escolha e permitido, ainda que com dificuldade, que eu fizesse meu caminho.

Jaque

Meu primeiro contato com Jaque se deu em outubro de 2018, estava Tateando “meu campo” para além das mulheres que eu já vinha mantendo contato há algum tempo. Ao comentar com alguém sobre minha pesquisa durante um evento de Antropologia o nome dela surgiu como uma indicação. “Acho que ela tem a ver com isso que tu falando, vou falar com ela e te passo o número”. Naquele momento ainda me sentia insegura de como abordar a questão que me interessava, se eu deveria estruturar algumas perguntas ou se eu saberia “não deixar escapar nada” caso viesse a me encontrar com ela. Passado algum tempo, a pessoa com a

qual eu havia conversado anteriormente se aproxima e pede para eu anote o número. Ela havia concordado em conversar comigo.

No dia seguinte, mando mensagem me apresentando e perguntando se ela teria disponibilidade para tomarmos um café durante a semana. Combinamos de nos encontrar num dia específico, mas não entramos em detalhes sobre a pesquisa, ela não perguntou nada referente ao estudo e eu achei melhor não antecipar nada via WhatsApp. A verdade é que eu não sabia muito bem como formular algo que fosse suficientemente bom ou explicativo o bastante para que ela mantivesse o interesse. Preferi aguardar. Chegado o dia do nosso encontro, separei meu bloco de notas, caneta, lápis, gravador, meu kit etnográfico, como carinhosamente apelidei, mas não havia roteiro, não produzi um script, dei-me conta de que tudo que havia escutado das mulheres com as quais tive contato simplesmente surgiu como uma narrativa espontânea, sem grandes intervenções de minha parte ou direcionamentos. Elas simplesmente falavam. Eu as escutava, na maior parte do tempo.

Cheguei alguns minutos antes do horário acordado a fim de garantir uma mesa relativamente afastada para que pudéssemos ficar à vontade.

Jaque chegou muito sorridente, nos cumprimentamos com um abraço, agradei a disponibilidade e por ter aceitado conversar comigo. Tive a impressão de que estava empolgada, mas na verdade o sorriso aberto esteve presente em todos os momentos que eu a entrei, ela tinha uma atmosfera alegre e divertida que me deixava, de algum modo, mais a vontade para dialogarmos. Falei rapidamente que estava interessada em dialogar com mulheres que manifestavam o desejo de sair da casa dos pais para viverem sozinhas, sem precisarem estar casadas. Ela escutou assentindo com a cabeça, respirou fundo e começou a falar.

“Bom, assim, a minha formação...eu preciso falar dos meus pais pra você entender a dinâmica lá de casa”. Mãe dona de casa e o pai vigilante. Fala que os pais não terminaram a escola, a mãe foi até a oitava série e o pai até segundo ano, mas que trabalharam para investir na educação dos filhos. Ela é a única mulher de 03 filhos. *“Minha mãe bateu o pé, eu não pude estudar, mas minha filha vai, ela sempre bateu muito o pé nisso”.* Narra que os pais fizeram muitos esforços para

mantê-los nos estudos. Com 12 anos ela já fazia curso de inglês, tocava violino, fazia teatro, dançava. O inglês trouxe a perspectiva de que talvez um dia ela pudesse fazer algo fora de Manaus. Os pais comentavam *“talvez um dia ela vá sair, talvez vá fazer um intercâmbio”* diz que inicialmente essa era sua vontade, mas passados 05 anos de curso, com 16 anos teve a oportunidade de dar aulas no próprio curso. *“E eu comecei a dar aula de inglês, então eu dou aula desde os 16 anos. Então era pra eu tá fora assim, há muito tempo né?”*

Pergunto se ela tinha vontade de sair já naquela época e a mesma responde que mais ou menos, que trabalhava pensando nisso, mas que permanecia muito envolvida em outras atividades, a dança, violino, teatro, tudo custeado pelos pais. Chegada a época do vestibular passou para letras língua inglesa e para zootecnia. Optou em cursar zootecnia, mas a mãe, de certa forma, reprovou a escolha. *“O que já era esperado né? Minha mãe dizia que eu já estava trabalhando com inglês, já tava dando aula, faz inglês”.* *“Mas eu não quero ser professora eu dizia, não quero ficar aqui, não vou ser professora, vou fazer outra coisa”.* Diz que por ironia do destino é professora até hoje. Apesar de formada em zootecnia, permaneceu envolvida com as aulas, foi coordenadora de escola de idiomas. Tocava violino em uma banda e participava ativamente de eventos culturais de exposição, movimentos políticos feministas, principalmente do feminismo negro, Jaque se autodeclara uma mulher negra. *“Fui ficando envolvida cada vez mais com as coisas daqui então o desejo de...foi cada vez ficando mais forte de fazer alguma coisa por aqui”* A idéia de sair da cidade, inicialmente pensada como uma possibilidade, já não era mais algo que a atravessasse. Estava muito satisfeita com seu envolvimento social com a comunidade das artes e música.

Questiono se morar sozinha mesmo que em Manaus já havia sido pensado por ela ou como que isso lhe soava: *“Sim, isso já me atravessou muito, principalmente nos momentos de conflitos com meu pai, meu pai se incomodava muito com minhas saídas. Inicialmente brigávamos muito, isso durou anos. Chegar tarde era um ponto e namorados também”.* No começo, 16, 17 anos, quando começou a ganhar seu próprio dinheiro e queria dar conta de todas as atividades que desenvolvia fora de casa, ela e o pai tinham muitos conflitos. Diz que sempre

saiu muito, desde 16 anos e que esse sempre foi um ponto de embate e é até hoje por passar muito tempo fora de casa. O que amenizava os conflitos com o pai, até certo ponto era o apoio da mãe. *“minha mãe é quem dá a última palavra em casa e eu acho que no Amazonas de uma maneira geral as mulheres é que mandam na casa”*. Pergunto o que a faz pensar dessa forma e ela responde que não tem essa de ser submissa ao marido.

“Eu percebo isso na maioria das casas que vou, sabe, Bruna? Assim, essa presença da mulher falar não, né? Então pra minha mãe talvez uma projeção dela de dizer: - ah, minha filha vai fazer tudo que eu não fiz, isso inclui a liberdade em tudo, de me posicionar, de ir e vir a hora que eu quiser, entendeu? - Então pra ela era sempre “ela vai, ela tem esse direito””.

Apesar dessa perspectiva sobre a mãe, atravessada por uma leitura feminista que ela tem de si mesma, narra que se via limitada ou até mesmo demandada a dar satisfações em muitas questões cotidianas. Não tinha liberdade para levar namorados para dormir em casa, suas saídas eram sempre questionadas como se estivesse fazendo algo de errado, passar o final de semana com um namorado, mesmo que na casa dele, era inadmissível. Um dos conflitos que ainda perdura é que na visão do pai, ela contribui muito pouco com os afazeres domésticos. Na adolescência essa insatisfação aparecia mais como uma cobrança para a mãe *“ah, ela tem que fazer as coisas de casa, tem que aprender porque senão não vai casar”* ela fica poucos segundos em silêncio e completa *“não vai casar ou não vai ser uma boa esposa”*. Pontua que os irmãos sempre puderam levar suas namoradas para dormir em casa. O que tornava o conflito ainda maior, já que para os irmãos esses desconfortos eram tolerados ou inexistiam.

A meu ver, os conflitos de Jaque com a família, mais especificamente com o pai e irmãos, giravam basicamente em torno de: tempo fora de casa, pouca contribuição com os afazeres domésticos e liberdade sexual. A mãe parece estar, sempre que a narra, num lugar bastante idealizado de aliança feminina, apesar da não efetivação desse apoio enquanto uma “libertação” daquilo que o pai entende como um problema.

"Num certo momento, cerca de 07 anos atrás, depois de muito desgaste pelas brigas, decidi conversar com meus pais sobre eu estar pensando em sair de casa, que a convivência estava muito ruim e a relação muito desgastada". Os pais diante da situação pontuaram que tinham medo de que ela saísse de casa, que acontecesse alguma coisa. "A minha família, talvez também, né? Essa questão de... a minha mãe é superprotetora, né? Ela é superprotetora assim, e o meu pai também então..."

Narra que a possibilidade dela sair de casa fez com que os pais ficassem com medo e, conseqüentemente, passassem a considerar suas demandas como algo que a família precisaria resolver. *"Eles chegaram a conclusão que seria pior se eu saísse"* e continua *"eles chegaram nessa reflexão...bom, ela...ela ainda não está preparada pra sair então tá, deixa ela trazer o namorado em casa, pelo menos assim ela fica, né?"*.

"Eu não queria que a minha saída fosse por isso. Eu briguei pra... poder ficar e ficar bem". Com a maior disponibilidade dos pais para o diálogo diz que não houve a necessidade de sair de casa naquele momento, até porque a saída seria de uma forma muito ruim, via mais como uma ruptura já que estavam num momento ruim, além do receio de não conseguir ter um nível de segurança financeira que propiciasse uma experiência boa.

Essa ideia de ruptura ou fragilização dos laços familiares ao decidir sair ou assumir um percurso diferente daquele esperado pela família já apareceu no capítulo anterior, na narrativa de outras interlocutoras. Sair sem um certo nível de consentimento ou aceitação dos pais parece ter um custo alto para essas mulheres, uma espécie de perda que não estão dispostas a viver se houver outra opção.

Pergunto como a família passou a operar após esses momentos de crise e ela diz que a família desenvolveu uma espécie de política de desenvolvimento de potencialidades para resolução dos conflitos:

"Eu sempre ganhei meu dinheiro desde cedo, como não pago aluguel, ajudo, dou uma porcentagem em casa e as minhas contas são minhas. Meu pai não me dá um real, não lembro a última vez que isso aconteceu, muito pelo contrário, eu trabalho, meu irmão que mora conosco trabalha, ele trabalha e a gente ajuda em

casa. Eu só não pago aluguel, mas de resto, meu carro, gasolina, roupa, tudo, tudo. Meu irmão faz a parte dele, a minha mãe continua cuidando da casa e cada um vai ajudando a sua maneira. Então a gente fez esses acordos para que a gente pudesse conviver bem e dessa forma eu optei por não sair de casa”.

Quando ela traz essa questão financeira amarrada com a resolução dos conflitos, eu digo que gostaria de ouvir um pouco mais sobre a forma como faziam essa negociação. *“Eu dou um valor, né? Determinado de acordo com o que eu ganho, é o meu dízimo (risos), os 10%, mais ou menos assim, além disso pagamentos algumas coisas em conjunto, tipo a internet, é fora o dinheiro da casa”.*

Questiono quem administra o dinheiro da casa ou as necessidades relacionadas à essas divisões e ela diz que o dinheiro é entregue ao pai, ele fica com a parte econômica da casa, mas que a palavra final é da mãe, que ela não deixa passar nada, tudo relacionado ao que está faltando, a organização da casa, das decisões, tudo isso é ela que controla *“se eu tenho algum embate com meu pai sobre alguma coisa ele diz pra eu ver com minha mãe e ver o que ela decide, mas a parte econômica de pegar o dinheiro e sair pra comprar as coisas é dele”.*

Pergunto sobre como é para os irmãos essa ideia de sair de casa

“O meu irmão mais novo, ele saiu muito cedo, né? Ele com 18 anos, ele virou pai, né? Diferente de mim e do meu irmão mais velho, eu tenho 32, o meu irmão mais velho tem 35, né? E o mais novo 29, ele foi pai com 18, saiu, tem dois filhos e... e isso também, né? Foi um grande exemplo assim pra gente, foi um exemplo de adaptação e... e a gente vê que é isso, pra sair de casa tem que tá muito bom, né? Não ser qualquer... qualquer relação. Não sai de casa pra ficar com uma pessoa que vai te tratar menos do que você merece. Então não é só a conveniência de pô, chegar em casa a minha roupa tá limpa, a louça tá lavada, não, porque isso é aprendizado, você pode aprender e fazer isso, né?”.

“Eu cheguei a um nível de escolaridade, tô... consegui realizar minhas coisas, tô conseguindo fazer minhas coisas. Então assim, não há tanto aquela preocupação de ter alguém, de estar ao lado. Eu não vou dizer que não há vontade, né? Eu acho que o pai, a mãe sempre esperam ou cobra isso, mas assim, não é mais a prioridade, né? Então a minha mãe, ela sempre fala que tem que ter uma relação

nesse nível (no nível que a família dela tem), e eu não encontrei uma relação nesse nível que me fizesse sair de casa porque a minha relação tá boa em casa, né? Uma relação de respeito, é uma relação que eu tenho voz, é uma relação que eu tenho liberdade, então nas outras relações não encontrei disso. Então eu acho que o meu pai foi meio que amolecendo também nessa ideia, mas ele sempre (pensou), né? “Se ela for pra uma relação que seja pior, ela fica na minha casa”, né? Na minha casa. Então a proteção veio sempre nesse sentido, né? De que o bem-estar é a prioridade, a prioridade não é ela sair porque ela tá na idade de sair, tá na idade de casar. Não, “e se ela casar e o cara for bater nela? Então não, fica na minha casa. Então eu me sinto acolhida, não há essa cobrança de “ai, não casou. Ai, tem 32 e não é mãe, Assim, não tem essa cobrança. Tem por parte de outros familiares, né? Claro, falam, comentam, mas na minha casa é muito resolvido isso”

Sobre o irmão mais velho

“Estar em casa é o mais conveniente pra ele, sabe? Mais do que pra mim assim, ele não deseja, ele tem uma relação muito forte também com a minha mãe assim, e... eles são muito amigos, né? Há muitos conflitos também, mas ele de... ele tem o desejo ainda... mais ainda de ficar do que eu com a família”

Vale ressaltar que a família de Jaque é apresentada por esta como uma família católica e que o imaginário de que os filhos sairiam de casa casados sempre pairou, apesar de não ser algo predominante no discurso dela, o casamento. Todos os filhos “se formaram” nas ritualísticas da igreja católica, batizado, catequese, crisma. Sair de casa desacompanhada parecia para os pais algo muito perigoso, na perspectiva dela, perigoso relacionado a segurança, mas a sensação que tenho é de que essa segurança também estava atrelada a ter um relacionamento.

É interessante que em sua fala se confirma um pouco desse caráter impensado de uma saída da casa dos pais desacompanhada. Se for para viver um relacionamento ruim, melhor ficar na casa dos pais, se for para sair sozinha, também melhor ficar na casa dos pais, ao que parece essa ideia é compartilhada por todos.

Acho importante trazer um pouco mais da perspectiva que a interlocutora tem sobre a mãe, do papel desta como alguém que a autoriza a se dedicar a outras atividades fora de casa assumindo o compromisso de “suprir” de certa forma suas “faltas”. Jaque traz a mãe como “aliada” fundamental nesse processo todo de reorganização familiar, diz que ao longo dos anos a mãe deixou de ser mãe para ser amiga e isso estreitou muito o laço de confiança.

Outro aspecto que chama minha atenção naquilo que ela chama de *“política de desenvolvimento de potencialidades para resolução dos conflitos”* é que novamente nos deparamos com uma espécie de pagamento, não apenas simbólico, mas material que parece compensar alguma coisa nessas relações familiares e que dá a essas mulheres a possibilidade de se ausentar, não exatamente da forma como imaginavam que seria possível, mas abre espaço para o desenvolvimento de um projeto pessoal feminino.

É interessante notar que a possibilidade de transitar por outros espaços e desenvolver o seu projeto de realização pessoal só parece possível na medida em que a mãe banca junto alguma coisa disso e há por parte da interlocutora o reconhecimento de que é conveniente estar na casa dos pais. Mas mais do que isso, parece que o vínculo familiar como um todo se fortalece após essa negociação.

Ainda sobre o que a mãe falava:

“vai, vai estudar, vai fazer tuas coisas, isso aqui (de casa) eu posso fazer. Aproveita enquanto você pode. Então hoje eu consigo dar as aulas de inglês, fiz mestrado, participo da área artística, tenho a banda, ensaios, saio pra tocar, tem o grupo de poesias, o projeto com as meninas da periferia, também faço eventos, as rodas de mulheres, então se não fosse esse apoio em casa, da minha mãe, eu não conseguiria”.

Pergunto se ainda há algo que seja requisitado pela família diante de todas essas concessões e ela diz que a presença em eventos familiares é inegociável. Que a mãe, apesar de sempre ter dado a ela todos os votos de confiança nesse aspecto é bem autoritária (ela ri).

“Eu preciso estar presente em momentos específicos, passeio em família, reunião, festa, mas não existe mais a cobrança de eu estar em casa. Essa liberdade

eu consigo ter. Não tenho horário pra sair ou pra chegar, só aviso se estarei em casa ou não estarei. Não existe mais a cobrança pra saber onde estou ou com quem. Eu tive que lutar, entendeu? Briguei muito pra construir a relação que eu tenho hoje, na verdade acho que briguei também pra não sair, mas pra ficar bem”.

Gostaria de fazer um último comentário com relação à Jaque que me parece pertinente. Ela parece ter um distanciamento significativo da rotina cotidiana da casa, organização etc. toda a gerência que fica a cargo da mãe, o ser conveniente permanecer parece atravessar também a sensação de desobrigação com as responsabilidades domésticas e o tempo que ela precisaria dispor em sua própria casa para dar conta dessas atividades. Seu imaginário sobre morar sozinha não me pareceu ser atravessada sobre ter sua própria casa ou algo nesse sentido, como aparece com outras interlocutoras. Parecia que isso surgia muito mais como uma saída para os conflitos do que de fato a expectativa sobre uma vida em outro lugar. Ter conseguido negociar com a família e ficar me parece ter sido um ganho querido por esta, não o adiamento de um projeto.

Eva

Em 2018 encontrei com Eva em uma roda de samba, fomos apresentadas por um amigo em comum que logo disse *“a Bruna tá pesquisando pessoas que moram sozinhas”*, Eva, já um pouco alcoolizada levantou a mão e disse *“Eu”*, após uma conversa rápida, trocamos telefone e seguimos cada uma aproveitando a festa a sua maneira. Quinze dias depois mandei mensagem perguntando se lembrava de mim e se tinha interesse em conversar sobre a sua experiência de saída da casa dos pais para morar sozinha. Eva prontamente me convidou para sua casa. Quando cheguei, fez questão de mostrar o espaço. Parecia orgulhosa de sua conquista, exibia a casa como quem levanta um troféu. Sua máquina de lavar roupas trabalhava a todo vapor, suas compras da feira estavam sobre a mesa, ofereceu-me água de côco e nos sentamos. Enquanto ainda circulávamos pela casa, pegou um estojinho que, ao nos sentarmos no sofá, abriu e começou a *“bolar um baseado”*. Orgulhosa da sua destreza comentou: *“só de minha mãe sonhar com isso aqui já*

era briga”, referindo-se ao fato de ser usuária de maconha. Nossa conversa se deu entre uma tragada e outra.

Eva, 34 anos, médica, mudou-se da casa dos pais em agosto de 2018. Nossa conversa se deu em novembro do mesmo ano, em sua casa. Apesar de ter sido convidada para sua casa e, posteriormente, mantermos um contato social esporádico, por ocasião de estarmos nos mesmos lugares, não desenvolvemos uma relação ou troca para além dos momentos em que nos colocávamos a falar sobre sua vivência. Minhas conversas com Eva muito se assemelham com o que poderíamos chamar de entrevistas de profundidade, diálogos longos, gravados (ora pausados por uma falha ou outra, ou minha ou do gravador). Acredito que seja perceptível a atmosfera bem delimitada de pesquisadora/interlocutora na forma como consigo contar aquilo que Eva escolhe dizer sobre si e sobre sua trajetória com a família.

Inicialmente, pergunto como foi seu processo de se perceber querendo morar sozinha e como isso foi possível para ela e para sua família:

“Foram os conflitos assim de...acho que de formas de viver mesmo, a minha família é de classe média alta com privilégios, vivendo numa bolha e agora eles estão começando a ver fora da bolha, mas isso já me irritou muito porque às vezes tinham discussões acaloradas, que eu vinha com uma ideia e eles “não”, “não é isso” e eu rebatia como não gente? Vocês botaram tanto na minha educação e tal, fui lá, expandi minha mente, tô aqui trazendo pra vocês tudo que eu aprendi e vocês não estão conseguindo assimilar”.

* * *

“Eu acho que chegou num momento que era desnecessário a gente continuar se machucando, se batendo, que a distancia podia ser positiva”

Com relação aos conflitos familiares foi bastante enfática ao falar "sobre invasão de espaço".

“Meu espaço era muito invadido e não era uma invasão normal assim, a minha mãe era muito controladora então tinham coisas que não precisavam ser invadidas e quando eu chegava minhas coisas estavam arrumadas de uma forma

que não precisava estar arrumada, poxa, eu arrumei daquele jeito, eu queria daquele jeito. Eu, sei lá, não dormia em casa, aí chegava 09h da manhã e minha mãe me ligando, aí eu pegava, olhava pro telefone “eu não vou atender” tem que aprender que eu tô fora de casa. Aí ela chegava em casa “tu não me ligou” eu “mãe, o que tu quer que eu te fale? Tava por aí, mãe, tava com outras pessoas, é isso, a vida é assim” aí ela meio que entendia”

* * *

“Eu até podia levar pra dormir em casa pessoas que eu estivesse me relacionando, mas só homens...e tinham que ser homens que eu tava tendo um relacionamentozinho, não precisava tá namorando, mas assim meus pais precisavam já conhecer, eles já viam de rolê, já tinham sido apresentados “ah aquele fulaninho vai dormir aqui, blz?” Mas um homem qualquer não, nem pensar era meio...normalmente, se eu fizesse isso, eu chegava de madrugada escondida, botava o boy no quarto, chegava o horário “boy, tu tem que vazar antes que a galera acorde. Então isso era foda, sabe? Essa liberdade, poder andar pelada, fumar meu Beck”.

Apesar de Eva se relacionar com homens e mulheres, em nenhum momento ela se diz bissexual em nossas conversas ou traz isso de só poder levar homens para sua casa como algo que tenha em algum momento sido um conflito com a família. Em alguma medida eu sentia que ela sustentava esse imaginário familiar em torno de sua sexualidade. Apesar de eu ter tentado entrar nessa questão, suas respostas foram para outro rumo e não me senti confortável para insistir no ponto.

“Na casa dos meus pais sempre fumei escondido. Lá eu tinha meu quarto, minha varandinha que era separada da casa, a varanda principal da casa era a varanda deles e aí eu conseguia fumar na minha varanda. Então rolava, eu ia lá, fechava o quarto e tal, fumava unzinho. Sempre escondido, sempre escondido. Hoje eles sabem que eu fumo, já rolou, já saí do armário lá, teve discussão...”

Pergunto como foi isso de sair do armário:

"...a gente esqueceu uma ponta dentro do carro e era o carro da minha mãe, aí ela pegou, fez um escarcéu, aí eu "mãe, então chegou o momento, a gente vai ter que conversar sobre isso. Sabe o que a Globo te contou? Ta tudo errado, vamos lá, vou abrir teus olhos". Foi pesado, ela foi muito relutante, não quer aceitar. Eu hoje não me estresso, eu não fumo na frente dela né, já com meu pai eu fumo, fumo tabaco na frente, maconha só se tiver uma galera e eu tô lá longinha e meu pai tá lá longe aí eu "foda-se", mas na frente dele não fumo não, mas ele sabe".

Após um breve silêncio, tento retomar um ponto que chamou minha atenção enquanto ela falava sobre os vários pontos de tensão com os pais, o fato de só poder levar homens para dormir em sua casa e mesmo que pudesse, não poderia ser qualquer homem, questionei o que isso significava:

"Quando eu era mais nova minha mãe falava coisas do tipo "tenha cuidado com o que as outras pessoas estão pensando" sobre meu comportamento. Foi numa época que eu tava namorando, eu namorei muito tempo então nessa época eu meio que aceitei né. Mas o tempo foi passando, eu fui me libertando dessa ideia do que os outros vão pensar, teve uma época, acho que em 2010, quando eu fiquei solteira que eu "vrá "soltei as loucuras, eu quase fui expulsa de casa". Teve reunião de eu chegar em casa, meu pai tá na sala "senta aqui, se continuar assim não vai rolar, tu vai ter que sair de casa". Na época eu tava no penúltimo ano de medicina, eu não tinha condições, eu só tinha um PIBIC pra me manter. Eles queriam que eu parasse de sair, era uma ameaça. A reclamação deles era essa. "Viver na rua, que eu vivia na rua, que eu queria só estar na rua, bebendo, na onda, só chegava de manhã, não aguentavam mais eu tá chegando 06:30 da manhã, que eu tinha que fica mais em casa" e eu "ai, tá, poxa, uma vida tão legal e vocês querem me prender "era muito assim".

* * *

"Em algum momento, eu tive uma conversa muito foda com minha mãe, eu já tava mudando, tava mais livre, não me importava mais com algumas coisas que pra ela eram importantes, puxei ela pra conversar e falei com minha mãe sobre a imagem da mulher".

Peço que me fale um pouco dessa conversa, se lembrasse ou quisesse

"Foi depois de um carnaval, eu fui contar pra minha mãe como tinha sido o carnaval e aí no carnaval eu fiquei com os peitos de fora lá no RJ, fui para um bloco, só fui com a saia, com o peitão de fora, pinteí de glitter "vou". Aí eu cheguei "mãe, tu nem sabe, botei os peitos de fora lá no Rio e foi tudo certo, ninguém mexeu comigo, foi tranquilo", aí ela "ai minha filha, o que vão pensar de ti?" "vão pensar que eu sou uma mulher com os peitos de fora, que tá de boa na vida, é isso que vão pensar e se pensarem diferente eu não estou nem aí" aí eu fui falar um monte de coisa sobre feminismo mesmo, sobre o que é ser mulher, sobre o que é ter peitos, sobre a beleza de ter um peito, de ter que amamentar e alimentar uma sociedade inteira.." Ela não falou nada, rebatia algumas coisas, mas eu ia lá e argumentava. No final ela ficou "é minha filha, é isso mesmo". Essa foi a última vez que falei com minha mãe sobre isso.

Pergunto qual a ideia que sua família tem sobre casamento:

"A minha família é uma família estável, quase todo mundo é casado, tem...tá junto, eu não tenho quase ninguém na família que é divorciado então eu cresci com essa imagem de que eu tenho que casar, eu tenho que ter um relacionamento e eu fui crescendo e fui vendo que não era bem assim. Fui namorando e tendo relacionamentos que foram não dando certo. Acho que minha mãe também percebeu "é minha filha, tá difícil achar um rapaz e tal" ela mesmo se tocou que eu não preciso, sei lá, me prendendo a alguém só pra tá com alguém. Mas ela fala isso "eu espero que você ache o amor da sua vida" ela tem essa vontade e tal...eu falo "é mãe, quem sabe, se rolar rolou se não rolar...Hoje ela me olha de uma forma diferente e acho que algo importante nessa mudança é que ela tem muitas amigas, e muitas amigas solteiras que se divorciaram no decorrer da vida e que nunca mais arranjaram ninguém, e que falam pra ela "eu vou arranjar homem pra me encher o saco? Eu tenho minha independência financeira, eu viajo a hora que eu quero, saio com minhas gatas, tenho minha casa, tenho meus filhos, eu lá vou querer homem?" Ou "Tá muito difícil" e eu falo pra minha mãe "tá vendo?"

“Mas eu tenho a impressão que eles olham pra esse momento da minha vida e encaram como algo transitório, passageiro, eu acho que eles têm muito esse desejo que eu assim como eles se acharam, montaram uma família, montaram tudo junto eu acho que eles esperam isso de mim, de que eu vá achar alguém e vá para uma outra fase”

** * **

“De vez em quando minha mãe fala “ai o amor da sua vida, não sei lá o que”, mas não fala em casamento. A minha mãe tem essa visão de que eu vou achar alguém ou que esse é o jeito certo, o meu pai outro dia me falou uma parada que eu não aprofundi na hora porque eu não sei se entendi, mas depois eu pensei que ele, na cabeça dele, talvez ele pense que eu quero ficar solteirona mesmo, que essa é a minha vida, que eu só quero pensar em mim, talvez ele pense dessa forma, mas o meu pai é muito difícil de conversar, ele não fala muito, é difícil, entendeu? Tem que pegar ele num dia que ele tá bebinho e aí tocar no ponto aí ele fala, mas ele é bem na dele, não fala muito, minha mãe que fala mais”.

Após um momento de silêncio, continua

“...em algum momento às vezes quando eu tô muito sozinha aqui eu fico num questionamento assim de será que vou continuar assim pra sempre? Sozinha, vivendo no meu espaço. Será que realmente vai chegar alguém e que vai, né, acrescentar, adicionar, porque pra mim só serve se for assim, não vou querer me dividir, nem me subtrair. Mas logo no começo foi um pouco duro, às vezes eu me pegava aí, poxa, bate a solidão né. Hoje já tô mais tranquila, hoje se for pra ficar sozinha também ficarei, né? Então assim hoje eu não reclamo mais da minha vida aqui tenho tantas pessoas lindas ao meu redor, amigos, família...”

“Inclusive essa solidão que às vezes me incomodava hoje ela me acalenta, eu gosto de tá sozinha aqui porque eu boto pra ouvir minhas músicas, fico baixando minhas playlists, enfim, fico fazendo minhas ondas aqui. E não tenho interferência dos meus familiares exigindo alguma coisa, uma atenção né? Ou eu tenho que fazer aquilo ou não da pra fazer isso, as regras aqui são minhas, eu tô em paz”.

* * *

“...acho que a gente é muito apegado a esses laços de ficar se mantendo grudado e isso gera uma dependência de relacionamentos. Pô, eu tenho tios que tem 37, 38 anos e que tão morando com a minha vó, tão morando com minha vó ainda e se ele quisesse ele saia de casa, mas ele não quer, quer ficar embaixo da asa. Tu nunca vai conseguir ser sozinho se tu tá sempre embaixo da asa tu só sai pra outra asa, sempre de um lado para o outro, sempre dependendo de alguma relação pra te manter de pé né? Tu não consegue. Então eu acho que é um caminho legítimo pra todo mundo, eu acho que todo jovem deveria sair de casa, ser estimulado “sai menino, vai vier tua vida, chegou teu momento, vai andar com teus pés”. Eu queria ter saído antes, mas não consegui”.

Pergunto sobre o que significa para ela poder morar sozinha:

“Então, cara, eu acho que foi colocar o pé no chão (...) eu acho que a primeira coisa foi botar os meus pés no chão. Eu tinha alguma noção do que era viver, ter uma casa pra si, cuidar de uma casa, cuidar de si mesma, mas eu não sabia o que era na prática, isso foi muito bom, foi tomar as rédeas da minha vida, minhas contas “ok, agora eu vou controlar essa porra” contas minhas, eu quero isso, não to sofrendo com isso, eu tenho que aprender porque eu quero e pronto”.

“Essa liberdade de me comandar, assim eu achava que eles me comandavam muito ali, sabe? E eles gostavam disso, eles gostavam de tá pagando as coisas, de tá me mantendo porque aí me mantinha no ninho e aí de repente eu “não, não precisa mais nada não, agora é comigo, deixa a bronca comigo” e isso foi muito bom que eu conquistei essa liberdade deles e minha para entender um pouco mais o que é a babilônia mesmo, sabe? O que eu tenho que pagar, o dinheiro que eu tenho que segurar pra minhas coisinhas estarem aqui, minha comidinha. A liberdade como mulher de viver o que eu quero no meu espaço”.

* * *

“ Então essa liberdade de trazer quem eu quero na hora que eu quero ou fazer o que eu quero, isso é uma das coisas principais para mim”

** * **

Sobre ser dona da própria casa

"Acho que a coisa que eu mais me irrita é ter que ajeitar as coisas da casa, do tipo assim, quebrou a torneira, aí antes, sei lá, “pô, quebrou minha torneira” aí quando eu via meu pai já tinha ligado pro cara e o cara já tava consertando. Agora não. Se eu não..né, pegar o telefone e combinar com o cara pra ajeitar a torneira e deixar de fazer alguma coisa pra ficar aqui...Pra fazer essas resoluções práticas da casa eu fico meio “ai que saco, mas tudo bem, é a minha casinha, meu reino, eu tenho que cuidar dele senão ele vai acabar” aí eu acabo ficando de boa, mas eu gosto muito, não vejo as coisas como um fardo, eu me sinto bem por ter esse apartamentozinho aqui, vivendo bem, tá tudo certo, tenho meu dinheirinho pra pagar minhas broncas, se quebrar eu tenho dinheiro pra ajeitar então eu to vivendo um momento muito legal”.

** * **

"Quando eu mudei pra cá, eu cheguei aqui e “uau meu Deus, minha toca maravilhosa”. Todo dia tinha gente aqui, aí durou uns 02 meses. Tu cansa de ter todo o tempo que arrumar a bagunça de um monte de gente na tua casa, aí foi quando eu comecei a lidar com a solidão mais, ficar sozinha”.

** * **

“É muito diferente, é engraçado que minha mãe me treinou muito bem, minha mãe é super metódica, super, é aquela pessoa que passa o dedo assim “não”. Pra ela é tudo limpinho, bonitinho, a casa dela parece casa de revista. E eu assumi isso porque fui criada para isso e pra evitar brigas eu fazia “ah, tem que arrumar então vou arrumar”, mas a partir do momento que saí de casa eu vi que tem coisas que são desnecessárias e assim, é só perdição de tempo, eu to perdendo tempo que eu podia tá fazendo outras coisas que eu quero porque eu tenho que organizar milimetricamente o espaço perfeito”.

* * *

"Ela tenta me ensinar a cuidar da casa direto, acho que isso nunca vai acabar. Ela fala algumas coisas, mas no mais ela fica sã observando, olhando, ela tenta...mas eu vejo que ela já segura o ímpeto dela, de querer opinar. No começo nos primeiros meses ela vinha e falava pra eu arrumar diferente, que tinha que fazer assim ou assado, mas eu falava "ai mãe, eu quero assim mesmo, ta ótimo pra mim" e já mudava de assunto, eu meio que saio pela tangente com ela".

* * *

"... ela ainda me demanda muitas coisas com relação a minha casa e eu tô constantemente tendo que "mãe, não é assim, eu não sou isso, eu sou outra coisa" sempre tenho que dar uma lembrada de algumas coisas, outras ela já entendeu. Uma parada que ela sempre fala que já é a terceira vez , eu quero ver se ela vai falar a quarta: aqui em casa eu não tenho empregada, eu chamo uma diarista a cada duas, três semanas, não é nem semanal. Quando tá muito sujo eu vou e limpo, enfim, dou meu jeito aqui e aí ela me deu um jogo de panelas um dia desse, aí eu "ai, brigada, bonitinha e tal, panelinha vermelha" não sei lá o que... e ela "minha filha, fala pra Marisa que quando ela for lavar e não sei lá o que"... e eu "mãe, a Marisa não vive lá em casa, a Marisa vai tipo no máximo 02 vezes no mês, tem que falar isso pra mim, quem lava a panela sou eu, não existe empregada, não existe". A primeira vez ela já falou recriminando "ai porque essas meninas vão lavar... e eu "mãe, não existe menina lá em casa, a menina sou eu, eu que vou lavar então fala pra mim".

* * *

"às vezes eu fico dois dias, três dias sem falar com meus pais porque realmente a vida é tão agitada, mas eu sei que eles estão lá bonitinhos e eles sabem que eu to aqui, tudo certo".

* * *

"Eles não me visitam muito, as vezes rola de eles virem aqui é pra resolver alguma coisa, assim pegar alguma coisa ou eu vou emprestar meu carro pro meu

pai pra ele fazer alguma coisa ou eu viajo e preciso que alguém molhe minhas plantas, mas assim de chegar do nada é difícil, é bem raro, eu que já faço isso lá, quando eu quero “ah vou passar lá” chego mesmo, eles não, é uma coisa mais formal”.

* * *

“Tenho chave da casa dos meus pais e sou autorizada a entrar de carro, sou liberada. Aqui não, aqui às vezes me ligam pra autorizar a entrada do meu pais. É engraçado, mas não sei, parece que eles mantem uma distanciazinha desse mundo meu assim”

Eva parece transitar na casa dos pais com certa autoridade de moradora, apesar dos pais não se movimentarem da mesma forma. Marisa traz essa perspectiva também, de ter acesso a casa dos pais sem restrições, mas diferentemente dos pais de Eva, seus pais também transitam na sua casa como se fossem moradores.

Pergunto se há algo que a família ainda demande, mesmo ela morando sozinha:

“No começo como eu fiquei muito empolgada de tá aqui aí eu ficava muito tempo aqui, aí minha mãe ficava “ai, tô com saudades, né, aparece aqui” aí eu “pô mãe a vida tá agitada”

* * *

“Então eu venho de uma família assim que é muito trabalhadora, muito focada e muito ambiciosa então eles me cobram isso, eles me cobram essa ambição de ter que comprar um apartamento, de ter que aplicar meu dinheiro, sabe? De ter coisas. E eu me desapeguei muito disso nos últimos anos, e isso eles me cobram, essa questão financeira de segurança. Então o fato de eu ser médica e ter o dinheiro deixa eles “ai, ok. Ela tem o dinheiro dela, ela vai conseguir caminhar” a preocupação dos meus pais na vida é dinheiro”

“Eles já tentaram conversar comigo sobre como administrar meu dinheiro, mas eu fui relutante, falei “galera, eu não penso assim, desculpa, não é a minha

vibe. O que acontece: eles conversam com meu irmão e o meu irmão é um canal mais seguro de conversa comigo, ele consegue me acessar, mais, até mesmo porque ele me ouve mais”.

“Outra coisa que me cobram é porque sou muito desapegada dos familiares, dos eventos de família, vou fazendo meus rolês e viajo bastante e aí minha mãe fica incomodada pelo fato de eu viajar muito, de eu não aparecer tanto lá. Eu acho que essa cobrança dela é do tipo medo de eu não me fixar, ela tem esse medo de que parece que eu to sempre a deriva, não to me fixando, ela quer que eu crie uma raiz”

“Quando eu chego na casa dos meus pais, minha mãe já chega me dando alguma coisa pra fazer “ai não to conseguindo acessar o Netflix”. Geralmente coisas tecnológicas “teu irmão não fez tal coisa, vai fazer isso”. Meu pai não, ele é bem de boa. Mas minha mãe tenta me incluir na dinâmica da casa dela”.

Eva parece ter um movimento ativo de fazer a mãe entender sua perspectiva quanto ao que lhe parece importante com relação às suas escolhas. Sobre ser mulher, sobre seu corpo, sobre seu espaço, divergências com relação a um projeto familiar a qualquer custo. Sobre liberdade.

Anchieta

Conheci Anchieta, 31 anos, em 2019, no aniversário de 01 ano da filha de uma amiga, fomos apresentadas pois nos sentávamos, naquela ocasião, na mesma mesa. Anchieta era vizinha de minha amiga, morava na casa ao lado. Casa dentro de um conjunto de casas geminadas, o aniversário estava acontecendo no quintal comum a essas residências. Perguntei se morava sozinha e logo começa a falar sobre a mudança, demonstrava certo alívio e satisfação de forma bastante performática, suspirando e colocando a mão no peito em sinal de gratidão. Disse que enfim, estava vivendo em paz. *“Só de ter o meu canto, nossa, não quero mais nada da vida”.* Em algum momento minha amiga, mãe da aniversariante, perguntou se ela teria uma travessa para servir alguns doces para emprestar e Anchieta me chamou para acompanhá-la até sua casa.

De forma similar à Eva, exibiu seu troféu. Contou a história de como alguns objetos foram escolhidos para sua casa ou apontava para alguns presentes.

Perguntei a quanto tempo morava sozinha:

"Eu saí de casa mesmo de fato já vai fazer...fez um ano e meio, não, vai fazer um ano e meio agora em dezembro, mas eu quis sair de casa desde os meus 17 anos. Eu sempre tive uma relação conflituosa lá em casa e eu queria muito...mas ao mesmo tempo eu tinha muito medo de sair de casa, não era medo de sair, mas medo de deixar minha mãe". Nasci quando minha mãe tinha 40 anos, fui criada para não sair de casa. Até tentei conversar com meu pai, ele não morava com minha mãe, não morava com a gente, aí quando fiz 17 anos a gente conversou e tal, eu e ele e aí pedi pra morar com ele, só que ele faleceu dia 25 de outubro. Aí voltei pra estaca zero".

Anchieta encontrou a travessa que procurava e precisávamos voltar para a festa, apesar de querer saber mais, não ousei fazer mais perguntas, parecia que não cabia continuar essa conversa na pressa ou em meio a gritaria das crianças. Anchieta falara da morte do pai e da possibilidade que perdera com um pesar que me fez recuar.

Ao passo que a festa terminava para mim, ansiava em poder me despedir e propor a Anchieta um novo encontro. Queria dizer que me interessava em ouvir mais sobre seu percurso e o que havia começado a me contar. Aguardei uma brecha em uma interação desta com um grupo que não conhecia e me aproximei. Nos despedimos, propus um novo encontro, peguei seu contato e fui embora.

Passados alguns dias, entrei em contato e marcamos uma nova visita em sua casa. Desta vez, fui vestida de antropóloga, sem compromissos ou horários, acompanhada do gravador e um bloco de anotações (que pouco usei diante das interlocutoras, preferia anotar aquilo que ressoava em mim após os encontros).

Fui recebida de forma calorosa, mas senti que dessa vez seria um pouco diferente. Parecia que ela também gostaria de me ouvir, diferente do nosso último encontro que, pelo caráter espontâneo, sem muito tempo para se pensar ou se preparar, as coisas só eram ditas. Agora, parecia que eu também precisava entregar alguma coisa a ela. Uma história, uma tragédia, não sei, alguma coisa que nos

colocasse num lugar comum. Ela também tinha perguntas a me fazer. Ao me receber, indicou o sofá para que eu sentasse e se arrumou confortavelmente em uma cadeira. Logo em seguida quis saber a quanto tempo que eu morava em Manaus, como tinha vindo parar aqui, de onde eu era... as clássicas perguntas que toda pessoa que não é nativa do lugar acaba respondendo ao longo da vida.

Não demorei a lhe falar que estava num processo de doutoramento e que me interessava por acessar algumas questões relacionadas a mulheres solteiras e conflitos familiares e que era esse o motivo de eu estar ali. A essa altura ela parecia mais confortável, não sei explicar exatamente por que, mas diria que ter lhe entregado um pouco da minha história acabou por nos aproximar de alguma forma. Estava mais disposta a falar de si e sem novas perguntas a me fazer.

Perguntei como foi o processo de saída de casa:

“Só falei que ia sair de casa quando o contrato de aluguel já estava assinado, mas ela não aceitou, disse que não queria falar sobre isso e jogou na minha cara que ela só tinha saído de casa casada. Mas a senhora tinha 23 anos e eu tenho 32. E ela só me botou um terrorzinho assim, teve uma horinha assim que ela até desejou mal assim”.

* * *

“Eu tinha muito medo de sair de casa, não era bem medo, mas era receio de sair e deixar minha em casa. Minha mãe me teve com 40 anos, então eu cresci com aquela coisa de que ela falava que ia morrer a qualquer hora, então criou-se uma relação assim, de dependência, sabe? Culpa misturada com amor, uma coisa bem louca. E aí que isso me martirizou durante muito tempo. E não só falando da minha mãe, mas eu percebo em muitas mães, elas querem os filhos debaixo da asa mesmo. Uma vez uma pessoa me falou que a gente vinha de uma cultura romana muito forte das mães, elas são as matriarcas, o lar é coisa de mãe. Então elas criam essa atmosfera de tipo “você vai ficar aqui, você não precisa sair”. E comigo sempre foi assim, até na minha independência, querer escolher minha faculdade, minha mãe queria que eu fosse concursada. Ela falou “você vai fazer faculdade de direito ou de letras” aí eu fui lá e fiz letras”.

* * *

"Eu fui esquematizando a minha saída de casa, eu fui vendo, passei um ano, acho que até mais de um ano procurando um lugar que eu pudesse manter. Um amigo sabia que eu tava querendo morar sozinha e me mandou um áudio falando desse lugar. Quando eu vim aqui falei "é aqui", tinha um custo benefício maravilhoso, eu nunca fui uma pessoa materialista ou coisa do tipo. Quando minha mãe veio aqui a primeira vez ficou impactada "Meu Deus, onde a Anchieta tá?" Mas aí a gente foi arrumando e tal.. hoje minha mãe acha ajeitozinho e tal, é limpinho, bonitinho."

** * **

"Eu assinei o contrato e vim um mês depois. Quando eu falei que havia assinado o contrato foi que a ficha dela caiu, ela não tava acreditando, ela passou por um momento de não aceitação, depois veio o "ok, não vamos falar sobre isso" e quando ela viu o contrato e tudo mais ela se "desesperou" e começou a querer fazer parte de tudo, decidir o que eu ia trazer, o que ela ia me dar. "leva esse fogão que eu vou comprar outro pra mim". Ela não queria que eu pagasse nada e como eu tava ganhando tava feliz né? Pra eu me estruturar da forma que eu estou ia levar mais de 01 ano, então até a cama eu trouxe de lá. Esse processo de sair e comprar coisas ela sempre gostou. Quando a gente tinha algum conflito ou brigava e se ficava sem se falar, eu sabia que tudo já estava ok quando ela me chamava pra ir ao shopping aí no meio das compras tudo já se normalizava, essa é a forma dela dizer que tá tudo bem".

** * **

"Teve muita coisa que ela me deu, praticamente tudo ela me deu, a geladeira era lá de casa, ela tem mania de comprar, então ela tinha três geladeiras, pra que alguém precisa de três geladeiras? E ainda me deu um frigobar...Ela me deu a geladeira, me deu o fogão, me deu o microondas. É engraçado, lá em casa tem uma mesinha de centro, aí ela me falou "quando tiver coisa aqui é sempre pra ti" toda vez que eu ia lá sempre tinha um monte de sacola pra mim, era um forninho elétrico ou coisas assim. Aí ela começou a comprar muita coisa que não tinha nada a ver comigo, tive que começar a cortar. "Mãe, não precisa, minha casa é muito pequena,

eu não preciso de mais nada". Uma vez ela comprou um negócio verde porque eu gosto daquela cor ali (aponta para a parede), ela me deu toda feliz e eu falei que ia usar, que tava bonito, mas eu achei horrível. Mas se eu falasse ia gerar um conflito. Então mesmo eu saindo de casa, ela passou algum tempo frequentando aqui e dando palpites dela, mas eu comecei a colocar minhas regras, mas ela ignorava, eu dizia que aqui era do meu jeito, mas só funcionava quando eu jogava pro namorado "ele não quer assim" aí ela respeitava. Se eu falasse eu não quero, ela se ofendia, mas se eu falasse que o meu ex não queria ou não gostava ela respeitava.

Peço para que ela me explique um pouco essa questão do namorado

"Quando saí de casa, eu namorava na época, então ele me ajudou a pintar, eu pintei isso aqui tudinho com ele, aí botar as coisas, ele não morava comigo, mas ajudou no processo. Inclusive estou bem afastada da minha mãe desde que eu terminei com o meu namorado eu me afastei dela porque ela me... Um término é um término e ela ficou meio que do lado dele. Aconteceu uma situação de eu pegar umas mensagens dele com a menina do trabalho e tal, mas, antes disso, eu já tava querendo, sabe? Quando eu vi que não tava mais fluindo assim, a gente não tava tendo uma comunicação boa, eu falei "ah, então... não dá mais". Pra minha mãe não importava muito que não tivesse funcionando pra mim, melhor com ele do que sem ele".

* * *

"Quando eu tava aqui com meu namorado, nossa, eu não tinha conflito algum com minha mãe, precisava ver assim, não tinha conflito algum, aí agora ela não vem mais pra cá pra casa, toda vez que eu vou em casa é um... é um... é uma recepção fria, sabe? É... nossa, não é agradável, sabe?"

* * *

"Ela se diz abandonada assim. E assim, que tá acontecendo, entendeu? Eu abandonei ela mesmo, mas abandonei porque tipo, eu lutei muito pra conseguir, sabe? E eu não... por mim, eu mereço tá onde eu tô e tal, ela merece também ter a filha dela junto dela, mas só que não pode mais ser do jeito dela, entendeu? Eu não posso mais estar lá na casa dela só porque ela quer, ela tem que saber que se eu

vou é porque eu gosto de estar lá, e eu gosto muito de estar com ela, ela é uma mulher maravilhosa assim, só que tipo..."

Pergunto que ela queria quando decidiu sair de casa

"Paz. Eu queria um cantinho que eu me sentisse bem, que fosse meu porque eu nunca me senti muito confortável morando com minha mãe, tudo tinha que ser do jeito dela, até os tupperwares tinha um jeito certo de guardar. Se tivesse fora da ordem já era briga. Era bem complicado. Então eu morava na casa da minha mãe, o meu quarto, ele era um problema também porque não podia ser do jeito que eu queria, tinha que ser do jeito que ela queria, porque ela queria estar arrumando tudo o tempo todo e eu gosto de fazer as coisas quando eu to afim né? Desde pequena nunca fui muito ligada em arrumação e ai eu tinha que fazer obrigada ai que eu não gostava mesmo. Tinha muita imposição de regras, minha mãe limitava minha circulação, receber pessoas, sair".

* * *

"Com a faculdade eu acabava saindo mais de casa, fazendo amizades, tentando me libertar, ganhar forças. Eu tinha um namorado na época que, diferente de mim, não queria sair de casa, a mãe dele não queria que ele saísse de casa, não queria que nenhum dos filhos saíssem de casa, mas ela criava um ambiente de aceitação legal pra eles, tinham liberdade que eu não tinha. Eu não me sentia a vontade de levar amigos pra casa, sempre fui muito tolhida., "vou sair com a mamãe e quando saio com mamãe não posso beber e tal". Minha mãe não negociava nada".

* * *

Eu podia levar namorado pra casa. Foi engraçado...eu já tinha 19 anos quando perdi minha virgindade, eu tava com o M, aí fui lá e falei pra mamãe "ah, eu to pensando e tal..."ela ficou calada, não falou nada, mas eu tinha uma cama de solteiro que era tipo beliche, que vem com a caminha embaixo né? Aí na mesma semana ela me levou na Bemol pra comprar uma cama de casal, ela não tocou no assunto, não me instruiu, não conversou. Logo depois ela faria uma viagem e falou pra eu chamar meu namorado pra ficar comigo, pra eu não ficar sozinha, sendo que ela já tinha viajado várias vezes e eu sempre ficava sozinha, mas acho que foi o jeito dela dizer ok. A partir disso ela sempre disse "não quero minha filha em Motel,*

se for pra fazer alguma coisa que faça aqui, com a minha supervisão". Mas aí ao mesmo tempo depois criava conflito porque eu levava meus namorados, aí ela já ficava chateada... porque eu tava passando por uma transição na minha vida, me descobrindo... não só sexualmente, mas assim mesmo de não querer estar em casa porque a casa me sufocava, sabe? Então eu ia pra casa pra dormir, passava a minha vida fora de casa e sempre foi assim praticamente".

** * **

"Narra que mãe sempre atribuiu a ela muitas funções, "tem coisas que só eu resolvo pra ela até hoje, principalmente da casa e pagamentos". Tudo era eu que fazia, e isso também era uma coisa que me sufocava demais assim, porque eu tinha a minha vida, mas eu tinha que parar a minha vida pra eu fazer o que ela queria...quando a mamãe dizia "quero ir no supermercado" tinha que ser na hora que ela queria, tipo "tá, meia hora eu tô chegando aí" senão é "ah, vocês não fazem nada por mim, eu tô abandonada, só querem comer, só querem comida na mesa e tal", sabe?... eu também não sei como é que foi a criação dela e tudo, porque deve ter sido muito diferente".

** * **

"Hoje as contas da minha mãe são tudo no débito automático dela, mas assim, tudo que ela precisa que não tá no débito automático ou tudo que é de informática que ela precisa, seja pra imprimir uma folha ela não pede do Jean, ela pede de mim, entendeu? Eu sou a... a TI dela, e o meu irmão é o chofer, né? É o... é o Uber dela. Aí hoje o que me incomoda é isso, é assim, ter que... ter que ainda estar resolvendo algumas coisas, porque assim, o meu sonho era tá totalmente desprendida, estar presa só emocionalmente com ela e tentar ajudá-la de uma forma mais leve"

Anchieta fez questão de falar, em vários momentos que, pela primeira vez na vida estava conseguindo gastar tempo com as coisas dela, decidia o que fazer com seu tempo e dinheiro e o que queria ter ou não na sua casa. "As vezes me desespera saber que eu tô numa busca, que eu tô conseguindo ficar bem comigo, com minha casa, com minhas coisas, mas não estou bem com ela, e assim, eu

ainda tenho isso em mim que pra eu estar 100% comigo, eu tenho que estar bem com ela também, entendeu?"

Tania

Tania já foi apresentada na introdução deste trabalho, trabalhávamos juntas em uma faculdade privada em Manaus, ela professora de Direito e eu de Psicologia. Nos encontrávamos esporadicamente na sala dos professores, apenas nos cumprimentávamos até que em um determinado dia se aproximou e perguntou se poderia conversar comigo sobre um laudo psicológico que foi apresentado como prova em um processo que acompanhava no Núcleo de Práticas Jurídicas da própria instituição. Na ocasião ela não estava com o documento, mas tinha dúvidas se o mesmo podia ser inserido no processo. Combinamos de nos encontrarmos no dia seguinte, um pouco mais cedo para que eu pudesse dar uma olhada. Na época, final de 2018, eu estava como coordenadora de estágio em Psicanálise na clínica de psicologia da instituição e essas dúvidas com relação a validade da documentação psicológica sempre chegava até nós.

No dia seguinte, conforme combinado, nos encontramos, ela trouxe o documento, trocamos poucas palavras sobre o assunto já que ele não cumpria os critérios de descrição dos métodos utilizados. Como tínhamos um certo tempinho, ela perguntou de onde eu era e ao ouvir que era gaúcha queria saber como tinha vindo parar em Manaus. Simplifiquei dizendo que tinha vindo pelo mestrado e que, naquele momento já estava no doutorado, curiosa, perguntou se eu era casada com militar ou meu pai havia sido transferido e disse que não, que era solteira e que minha família seguia morando no Rio Grande do Sul.

Não precisei dizer mais nada, ela imediatamente começou a me relatar como foi o seu processo de saída da casa da mãe. Tania saiu da casa da mãe há 07 anos e desde então vivia sozinha. *"Fiz tudo em segredo, se minha mãe soubesse teria colocado várias pás de cal em cima"*. Na percepção dela, o fato da mãe ser separada e o irmão já ter saído de casa, a colocava numa posição de obrigações e cuidados para com a mãe, a saída dela de casa seria uma perda,

“Para minha mãe era algo desnecessário, ela faria tudo pra eu ficar porque eu tinha uma função na casa. Ela é separada, então eu era a parceira dela pra tudo e resolvia muita coisa pra ela, eu sair de casa era uma perda”.

* * *

“Saí tarde porque queria ir para algo meu, demorei pra encontrar, mas desde que formei queria sair, mas não pra pagar aluguel, ficar em casa era conveniente pra juntar dinheiro”. Ela pensou um pouco e continuou “...mais ou menos, porque eu me dava conta que estando em casa eu acabava assumindo a responsabilidade financeira por algumas coisas, inevitavelmente eu ia gastando meu dinheiro ali e percebi que não ia conseguir construir algo meu estando ali”.

Questiono em que momento contou pra mãe sobre a compra do imóvel

“Coloquei minha mãe no carro e disse que estávamos indo ver uma coisa que eu havia comprado, quando chegamos o apartamento estava pronto, só faltava eu me mudar, ela não tinha o que dizer, aceitou”.

Tania fala sobre isso com certo divertimento, mas ao mesmo tempo se preocupava em deixar claro que vivia muito bem na casa da mãe, que tinha sua privacidade e liberdade e que ambos melhoraram muito com a saída do irmão, *“herdei o quarto dele também”*. Tania falava o quanto a mãe era zelosa e o conforto de que dispunha em casa, tanto na rotina cotidiana quanto na possibilidade de levar rapazes para casa.

“isso de levar pessoas pra dormir em casa não era problema, até porque ela sabia que se fosse, eu teria saído muito antes”.

Questiono o que a levou querer sair de casa

“Minha liberdade, não adianta, é diferente, poder arrumar as coisas do meu jeito, decidir as coisas, morando com ela eu não teria isso, a casa era dela, as coisas eram dela, eu não podia fazer do meu jeito”.

A liberdade a qual Tania se refere parece não estar relacionada aquela liberdade que paira do imaginário social da mulher solteira - a “liberdade sexual”.

Pergunto como ficou a relação dela com a mãe após a mudança

“Ela me cobra muito, cobra presença, se eu não estiver na casa dela pelo menos uma vez por semana, ela faz um escândalo, a cobrança dela é pela minha presença, mesmo já tendo tempo que eu saí de lá”.

* * *

“ Ela tá sempre pedindo pra eu resolver alguma coisa pra ela, pagar as conta, acompanhar em consultas ou quando quer ir num lugar ou outro, coisas relacionadas a tecnologia, aplicativos, sempre tenho alguma coisa pra fazer pra ela”.

Quadro 01: Informações gerais sobre as interlocutoras apresentadas nesse trabalho.

Nome	Idade	Mora sozinha	Método utilizado	Número de encontros	Interlocução desde
Ângela	33 anos	De 2017 à 2020. Casou em 2020	Conversações/entrevista	Mais de 05	2016
Marisa	32 anos	Desde 2019	Conversações	Mais de 05	2016
Ruth	34 anos	De 2017 à 2020. Casou em 2021	Conversações; cartas	Mais de 10	2017
Jaque	32 anos	Não saiu de casa	Entrevista/conversação	02	2018
Eva	34 anos	Desde 2018	Entrevista/conversação	03	2018
Anchieta	31 anos	Desde 2017	Entrevista/conversação	02	2019
Tania	40 anos	Desde 2012	Entrevista/conversação	01	2018

3.1 Aproximações e dissonâncias entre as trajetórias de nossas solteiras...e casada(s)

Para além do estabelecimento de paralelos rígidos entre as histórias aqui apresentadas ou algum tipo de conclusão equivocada ou precipitada, gostaria de fechar esse capítulo com algumas reflexões ancoradas nas recorrentes falas das minhas interlocutoras em torno da questão de sair/ficar na casa dos pais e sobre a ideia de ser "dona da própria casa".

Apesar de cada uma se relacionar de forma muito particular com essas questões e serem atravessadas por possibilidades também diferentes, há algo que parece se repetir em torno de um certo ganho ou perda ao sair/ficar na casa dos pais. Há um imaginário sobre certas vantagens que acreditam que têm ou terão ao tomar a decisão por sair, assim como “conveniências” que perderão e, por isso, decidem adiar ou até mesmo ficar na casa dos pais. Essas pendulações ficam evidentes ao perceber que não é a qualquer custo que suas decisões são tomadas, que o imaginário que norteia uma ideia fora de casa passa por um longo processo de ponderação que inclui aspectos, tanto materiais como psíquicos/afetivos. Estes últimos me parecem muito mais determinantes e geradores de dúvidas do que o aspecto material ou financeiro. A culpa, o medo de não dar conta, de não decepcionar ou fragilização dos laços familiares.

Há algo que não é dito por todas as interlocutoras, na verdade, nada é dito exatamente por todas, mas que parece pairar sobre algumas (Ruth, Anchieta, Jaque, Rai) que é o receio de não dar conta, mas dar conta do que, exatamente? Aposto em direção à fragilização dos laços familiares, do lugar do cuidado, do sustentar uma escolha sob o risco de perder uma posição de privilégio no espaço familiar. Não a toa, parece haver o movimento de inclusão da família na decisão do que fazer, a opinião do outro parece ser uma medida de risco quanto ao que escolher. Afinal, quando imaginam uma vida fora da casa dos pais, imaginam aquilo que lhes falta, mas não tem clareza do que lhes será demandado, como no caso de Eva que se depara com o trabalho doméstico e o tempo que precisa dispor para manutenções da casa, algo que diz lhe irritar, não a ponto de achar que morar sozinha é ruim, pelo contrário, mas a apropriação da vida cotidiana sendo a dona da própria casa lhe traz um tipo de trabalho que não era previsto.

Cada uma, à sua maneira, vai construindo um projeto pessoal possível em que a família segue, de algum modo inserida. Há um interesse pela resolução ou minimização dos conflitos que acaba por produzir, em alguns casos, um fortalecimento familiar, como no caso da Jaque. Eva, Anchieta, Marisa, narram uma certa colaboração familiar em torno da mudança após o período de “luto” de seus pais. Eva e Marisa mudam-se para imóveis de suas próprias famílias, há uma

espécie de consentimento com a saída. Anchieta e Eva são presenteadas por suas mães com objetos que julgam importante as filhas terem em suas casas, parece-me que, por quererem fazer parte, presenteiam-nas como forma de apaziguar os conflitos anteriores. Todos os movimentos feitos pelas famílias no sentido de uma aproximação parecem ser muito mais positivos do que negativos na perspectiva das minhas interlocutoras.

É claro que os desconfortos com relação às cobranças, funções que seguem recebendo, visitas ou intervenções inesperadas em suas casas, cobrança para estarem presentes na casa de seus pais ou eventos familiares as atravessam mas, parece-me que há, e isso é praticamente unânime entre estas, um compromisso com a manutenção de um vínculo com a família, não da forma como estes esperavam, mas também não uma desobrigação ou perda total dos seus respectivos papéis no âmbito da vida familiar compartilhada até então. Ruth só deixa de ser demanda após seu casamento, na sua percepção, agora a família entende suas ausências já que precisa se dedicar ao casamento e a família do esposo. Fora isso, não parece haver nada que elas estejam sustentando em suas vidas, enquanto mulheres solteiras (trabalho, estudo, relacionamentos, viagens, etc) que as desobriguem de estarem cumprindo algum tipo de dever para com a família.

O aspecto da compensação financeira destas para com suas mães ou famílias também aparece, mas não como uma queixa, as queixas parecem estar mais relacionadas aos custos afetivos do que materiais.

Entendemos que o projeto de saída da casa dos pais não pela via do casamento ou união consensual para realização de um projeto de realização pessoal feminino não ocorre sem pendulações em torno de ganhos (fortalecimento) e perdas (fragilização) dos vínculos familiares. Este último, em nenhum dos casos acessados, aparece como algo esperado ou desejado por essas mulheres ou por suas famílias. Ao contrário, a fragilização aparece como algo a ser evitado por todos, mesmo que isso signifique a não saída da casa. Há uma movimentação no sentido de flexibilizações morais por parte da família, até então não disponíveis, como no caso de Jaque, para que a ruptura seja evitada e mais do que isso, que o vínculo se fortaleça em torno da família, assim como há uma movimentação, quando

a saída parece já não poder ser evitada, como no caso de Tania, Anchieta, Eva e Marisa, de uma participação colaborativa e não mais conflituosa.

Parece existir ainda, por parte das mulheres que escolheram sair, uma assimilação e apropriação da vida doméstica um tanto diferente daquela imaginada. Ser dona de uma casa parece abrir um horizonte de novas percepções sobre trabalho doméstico, relação com o espaço, privacidade, autonomia, sexualidade. Mas não só, passam a produzir uma série de novos significados, diferentes daqueles aprendidos em suas famílias, sobre a própria “estética” de uma casa - arrumação, cores, estilo das coisas que decidem ter ou dos presentes que aceitam ou não, plantas, animais domésticos.

No próximo capítulo, pretendo abordar dois aspectos que julgo ainda serem necessários para sustentação desse trabalho. A questão da classe: tanto Ruth como Eva apresentam suas famílias enquanto famílias de classe média e média alta. As demais, apesar de não citarem claramente isso enquanto um aspecto de autorreferência, estão inseridas em um universo intelectualizado e de privilégios materiais que as colocam numa condição de possibilidade de, apesar de estarmos evidenciando que o aspecto financeiro não aparece enquanto um norteador das decisões e queixas dessas mulheres, não posso deixar de inserir essa discussão nesse trabalho.

E ser dona da casa: que me parece um importante articulador que confere poder a essas mulheres, principalmente com relação ao espaço doméstico, uma vez que são elas que estabelecem as próprias condições de existência nesses espaços e em suas relações e decidem como e quando lidar com as demandas cotidianas da casa. Experiência até então desconhecida já que a casa era da mãe. A fala da Eva em torno disso ilustra perfeitamente isso *"Eu tinha alguma noção do que era ter uma casa pra si, cuidar de uma casa, cuidar de si mesma, mas eu não sabia o que era na prática... foi tomar as rédeas da minha vida... agora eu vou controlar essa porra, contas minhas, eu quero isso, não to sofrendo com isso, eu tenho que aprender porque eu quero e pronto". "Essa liberdade de me comandar"*.

Cap 04 - Casas, Domesticidades e Solteirices

Eu tinha alguma noção do que era ter uma casa pra si, cuidar de uma casa, cuidar de si mesma, mas eu não sabia o que era na prática... foi tomar as rédeas da minha vida... agora eu vou controlar essa porra, contas minhas, eu quero isso, não to sofrendo com isso, eu tenho que aprender porque eu quero e pronto". "Essa liberdade de me comandar (Eva)

Decidi iniciar esse capítulo trazendo novamente a fala de Eva citada no capítulo anterior por ilustrar a noção de casa que é acionada ao descrever não só o processo de saída da casa dos pais, mas também de apropriação e domínio dessa nova Casa. Casa¹⁷ aparece na minha pesquisa como uma categoria nativa e me interessa compreender quais os significados atribuídos a esta pelas mulheres solteiras de classe média manauara que tenho escutado ao longo destes últimos anos. Esta noção de Casa aparece inicialmente relacionada com o sair de casa (casa da família de origem) e o imaginário de que ter uma casa resolveria, ao menos em partes, as tensões e conflitos familiares. Posteriormente, já num processo de concretização dessa saída de casa, percebo que minhas interlocutoras começam a se relacionar com uma ideia de Casa que gira em torno de ser A dona da Casa que entendo estar muito próxima de uma ideia de espaço adquirido em nome de um projeto pessoal feminino - independência feminina - que une ainda noções em torno de privacidade, autonomia e liberdade.

Nesse sentido, pergunto-me o que essa nova casa gera? Uma nova família? Uma individualização contra a relação social familiar? Posso considerar que essa casa feita pelas minhas interlocutoras se comunica com os significados de casa levantados nos estudos sobre família e parentesco das últimas décadas?

As questões que me rondam nesse início de escrita do capítulo são diversas, mas espero conseguir responder ao menos em parte aquilo que estou me propondo. Para isso, partirei da bibliografia especializada, onde diversos autores se ocuparam nas últimas décadas, nos estudos de família e parentesco, em descrever uma certa

¹⁷ Opto em apresentar Casa com a letra inicial maiúscula sempre que eu estiver me referindo ou algum outro autor a esta enquanto uma categoria, mesmo que as compreensões sejam diferentes entre si.

ideia ou significado sobre Casa. Quero com isso recuperar essa discussão e, a partir de suas contribuições, compreender de que forma estas se aproximam ou não do universo da minha pesquisa. Meu esforço será o de pensar de que forma a ideia de Casa pode ser compreendida como um operador-chave na constituição dos processos relacionais que envolvem família e classe média manauara dentro de um projeto de realização pessoal feminina.

Para tanto, gostaria de iniciar apresentando o significado de Casa produzido por Woortmann em seu trabalho sobre Casa e família operária realizado no início dos anos 80. O autor parte de uma problemática em torno de como Casa e família vinham sendo percebidos pelos formuladores de políticas habitacionais no Brasil uma vez que estavam interessados em compreender problemas relacionados a moradia incorporando uma ideia internacionalmente produzida sobre chamadas de “necessidades básicas” que abarcavam o problema da habitação como destaque. Woortmann (1981), estabelece uma crítica a essas chamadas “necessidades básicas” por terem sido formuladas por tecnocratas que em geral vislumbravam colocar no mercado internacional uma nova mercadoria intelectual a ser vendida aos governos de terceiro mundo como uma resposta a políticas habitacionais.

Sua crítica se dá em torno dessas propostas de políticas habitacionais não levarem em consideração o verdadeiro significado de Casa, limitando-se apenas a pensar em moradia. Para o autor, morar é, indiscutivelmente, uma necessidade básica, entretanto, a importância da Casa vai muito além de “*um teto sobre a cabeça*” (Woortmann, 1981; pg. 119). Existe uma estreita relação entre Casa e família que precisa ser percebida. A Casa seria crucial, não apenas pelo seu aspecto material, mas também por constituir uma categoria central de domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas familiares.

Nesse sentido, o autor recorre a estudos antropológicos e sociológicos disponíveis a época numa tentativa de compreender quais as concepções sobre Casa estariam operando nas famílias de classe trabalhadora. Em primeiro lugar, a existência de uma família teria como requisito uma Casa - a Casa é sempre pensada pelo grupo em questão como a contrapartida material da família. Em sua pesquisa realizada em Salvador, Woortmann (1975) evidenciou que para o grupo estudado a

mesma palavra - Casa - expressava tanto a ideia de uma estrutura material como de uma organização doméstica. Corroborando com este, outros estudos tanto em áreas urbanas (Heye, 1980) como rurais (Garcia Jr, 1975) revelaram essa mesma compreensão. A estrutura material é, também, uma estrutura simbólica e o lócus de reprodução da força de trabalho de seus membros, na medida que entendemos a família como uma estrutura de reprodução. É no interior da Casa que as famílias constroem seu mundo próprio e se relacionam com o mundo externo (Macedo, 1979 apud Woortmann 1981).

Diante disso, entende-se que a Casa está relacionada com o próprio conceito de família, mas, para o referido autor está mais especificamente relacionada com uma ideologia de família nuclear. Isto quer dizer que, diferentemente de outras sociedades, como alguns países da África Ocidental e México, nas classes trabalhadoras brasileiras, tanto na cidade como entre os camponeses, o casamento conduz à constituição de uma unidade doméstica independente. Segundo dito popular *“quem casa quer casa”*, a família nuclear é o modelo culturalmente legitimado e para se realizar ele exige um espaço privado, a Casa, onde a família então se realiza. A família extensa e seus correspondentes arranjos residenciais é, assim, desvalorizada e sempre que possível evitada. Seria um arranjo doméstico que não corresponde a um valor social e sim a uma estratégia, uma solução temporária para certos estágios de desenvolvimento do grupo doméstico.

Woortmann, ao citar diversas pesquisas, incluindo a sua em Salvador (Woortmann,1975), na Grande São Paulo (Macedo, 1979), em Araraquara (Bilac, 1978), no Nordeste (Barbosa Alvim, 1979), Belo Horizonte (Fausto Neto, 1978), evidencia que a maioria das unidades domésticas na classe trabalhadora dessas respectivas regiões se compõem de famílias nucleares e em todos esses casos, observaram uma forte ênfase na independência e autonomia, sendo a família extensa vista como uma interferência indevida na liberdade e tomada de decisões, como uma invasão da privacidade.

Outra perspectiva de Casa que gostaria de apresentar é a de Wiggers (2006) que a utiliza para aglutinar família conjugal, família extensa, gerações diferentes e parentela ao analisar as relações de família e parentesco que fundamentam e

incentivam um sentimento de pertencer à Caieira da Barra do Sul. Apesar de algumas semelhanças na compreensão sobre Casa entre os autores quanto a exigência de uma habitação para moradia da família conjugal, a autora evidencia em sua pesquisa que esse aspecto é apenas um dos componentes formadores de uma Casa, não sendo este o único marcador determinante para tal, pelo contrário, a autora inclui a família extensa e o convívio entre diferentes gerações como componentes formadores de uma Casa nesta localidade no Sul do Brasil. Percebemos que para Wiggers a convivência próxima entre família nuclear e família extensa não dialoga com o evidenciado anteriormente por Woortmann (1981) sobre ser algo que ameaça de alguma forma uma ideia de privacidade e liberdade.

Em Caieira da Barra do Sul, Wiggers evidencia que:

"uma Casa é um conjunto residencial composto por (1) várias residências, em que o padrão de residência entre os moradores "daqui" é uma habitação servir a uma família conjugal composta de um casal casado e seus filhos solteiros, mesmo antes das modificações atuais no contexto do bairro que estão influenciando a forma de organização familiar. Em cada residência a família conjugal é o centro da organização doméstica, sendo responsável pelo sustento de seus membros e preparo da comida. Na Casa (2) moram principalmente pessoas de uma mesma família extensa (3) de gerações diferentes" (Wiggers, 2006, pg. 119)

É possível perceber que Wiggers (2006; 2021), estende a compreensão de Casa, corroborando com Woortmann (1981) na compreensão de Casa ser pensada como a contrapartida material da família e locus da realização do grupo doméstico, mas, para a autora, o significado de casa possui características que vão para além deste. Esta ocorre em nível mais amplo, nas relações entre gerações diferentes de uma mesma família extensa. A Casa é entendida como uma associação de pessoas a uma propriedade e costumes comuns, além de ser a base para o estabelecimento de solidariedade duradouras e não existe apenas por causa de necessidades imediatas de sobrevivência. Suas razões extrapolam as de razão econômica e são estabelecidas com base em necessidades simbólicas de relação e organização.

"Quando o pai (e/ou a mãe) ou o avô (e/ou avó) é proprietário do terreno onde mora, ou de parte dele, os filhos e netos, ao casar ou para casar, podem receber autorização para construir ali as suas

habitações. Este dono da casa, mesmo que não tenha poder absoluto de decisão sobre a propriedade, tem função de aglutinar a família em torno de si e da casa. Assim, a casa é composta por habitações onde reside o dono mais velho (homem ou mulher), e seus filhos e netos casados com seus respectivos cônjuges e filhos solteiros, cada família nuclear em uma habitação separada, e que, no entanto, são construídas próximas uma das outras” (Wiggers, 2006, pg. 119).

Ainda segundo Wiggers (2006) viver junto cria obrigações mútuas. É este o sentido da Casa que encontrou em sua etnografia na Caieira da Barra do Sul, que é semelhante ao proposto por Pina-Cabral (1991), onde a Casa é unidade social primária no que diz respeito à formulação do pertencimento e da identidade dos sujeitos. É o fato de viverem juntos que cria uma dívida moral dos filhos para com os pais. O autor argumenta que a noção de família favorece a observação de laços interpessoais como elementos da estrutura social, retirando o peso das relações residenciais e econômicas e que a Casa (*household*) faz o encontro entre as práticas de residência e as categorias de parentesco (Pina-Cabral, 1991). Dessa forma, olhar para Casa possibilita que os agentes individuais não sejam reduzidos ao papel de representantes das unidades residenciais produtivas da qual fazem parte, tornando mais complexo o jogo cruzado entre identidades e interesses que caracteriza toda a vida social.

Para Woortmann (1982), a Casa é onde se realiza o projeto de ter uma família, família nuclear, permitindo a realização dos papéis centrais na organização desta, o de pai de família e o de dona-de-casa. Ao apresentar as categorias de “pai de família” e “dona de casa” que correspondem ao marido-pai e à esposa-mãe, evidencia que estes expressam também a estreita relação entre família e Casa como dois elementos de um mesmo domínio ideológico só podendo haver um pai de família se houver uma dona de casa e vice-versa. É possível ser esposa-mãe e marido-pai em qualquer situação (tal como uma família extensa), mas só se poderá ser pai de família ou dona de casa na própria residência.

Nos grupos camponeses, de onde se originam boa parte das classes trabalhadoras urbanas, um indivíduo se torna homem quando se casa, pois é então que se desprende da autoridade e da dominação paterna. Mas, esse mesmo conceito cultural requer uma família nuclear e uma residência independente. Da

mesma forma que a categoria pai de família supõe uma família nuclear e residência, o mesmo ocorre com a categoria mãe de família, pois esta não pode ser realizada numa Casa com mais de uma família. Em cada Casa só pode haver uma dona de casa e em todo o ciclo de desenvolvimento, a dona de casa retém certos papéis centrais, relativos às necessidades básicas da família e, entre elas, cozinhar é percebido como a mais importante. Dessa forma, os papéis de controladora do consumo e de provedor de renda estão intimamente articulados na ideologia da família (Woortmann, 1981).

Bourdieu (2021), ao estudar o Béarn, uma sociedade rural francesa, até então apegada ao direito da progeneritura, descreve a *daune*, a dona do interior doméstico como a "dona da concha".

"O manuseio da concha era a prerrogativa da dona da casa. No momento de sentar para comer, enquanto a panela está fervendo, ela põe "as sopas" de pão na sopeira. Verte no mesmo recipiente o caldo e os legumes; quando todos estão sentados, ela leva a sopeira à mesa, gira a concha para molhar bem a sopa e depois vira a concha para o chefe da família (avô, pai ou tio), que é o primeiro a se servir. Enquanto isso, a nora está ocupada com outra coisa. Para lembrá-la de seu lugar, a mãe o marido diz; "eu ainda não passei a concha" (Bourdieu, 2021, pg. 41).

Anteriormente, no capítulo dois, fiz referência a obra de Bourdieu acima citada de maneira mais detalhada, principalmente com relação ao fato de as mudanças no contexto mudarem as relações de parentesco. Mas, com relação ao trecho sobre a "dona da concha", o autor argumenta que as mulheres solteiras do contexto da sua pesquisa passaram a não quererem mais se casar com os homens do campo uma vez que esse casamento lhes impunha além do isolamento da vida rural a subordinação nos domínios domésticos a sogra, uma vez que ela era a *daune*. Era esperado que a mulher/nora, ao se casar, se curvasse à sua autoridade. Somente com a morte da sogra é que a nora passaria a ser a 'dona da concha'. Casar-se com um homem do campo seria então, para estas mulheres, "casar para baixo".

Essa perspectiva se aproxima daquilo que Woortmann nos apresenta sobre só poder existir uma dona, no caso das classes populares brasileiras das décadas de 70 e 80, uma dona de casa; no caso das famílias rurais francesas apresentadas

por Bourdieu, uma dona da casa. Mais a frente pretendo desenvolver uma certa diferença entre as ideias de dona de casa e dona da casa que parecem se articular com uma diferença também de classe.

Corroborando com Woortmann (1981), ao estudar famílias pobres, Sarti (1996), também faz menção à divisão entre Casa e família, em que cada uma é remetida a gêneros diferentes: ao homem cabe a família; e a Casa é identificada com a mulher. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico, no que se refere à autoridade dentro de Casa e, automaticamente, dentro da família nuclear. A família compreende a Casa e que está, portanto, contida na família, mas o poder é hierarquizado e ao homem cabe maior poder de intervenção.

Já Wiggers (2006;2020), apesar de evidenciar que em cada residência há uma família nuclear e a reprodução dos referidos papéis, privilegia em suas análises sobre Casa a ideia de sujeito aglutinador. Em cada Casa sempre haveria uma pessoa, geralmente idoso, responsável por aglutinar outros moradores em torno de si e de certa forma é ele quem dá unidade à Casa.

"Eu os chamei de sujeitos aglutinadores. Talvez seja possível fazer uma comparação do sujeito aglutinador com o que Fortes (1950) chamou de *headship*, que eu traduziria pela expressão: dono da casa. Na Caieira, o arranjo doméstico sofre modificações se o sujeito aglutinador da Casa é um homem ou uma mulher. Uma mulher sozinha apenas será sujeito aglutinador de sua Casa quando for "velha" e viúva. Em torno da pessoa dela que se organizarão as famílias dos filhos. Um homem sozinho, por sua vez, só será o sujeito aglutinador da sua Casa se houver uma mulher (esposa, filha, prima) que faça as tarefas domésticas femininas. Um homem quando fica sozinho fica completamente desamparado e é enviado para a casa de um filho ou outro parente. O sujeito aglutinador masculino é, necessariamente, o casal, enquanto o feminino também é o casal, só que com marido morto".

Interessante perceber que Wiggers (2006), em seu referido trabalho no Sul no Brasil, aponta que uma mulher velha e viúva pode ser dona de uma Casa, ela tem condições de se tornar o sujeito aglutinador e sustentar uma Casa, o marido morto está ali enquanto uma autoridade, mas essa mulher está sozinha. Já o homem sozinho/viúvo não poderá ser o dono da Casa. É preciso que haja uma mulher para que sua posição se mantenha.

Essa ideia apresentada pela autora, que não foi aprofundada ou foco de sua pesquisa, coloca-me mais próxima do que tenho pensado a partir dos meus dados, de que as mulheres jovens solteiras de classes médias manauaras estão (tentando) reivindicar a possibilidade de fazer Casa sozinhas e ser a dona da Casa aparece no meu campo como um importante articulador que confere poder a essas mulheres, principalmente com relação ao espaço doméstico uma vez que são elas que estabelecem as próprias condições de existência nesses espaços e em suas relações e decidem como e quando lidarão com as demandas cotidianas da casa. Experiência até então desconhecida já que a casa era da mãe. A fala da Eva em torno disso ilustra perfeitamente isso.

Com base na bibliografia especializada utilizada e argumentação feita até aqui julgo ter sido possível perceber as distâncias entre as compreensões de Casa apresentadas. É preciso levarmos ainda em consideração as distâncias temporais entre os próprios estudos. Os autores que citei ao longo desse capítulo estão falando a partir de momentos históricos distintos, décadas de 60, 80, 90, até início dos anos 2000 e sobre outras sociedades e realidades sociais que abarcam principalmente o estudo dos grupos rurais e grupos populares. Mas o ponto que eu gostaria de reforçar e novamente evidenciar é de que todos os autores sustentam, em comum, o fato de que é o casamento que inaugura a possibilidade de ter uma Casa ou residência. Indiscutivelmente “quem casa quer casa”, mesmo que só seja possível se tornar dona da casa após a morte da sogra ou do marido (conforme Bourdieu e Wiggers respectivamente) essas posições só seriam possíveis com a prerrogativa de um casamento. A partir dessas constatações, resgato uma das perguntas apresentadas no início deste capítulo por entender que é possível respondê-la. Questionei, inicialmente, se a Casa feita pelas minhas interlocutoras se comunicava com os significados de Casa dos estudos sobre família e parentesco das últimas décadas e me autorizo a dizer que não. Não é uma Casa como elemento do parentesco e nem uma Casa que só é formada dentro de um casamento. Minhas interlocutoras não são atravessadas por uma compreensão de que só poderão ter ou fazer uma Casa a partir de um casamento. Ao contrário, reivindicam uma Casa

enquanto uma tentativa de sustentação de um projeto pessoal feminino que surge no interior das relações e convivência com a família de origem.

Como discutido nos capítulos anteriores, a tentativa dessas mulheres saírem de casa não pela via do casamento ou união consensual não é vivida sem tensão ou conflito, pelo contrário, há uma série de tentativas e negociações em torno desse projeto pessoal feminino (de saída de casa sozinha) e a reciprocidade familiar.

A saída, para algumas das minhas interlocutoras, é vista como a única possibilidade de minimização dos conflitos e possibilidade de sustentação de seus ideais relacionados à liberdade, privacidade e autonomia, mesmo que, inicialmente seja um problema, durante a trajetória destas é possível perceber que a família acaba negociando as saídas com a moral familiar através de acordos ou obrigações que estas mantêm com a casa de origem.

Já para outras, a saída, quando não há algum tipo de consentimento ou apoio, costuma ser evitada. A tentativa de resolução das tensões ou conflitos permanece entre o grupo familiar e dentro da casa da dos pais e essas mulheres buscam outras vias, clandestinas ou distantes do olhar familiar, para sustentação de seus ideais, não há, por parte dessas o desejo de sair ao custo de uma fragilização total ou ruptura dos vínculos familiares, como pudemos ver no caso de Jaque, apresentado no capítulo anterior.

4.1 - Um parêntese sobre casa e classe social

Estudos familiares pertencentes às classes ou camadas médias urbanas costumam ter uma conceituação muito abrangente, de acordo com Gilberto Velho (1989). Percebemos que, de um lado, nos estudo das classes médias, estas são tidas como progressivamente inseridas num mundo moderno regido pelo individualismo, onde a cada pessoa é outorgada a possibilidade de uma existência por si, no singular, e onde a individuação pode florir, e de outro lado, os estudos sobre classes baixas, onde o indivíduo está mergulhado no anonimato, ou submetido pelos outro a uma existência coletiva primordial como parte inseparável do grupo, ou seja, numa situação onde a individuação é sufocada.

Discordamos dessa perspectiva homogeneizada e generalista dos estudos de classe pois esta acaba por produzir uma ideia de funcionalismo simplista e esvaziamento das práticas e produções de significado que os próprios sujeitos atribuem aos seus percursos além de sedimentar dualismos já superados.

Para DaMatta (1997), grande parte das pesquisas sobre grupos de baixa renda no Brasil toma como pressuposto que se trata de grupos holistas, na medida em que predominam os interesses do grupo e não existe espaço para projetos individuais. Andrade (2021) discorda e aponta que as pessoas de baixa renda conseguem se individualizar através das relações conjugais, ao constituir um espaço simbólico para si mesmas, o cônjuge e os filhos. Mas o processo de individuação depende da ajuda dos parentes e está carregado de tensões.

Essa perspectiva de individuação através do casamento presente nos estudos de grupos populares corrobora com as noções de Casa apresentadas anteriormente (Woortmann, Wiggers, Sarti, Pina Cabral). Até mesmo Salem (1980), ao apresentar um modelo das classes médias não evidencia processos de individuação¹⁸ possíveis para além do casamento. A classe média também só poderia concretizar Casa e família num projeto compartilhado. O casal igualitário, que constituiria um projeto familiar/de unidade doméstica compartilhado.

Reconhecendo o espaçamento temporal entre os estudos e as mudanças na realidade social, principalmente no avanço das lutas e reivindicações de garantias de direitos femininos em processos emancipatórios (econômicos, sociais familiares e reprodutivos) as minhas interlocutoras estão inseridas num contexto social/familiar em que não há, diretamente, uma preocupação familiar com a renda individual dessas mulheres no sentido de não conseguirem manter uma Casa, essa preocupação também não as atravessa no sentido de haver algum tipo de insegurança com relação aos seus salários ou profissão. Economicamente, elas têm

¹⁸ Devemos levar em consideração as mudanças ocorridas nas últimas décadas no que diz respeito aos processos de união e separação. A realidade social atual permite que as vivências relacionais se deem de diversas formas, fato até então não reconhecido juridicamente e socialmente na década de 80, como divórcios, união estável, casamento igualitário. (No dia 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade no 4.277, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, que buscou a declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões homoafetivas)

condições de manter uma Casa sozinhas. Mas, em contrapartida, existem outras questões morais que fazem com que elas estejam ligadas à família mesmo que financeiramente não precisem manter uma Casa com seus pais. É claro que há, de alguma forma, uma perda para a família quando essa mulher sai e deixa de investir, das mais diversas formas, seus ganhos em casa. Como demonstra Tania:

Saí tarde porque queria ir para algo meu, demorei pra encontrar, mas desde que formei queria sair, mas não pra pagar aluguel, ficar em casa era conveniente pra juntar dinheiro”. Ela pensou um pouco e continuou “...mais ou menos, porque eu me dava conta que estando em casa eu acabava assumindo a responsabilidade financeira por algumas coisas, inevitavelmente eu ia gastando meu dinheiro ali e percebi que não ia conseguir construir algo meu estando ali.

O fato de decidir ficar solteira fez eu me dar conta de que minha história em nada se parecia com a de minha mãe, tampouco com a de minha irmã ou qualquer outra mulher da família, não apenas porque eu não tinha mais um homem para casar, mas também porque eu tinha condições de fazer mais por mim independente desse homem existir ou não. De modo que a ideia de sair de casa foi se fortalecendo e passei a por em prática o plano. (Ruth)

A família de Jaque, em sua estrutura, se assemelha muito ao modelo proposto por Woortmann, de família nuclear. Quando a saída de casa de Jaque é negociada/evitada, esta passa a contribuir financeiramente com a família também como uma forma de negociar algum tipo de autonomia ou liberdade, uma forma de contrapartida material diante das reivindicações que causavam conflitos na família.

Eu sempre ganhei meu dinheiro desde cedo, como não pago aluguel, ajudo, dou uma porcentagem em casa e as minhas contas são minhas. Meu pai não me dá um real, não lembro a última vez que isso aconteceu, muito pelo contrário, eu trabalho, meu irmão que mora conosco trabalha, ele trabalha e a gente ajuda em casa. Eu só não pago aluguel, mas de resto, meu carro, gasolina, roupa, tudo, tudo. Meu irmão faz a parte dele, a minha mãe continua cuidando da casa e cada um vai ajudando a sua maneira. Então a gente fez esses acordos para que a gente pudesse conviver bem e dessa forma eu optei por não sair de casa.

Quando ela traz essa questão financeira amarrada com a resolução dos conflitos, eu digo que gostaria de ouvir um pouco mais sobre a forma como faziam essa negociação. *Eu dou um valor, né? Determinado de acordo com o que eu ganho, é o meu dizimo (risos), os 10%, mais ou menos assim, além disso pagamentos algumas coisas em conjunto, tipo a internet, é fora o dinheiro da casa.*

A questão financeira aparece aqui como uma forma de compensar alguma coisa nessas relações familiares e que dá a Jaque a possibilidade de se ausentar, não exatamente da forma como imaginava que seria possível, mas abre espaço para uma flexibilização da moral familiar, para o desenvolvimento de um projeto pessoal feminino (dormir fora de casa, não ser cobrada com relação a horários, saídas e chegadas, namorado poder dormir na casa dos pais...).

Os grupos, familiares ou outros, seriam coisas que se fazem à custa de um trabalho permanente de manutenção, do qual os casamentos constituem um momento e o mesmo ocorreria com as classes, quando mas existem, o pertencimento a elas se constrói, se negocia, se resgata, se joga. Dessa forma, é preciso superar a oposição do subjetivismo voluntarista e do objetivismo cientista e realista. A classe nunca está nas coisas, ela é também, representação e vontade (Bourdieu, 1989).

Ao discutir classe social, Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (2010) consideram que esta classificação e, de modo específico, a da classe média, se dá em razão da profissão, da origem familiar, das remunerações e modos de consumo e, por vezes, da psicologia da classe média. Para Bourdieu (1989) a classe incorpora sua concepção relacional da vida social. Para o autor a base para a heterogeneidade e a desigualdade é inerente às relações, sustentadas pelas redes de laços materiais e simbólicos, que constituem o objeto para análise social.

As discussões de Velho (1989) colaboram para a compreensão dos estilos de vida urbanos das camadas médias que trazem características pautadas no processo de individualização e psicologização das sociedades, em que os critérios de autonomia e liberdade individuais são pontos de partida para o estabelecimento das relações sociais, acrescidos da aquisição de um determinado poder de

consumo de bens materiais, principalmente de bens culturais, sendo uma classe formada por pessoas mais intelectualizadas. (ANDRADE, 2012). Ulrich Beck (1997) define a individualização como um processo no qual os indivíduos, enquanto agentes da ação, estabelecem formas de vida individual e coletiva e são expressão de suas escolhas. Assim, falar em individualização é colocar o indivíduo como referência, sem, contudo, confundir com a característica de individualismo que tem a ver com processos mais subjetivos.

Reverendo a produção sobre camadas médias urbanas no Rio de Janeiro, Salem (1986), reflete sobre os elementos comuns entre os vários trabalhos cujo objetivo é a apreensão dos valores, visões de mundo e estilos de vida dessas camadas. A autora chama atenção para o fato de que, embora a maior parte deles não verse sobre o tema da família, este é que emerge com todo vigor nas representações e visões de mundo dos grupos investigados. Ao apontar sobre os limites das vertentes sociológicas da estratificação social ou classes sociais a autora busca levar em consideração também distinções de cunho simbólico para delimitar fronteiras entre as diferentes camadas sociais ou entre grupos que, a partir de uma identidade comum, se auto classificam como tal.

Com relação a essa autoclassificação citada por Salem (1986), duas das minhas interlocutoras se narram numa demarcação de classe média/média alta muito clara e que corrobora com os aspectos trazidos pelos autores citados acima:

... a minha família é de classe média alta com privilégios, vivendo numa bolha e agora eles estão começando a ver fora da bolha, mas isso já me irritou muito porque às vezes tinham discussões acaloradas, que eu vinha com uma ideia e eles “não”, “não é isso” e eu rebatia como não gente? Vocês botaram tanto na minha educação e tal, fui lá, expandi minha mente, tô aqui trazendo pra vocês tudo que eu aprendi e vocês não estão conseguindo assimilar. (Eva)

Então eu venho de uma família assim que é muito trabalhadora, muito focada e muito ambiciosa então eles me cobram isso, eles me cobram essa ambição de ter que comprar um apartamento, de ter que aplicar meu dinheiro, sabe? De ter coisas. E eu me desapeguei muito disso nos últimos anos, e isso eles me cobram, essa questão financeira de segurança. Então o fato de eu ser médica e ter o dinheiro

deixa eles “ai, ok. Ela tem o dinheiro dela, ela vai conseguir caminhar” a preocupação dos meus pais na vida é dinheiro (Eva)

A meu ver, minha família é o que comumente se entende por classe média. Meu pai veio de uma família humilde, pai, mãe, três filhos, moravam no antigo bairro do Céu, no centro da cidade. Meu pai cursou engenharia civil na antiga Universidade do Amazonas e casou com minha mãe aos 23 anos. Minha mãe era de uma família separada, meu avô materno saiu de casa, deixando minha avó com dois filhos menores de idade, mamãe tinha 15, meu tio tinha 12. Mamãe casou com meu pai aos 19 anos, tinha o sonho de cursar Farmácia, mas não foi aprovada no vestibular e não tentou novamente, só veio a cursar uma faculdade quando eu já era adolescente. Logo que casaram, meus pais moraram por alguns anos na casa de trás da casa que minha avó dividia com a irmã dela. Quando eu nasci eles se mudaram para a casa do D. Pedro I e acho isso importante dizer, porque o Dom Pedro era um espelho muito preciso da classe média manauara. Hoje acho que já existem outras camadas sociais e o bairro em si tem se tornado muito comercial, mas à época ele era uma bairro predominantemente residencial, tranquilo e muito muito católico. (Ruth)

Diante do exposto, penso que o processo de individuação que aparece enquanto uma possibilidade a partir das noções apresentadas referentes a classe média não deixam claras ou não estão interessadas exatamente em compreender por quais vias este processo seria possível, reforçando apenas o aspecto econômico como norteador das decisões ou possibilidades individuais, que aparece também amarrado a um casamento. E de fato, as mulheres com quem tenho dialogado e que são o universo dessa pesquisa não são atravessadas por uma insegurança ou incerteza com relação a questão financeira, material. Mas, esse aspecto não garante que estejam dispostas a qualquer custo bancar uma Casa, mesmo que tenham condições materiais para tal.

Reforço, mais uma vez, que meu interesse está em compreender esse processo de saída de casa e sustentação de um projeto de realização feminina levando em consideração também os aspectos simbólicos e imateriais vividos no

interior das relações familiares. Entendo ainda que minhas interlocutoras estão tentando sustentar um projeto de realização pessoal feminina através do imaginário de que ter uma Casa/ser a dona da Casa/ lhes garantiria uma gerência sobre suas vidas, mas essa possibilidade ou não de sustentação está atrelada a uma certa tensão entre a compatibilização deste e a moral familiar.

De agora em diante norteearei a discussão ancorada prioritariamente nos meus dados etnográficos a fim de compreender os significados atribuídos por minhas interlocutoras a noção de Casa. A forma como apresentei os capítulos dessa tese permite ao leitor compreender o delicado processo de construção e bricolagem das trajetórias das mulheres aqui ilustradas, incluindo a minha enquanto pesquisadora. As diferentes temporalidades e situações me permitiram acessar diferentes momentos de seus percursos: da saída ou não de casa (da casa da família de origem), o processo de mudança e vivência nessa nova casa, quando concretizada, a relação destas com a ideia de ser dona da casa e a relação com o âmbito doméstico e ainda a relação com a família de origem após a mudança na configuração familiar.

4.2 “Quem casa quer Casa”, mas quem não casa quer o que?

No caso das minhas interlocutoras, querem Casa também. Apesar dessa noção aparecer desde o início do campo, eu não podia imaginar a força que tomaria enquanto um operador chave para compreensão da trajetória de minhas interlocutoras. Na medida em que seus percursos foram sendo vividos e acompanhados por mim, fui percebendo que essa noção ia se movimentando também. Gostaria de evidenciar a forma como Casa foi desenhando para minhas interlocutoras nos últimos anos e como esse processo nos permite visualizar diferentes significados e formas de se relacionar com essa noção ao longo da pesquisa.

Primeiramente, a noção de Casa aparecia ancorada numa ideia de que 1) *Ter uma Casa* resolveria, no imaginário destas, suas questões com relação às interdições familiares e aquilo que não conseguiam negociar ou compatibilizar de suas vivências enquanto mulheres solteiras com os ideais familiares e isso incluía

uma gerência sobre a própria solteirice. As falas das minhas interlocutoras nessa fase do campo giravam em torno das insatisfações vividas na convivência com a família:

Marisa falava de uma preocupação e cobrança constante, principalmente, com relação ao horário de retorno para casa e atribuía isso ao fato de ser mulher. Dizia que os irmãos não eram questionados ou abordados pelos pais e pontuava que o movimento dos pais ocorria por ela querer certa liberdade, *“tenho 28 anos, não sou uma criança”*.

Os conflitos tinham a ver com chegar tarde em casa, eu me sentia uma adolescente e minha vida não era mais compatível com isso. O fato de eu estar solteira era um motivo de grande preocupação pra minha mãe, pois isso significava que eu ia e voltava sozinha para os lugares, dirigia de madrugada. Uma vigília, uma necessidade de controle muito grande por parte de minha mãe e ela entendia que aquilo era o natural e que eu era apenas revoltada, que não tinha consideração por ela. (Ruth)

Meu pai se incomodava muito com minhas saídas. Inicialmente brigávamos muito, isso durou anos. Chegar tarde era um ponto e namorados também. Jaque dizia que não tinha liberdade para levar namorados para dormir em casa, suas saídas eram sempre questionadas como se estivesse fazendo algo de errado, passar o final de semana com um namorado, mesmo que na casa dele, era inadmissível. Um dos conflitos que ainda perdura (já que Jaque decidiu por não sair de casa) é que na visão do pai, ela contribui muito pouco com os afazeres domésticos.

Meu espaço era muito invadido e não era uma invasão normal assim, a minha mãe era muito controladora. Eu, sei lá, não dormia em casa, aí chegava 09h da manhã e minha mãe me ligando, aí eu pegava, olhava pro telefone “eu não vou atender” tem que aprender que eu tô fora de casa. Aí ela chegava em casa “tu não me ligou” eu “mãe, o que tu quer que eu te fale? Tava por aí, mãe, tava com outras pessoas, é isso, a vida é assim” aí ela meio que entendia (Eva)

Ruth era fumante há alguns anos, porém, nunca pôde fumar em casa, seu hábito permanecia como um segredo. *"Sempre criei estratégias para que não desconfiassem"*. Além disso, existiam conflitos com relação ao seu consumo de álcool, medo de que algo lhe ocorresse por sair desacompanhada, as constantes perguntas sobre os lugares que frequentava, além das exigências para se fazer presente no cotidiano da família.

Eva, já morando sozinha, *"só de minha mãe sonhar com isso aqui já era briga"*, referindo-se ao uso da maconha.

Tudo era eu que fazia, e isso também era uma coisa que me sufocava demais assim, porque eu tinha a minha vida, mas eu tinha que parar a minha vida pra eu fazer o que ela queria...quando a mamãe dizia "quero ir no supermercado" tinha que ser na hora que ela queria, tipo "tá, meia hora eu tô chegando aí" senão é "ah, vocês não fazem nada por mim, eu tô abandonada, só querem comer, só querem comida na mesa e tal", sabe?... eu também não sei como é que foi a criação dela e tudo, porque deve ter sido muito diferente.

Tinham coisas que não precisavam ser invadidas e quando eu chegava minhas coisas estavam arrumadas de uma forma que não precisava estar arrumada, poxa, eu arrumei daquele jeito, eu queria daquele jeito. (Eva)

...tudo tinha que ser do jeito dela, até os tupperwares tinha um jeito certo de guardar. Se tivesse fora da ordem já era briga. Era bem complicado. Então eu morava na casa da minha mãe, o meu quarto, ele era um problema também porque não podia ser do jeito que eu queria, tinha que ser do jeito que ela queria, porque ela queria estar arrumando tudo o tempo todo e eu gosto de fazer as coisas quando eu to afim né? (Anchieta)

-Eu até podia levar pra dormir em casa pessoas que eu estivesse me relacionando, mas só homens...e tinham que ser homens que eu tava tendo um relacionamentozinho... meus pais precisavam já conhecer. Mas um homem qualquer não, nem pensar era meio...normalmente, se eu fizesse isso, eu chegava

de madrugada escondida, botava o boy no quarto, chegava o horário “boy, tu tem que vazar antes que a galera acorde. Então isso era foda, sabe?

Minha mãe limitava minha circulação, receber pessoas, sair.(Anchieta)

Morando com ela eu não teria isso (isso de arrumar as coisas do meu jeito), a casa era dela, as coisas eram dela, eu não podia fazer do meu jeito.(Tania)

Vira e mexe ela estava mexendo nas minhas coisas, dizia que tava arrumando, mas ela tava era bisbilhotando. (Ângela)

Os recortes apresentados acima ilustram bem os pontos de tensão vivenciados por estas enquanto ainda moravam com sua família de origem. Mesmo que existissem tentativas de negociação no interior da família, para a maioria destas, a saída da casa aparecia como via de resolução desejada e estava muito próxima de uma ideal de espaço adquirido em nome de um projeto pessoal feminino que unia ainda noções em torno de privacidade, autonomia e liberdade. A negociação familiar, em alguns casos, só acontecia quando essas mulheres já havia, de forma clandestina, se decidido sobre a saída a revelia das opiniões familiares. Como no caso de Tania e Anchieta:

...só falei que ia sair de casa quando o contrato de aluguel já estava assinado, mas ela não aceitou, disse que não queria falar sobre isso e jogou na minha cara que ela só tinha saído de casa casada.

Eu fui esquematizando a minha saída de casa, eu fui vendo, passei um ano, acho que até mais de um ano procurando um lugar que eu pudesse manter. Um amigo sabia que eu tava querendo morar sozinha e me mandou um áudio falando desse lugar. Quando eu vim aqui falei “é aqui”

Eu assinei o contrato e vim um mês depois. Quando eu falei que havia assinado o contrato foi que a ficha dela caiu, ela não tava acreditando, ela passou por um momento de não aceitação, depois veio o “ok, não vamos falar sobre isso” e quando ela viu o contrato e tudo mais ela se “desesperou” e começou a querer fazer parte de tudo, decidir o que eu ia trazer, o que ela ia me dar. “leva esse fogão que eu vou comprar outro pra mim”. Ela não queria que eu pagasse nada e como eu tava ganhando tava feliz né?

Fiz tudo em segredo, se minha mãe soubesse teria colocado várias pás de cal em cima.

Coloquei minha mãe no carro e disse que estávamos indo ver uma coisa que eu havia comprado, quando chegamos o apartamento estava pronto, só faltava eu me mudar, ela não tinha o que dizer, aceitou.

Num segundo momento do campo, já com o processo de saída efetivado, a noção de Casa aparecia mais ligada com uma certa apropriação dessa nova moradia e do espaço doméstico para além das fantasias existentes enquanto ainda viviam com a família. Elas passaram a falar sobre Casa a partir do que estavam experienciando e não mais do que poderia vir a ser, estavam elaborando o que significava ser, enfim, 2) donas da Casa. Inclusive, nesse momento, começam a aparecer também as obrigações que ainda mantinham com a casa de origem ou que eram esperadas destas algo não previsto inicialmente quando imaginavam morar sozinhas, mas esse aspecto abordarei mais adiante.

Sobre morarem sozinhas/serem as donas da Casa:

Essa liberdade, poder andar pelada, fumar meu Beck.

Essa liberdade de me comandar, assim eu achava que eles me comandavam muito ali, sabe? E eles gostavam disso, eles gostavam de tá pagando as coisas, de tá me mantendo porque aí me mantinha no ninho e aí de repente eu “não, não precisa mais nada não, agora é comigo, deixa a bronca comigo” e isso foi muito bom que eu conquistei essa liberdade deles e minha para entender um pouco mais o que é a babilônia mesmo, sabe? O que eu tenho que pagar, o dinheiro que eu tenho que segurar pra minhas coisinhas estarem aqui, minha comidinha. A liberdade como mulher de viver o que eu quero no meu espaço.

Então essa liberdade de trazer quem eu quero na hora que eu quero ou fazer o que eu quero, isso é uma das coisas principais para mim.

Acho que a coisa que eu mais me irrita é ter que ajeitar as coisas da casa, do tipo assim, quebrou a torneira, aí antes, sei lá, “pô, quebrou minha torneira”aí

quando eu via meu pai já tinha ligado pro cara e o cara já tava consertando. Agora não. Se eu não..né, pegar o telefone e combinar com o cara pra ajeitar a torneira e deixar de fazer alguma coisa pra ficar aqui...

Pra fazer essas resoluções práticas da casa eu fico meio “ai que saco, mas tudo bem, é a minha casinha, meu reino, eu tenho que cuidar dele senão ele vai acabar” aí eu acabo ficando de boa, mas eu gosto muito, não vejo as coisas como um fardo, eu me sinto bem por ter esse apartamentozinho aqui, vivendo bem, tá tudo certo, tenho meu dinheirinho pra pagar minhas broncas, se quebrar eu tenho dinheiro pra ajeitar então eu to vivendo um momento muito legal.

É muito diferente, é engraçado que minha mãe me treinou muito bem, minha mãe é super metódica, super, é aquela pessoa que passa o dedo assim “não”. Pra ela é tudo limpinho, bonitinho, a casa dela parece casa de revista. E eu assumi isso porque fui criada para isso e pra evitar brigas eu fazia “ah, tem que arrumar então vou arrumar”, mas a partir do momento que saí de casa eu vi que tem coisas que são desnecessárias e assim, é só perdição de tempo, eu to perdendo tempo que eu podia tá fazendo outras coisas que eu quero porque eu tenho que organizar milimetricamente o espaço perfeito.

Ela tenta me ensinar a cuidar da casa direto, acho que isso nunca vai acabar. Ela fala algumas coisas, mas no mais ela fica só observando, olhando, ela tenta...mas eu vejo que ela já segura o ímpeto dela, de querer opinar. No começo nos primeiros meses ela vinha e falava pra eu arrumar diferente, que tinha que fazer assim ou assado, mas eu falava “ai mãe, eu quero assim mesmo, tá ótimo pra mim” e já mudava de assunto, eu meio que saio pela tangente com ela.

... ela ainda me demanda muitas coisas com relação a minha casa e eu tô constantemente tendo que “mãe, não é assim, eu não sou isso, eu sou outra coisa” sempre tenho que dar uma lembrada de algumas coisas, outras ela já entendeu.

Uma parada que ela sempre fala que já é a terceira vez , eu quero ver se ela vai falar a quarta: aqui em casa eu não tenho empregada, eu chamo uma diarista a cada duas, três semanas, não é nem semanal. Quando tá muito sujo eu vou e limpo, enfim, dou meu jeito aqui e aí ela me deu um jogo de panelas um dia desse, aí eu “ai, brigada, bonitinha e tal, panelinha vermelha” não sei lá o que... e ela “minha filha, fala pra Sandra que quando ela for lavar e não sei lá o que”... e eu “mãe, a Sandra não vive lá em casa, a Sandra vai tipo no máximo 02 vezes no mês, tem que falar isso pra mim, quem lava a panela sou eu, não existe empregada, não existe”. A primeira vez ela já falou recriminando “ai porque essas meninas vão lavar... e eu “mãe, não existe menina lá em casa, a menina sou eu, eu que vou lavar então fala pra mim.

Paz. Eu queria um cantinho que eu me sentisse bem, que fosse meu.

Minha liberdade, não adianta, é diferente, poder arrumar as coisas do meu jeito, decidir as coisas, morando com ela eu não teria isso, a casa era dela, as coisas eram dela, eu não podia fazer do meu jeito.

Só de ter o meu canto, nossa, não quero mais nada da vida.

Anchieta fez questão de falar, em vários momentos que, pela primeira vez na vida estava conseguindo gastar tempo com as coisas dela, decidia o que fazer com seu tempo e dinheiro e o que queria ter ou não na sua casa. "As vezes me desespera saber que eu tô numa busca, que eu tô conseguindo ficar bem comigo, com minha casa, com minhas coisas, mas não estou bem com ela, e assim, eu ainda tenho isso em mim que pra eu estar 100% comigo, eu tenho que estar bem com ela também, entendeu?"

Quando eu mudei pra cá, eu cheguei aqui e “uau meu Deus, minha toca maravilhosa”. Todo dia tinha gente aqui, aí durou uns 02 meses. Tu cansa de ter todo o tempo que arrumar a bagunça de um monte de gente na tua casa, aí foi quando eu comecei a lidar com a solidão mais, ficar sozinha.

Ela se diz abandonada assim. E assim, que tá acontecendo, entendeu? Eu abandonei ela mesmo, mas abandonei porque tipo, eu lutei muito pra conseguir, sabe? E eu não... por mim, eu mereço tá onde eu tô e tal, ela merece também ter a filha dela junto dela, mas só que não pode mais ser do jeito dela, entendeu? Eu não posso mais estar lá na casa dela só porque ela quer, ela tem que saber que se eu vou é porque eu gosto de estar lá.

É interessante perceber que a forma como se relacionam com essa Casa continua em alguma medida vinculada aos ideais de independência, privacidade e autonomia, mas, não necessariamente, voltado para um aspecto sexual, como comumente é pensado e até mesmo evidenciado na literatura. Gonçalves, (2009), aponta que morar só numa sociedade ordenada para a família e o casamento parece uma extravagância que, no caso das mulheres, pode receber ainda algum tipo de julgamento. A “solteira” tende a ser vista como uma mulher a quem falta ou sobra sexo; se é solteirona, falta sexo, se é “solteira” independente, é definida por uma suposta liberdade sexual que a torna potencialmente uma ameaça às outras mulheres “compromissadas” e um atrativo aos homens. Ao discorrerem sobre suas experiências morando sozinhas, Laura e Jussara, interlocutoras da referida autora, oferecem um cenário no qual o imaginário social está permeado pela ideia de que uma mulher que mora só é sexualmente “livre” e “disponível” para os homens.

A liberdade a qual minhas interlocutoras se referem diz mais respeito a uma apropriação, principalmente do espaço doméstico, que lhes confere poder em estabelecer suas próprias condições de existência nesses espaços e em suas relações pois são elas que decidem como e quando lidarão com as demandas cotidianas da Casa e com aquilo que julgam ser prioritário. Percebo ainda uma relação dessa noção de liberdade com experiências vinculadas ao próprio corpo, o poder fazer usos de substâncias, seja álcool, cigarro, maconha sem constrangimentos, o “andar pelada” ou estarem vestidas da forma como quiserem dentro das suas próprias Casas. Além das suas experiências relacionais, amizades ou romances, poderem ser vivenciados sem a necessidade de um crivo de aprovação ou autorização para circulação no interior doméstico. Experiências até

então desconhecidas já que a casa em que viviam era entendida como domínio da mãe. A mãe era a dona da Casa.

É interessante perceber que nem tudo relacionado a essa Casa lhes agrada, o precisar lidar com a manutenção da casa, o tempo gasto para tarefas domésticas, o ter ou não uma diarista ou pessoa para a qual se destina o trabalho doméstico também aparece. A mãe de Eva, por exemplo, parece se relacionar com a Casa da filha de forma subliminar, reforçando sempre que ela deve lidar com a Casa sem atuar diretamente sobre os afazeres domésticos. Julga que a filha se relaciona com a Casa comandando o serviço doméstico executado por outra pessoa. Mesmo que a filha diga que ela é a “menina “que cuida da casa, a mãe insiste para que ela ensine a “empregada”. É claro que minhas interlocutoras não podem ser lidas como as donas de casa descritas nos estudos familiares no sentido do trabalho doméstico e domínio da cozinha. Há uma tentativa destas de familiarização com esses aspectos da domesticidade, cozinhar ou limpar, mas, esses aparecem em suas vivências cotidianas muito mais em termos de vontade/desejo de fazer ou aprender do que como uma obrigação da vida doméstica.

Essa diferenciação entre dona de casa e dona da casa me parece pertinente já que aparece durante a construção deste último capítulo, principalmente na compreensão de Wortmann(1981) de que toda Casa tem, inevitavelmente uma dona de casa, mas a compreensão do autor atrelada a essa categoria e que Wiggers (2006) também corrobora, diz respeito a um recorte de estudos de famílias pobres em que o papel da mulher no âmbito doméstico estaria atrelado às necessidades básicas da família, como cozinhar e ser a responsável pelo controle do consumo familiar. Já a ideia de dona da casa que aparece na fala das minhas interlocutoras parece estar mais próxima dos imaginários que vão construindo em torno dessa ideia de apropriação de uma Casa do que de uma noção de papel previamente esperado destas.

Um último aspecto em torno da noção de Casa gostaria de apresentar neste capítulo, antes de um fechamento, diz respeito às (3) obrigações que as solteiras mantêm com Casa de origem mesmo morando sozinhas. Esse aspecto aparece enquanto algo inegociável pelas famílias e que estas, de alguma forma optam por

ceder, quase como uma compensação. Já vimos que em alguns casos há a compensação financeira (como no caso de Marisa), mas a que me refiro nesse momento, diz respeito a ser demandada a continuar cumprindo determinadas funções ou papéis na configuração da família nuclear que as mães, principalmente, julgarem importantes.

Julgo que esse aspecto das obrigações mantidas com a Casa da família é importante de ser evidenciado, pois todas as minhas interlocutoras falam sobre algum tipo de “cobrança”, sem exceção. Mesmo a Jaque, que optou em permanecer morando com os pais após algumas flexibilizações em torno de suas demandas, é atravessada por algo que não é negociável e ela demarca que esse é o lugar da exigência da mãe.

Jaque diz que a mãe, apesar de sempre ter dado a ela todos os votos de confiança nesse aspecto, de esperar que a filha se faça presente nos momentos familiares, é bem autoritária. *"Eu preciso estar presente em momentos específicos, passeio em família, reunião, festa, mas não existe mais a cobrança de eu estar em casa. Essa liberdade eu consigo ter. Eu tive que lutar, entendeu? Briguei muito pra construir a relação que eu tenho hoje, na verdade acho que briguei também pra não sair, mas pra ficar bem"*.

Todas, sem exceção, entendem que precisam atender a essa demanda familiar/ da mãe, como poderemos ver nos trechos a seguir:

"...mesmo morando fora, meus pais demandavam muito a minha presença, como forma de me manter por perto. Queriam que eu os visitasse, fosse sempre aos encontros da família, essas coisas. Eu ia a tudo sempre que possível, mesmo às vezes não querendo. E almoçava com eles religiosamente aos sábados. Quando eu faltava por ter algum compromisso ou outra coisa, eles costumavam reclamar".

Ruth evidencia que as exigências da família só diminuíram quando ela casou *"isso mudou quando eu me casei. O fato de ter a família do meu marido para visitar era uma justificativa aceita com mais facilidade. Muitas coisas ficaram mais fáceis. Percebi menos cobranças e inclusive achei que eles aceitaram mais facilmente a minha mudança de país, pois eu vim casada. Eu me senti olhada de uma forma*

diferente por toda a família. Sentia dos meus pais um certo alívio, dos outros uma espécie de empatia como se dissessem “poxa, ela finalmente encontrou alguém”.

“No começo como eu fiquei muito empolgada de tá aqui aí eu ficava muito tempo aqui, aí minha mãe ficava “ai, tô com saudades, né, aparece aqui” aí eu “pô mãe a vida tá agitada”

“Outra coisa que me cobram é porque sou muito desapegada dos familiares, dos eventos de família, vou fazendo meus rolês e viajo bastante e aí minha mãe fica incomodada pelo fato de eu viajar muito, de eu não aparecer tanto lá. Eu acho que essa cobrança dela é do tipo medo de eu não me fixar, ela tem esse medo de que parece que eu to sempre a deriva, não to me fixando, ela quer que eu crie uma raiz”

“Quando eu chego na casa dos meus pais, minha mãe já chega me dando alguma coisa pra fazer “ai não to conseguindo acessar o Netflix”. Geralmente coisas tecnológicas “teu irmão não fez tal coisa, vai fazer isso”. Meu pai não, ele é bem de boa. Mas minha mãe tenta me incluir na dinâmica da casa dela”.

“eles me cobram isso, eles me cobram essa ambição de ter que comprar um apartamento, de ter que aplicar meu dinheiro, sabe? De ter coisas. E eu me desapeguei muito disso nos últimos anos, e isso eles me cobram, essa questão financeira de segurança”.

“Eles já tentaram conversar comigo sobre como administrar meu dinheiro, mas eu fui relutante, falei “galera, eu não penso assim, desculpa, não é a minha vibe”.

“Hoje as contas da minha mãe são tudo no débito automático dela, mas assim, tudo que ela precisa que não tá no débito automático ou tudo que é de informática que ela precisa, seja pra imprimir uma folha ela não pede do Jean, ela pede de mim, entendeu? Eu sou a... a TI dela, e o meu irmão é o chofer, né? É o... é o Uber dela. Aí hoje o que me incomoda é isso, é assim, ter que... ter que ainda estar resolvendo algumas coisas, porque assim, o meu sonho era tá totalmente desprendida, estar presa só emocionalmente com ela e tentar ajudá-la de uma forma mais leve”

“Ela me cobra muito, cobra presença, se eu não estiver na casa dela pelo menos uma vez por semana, ela faz um escândalo, a cobrança dela é pela minha presença, mesmo já tendo tempo que eu saí de lá”.

“Ela tá sempre pedindo pra eu resolver alguma coisa pra ela, pagar as conta, acompanhar em consultas ou quando quer ir num lugar ou outro, coisas relacionadas a tecnologia, aplicativos, sempre tenho alguma coisa pra fazer pra ela”.

Os recortes apresentados acima ilustram como tende a funcionar a dinâmica das minhas interlocutoras com relação às exigências familiares. Estas aparecem de forma mais expressiva no que diz respeito a continuarem presentes, em alguma medida, na Casa de suas famílias, a elas são delegadas funções que de alguma forma as mantêm vinculadas com o interior doméstico da Casa da mãe.

A dinâmica estabelecida lhes possibilita uma circulação na Casa feita por elas para elas, em que, na maioria das vezes, a família de origem não circula sem ser convidada e até mantém um certo afastamento (como no caso de Eva, Anchieta, Tania, Ângela) e na Casa da família, já que todas, para além das obrigações apresentadas, mantém o privilégio de circular como se ainda fossem moradoras. Marisa, Ruth, Eva e Tânia falam sobre não precisar avisarem quando vão até a Casa dos pais e mantêm chaves e livre acesso mesmo quando não há ninguém em casa.

É interessante perceber que existe uma pendulação ora para estar mais próxima dos privilégios em se manter vinculada a Casa de origem e ora mais próxima das tensões que voltam a surgir com tal proximidade/demandas. Como evidenciado no capítulo dois, assumimos uma compreensão sobre solteirice que privilegia o deslocamento, entendendo que os processos de circulação não são rígidos e nem únicos, que existe uma mobilidade que permite constantes rearranjos e mudanças naquilo que estão produzindo enquanto uma tentativa de nova configuração familiar. Dessa forma, entendo que a Casa feita por minhas interlocutoras parte de uma tentativa de individuação, mas não é uma individuação em detrimento aos vínculos familiares. Pelo contrário, é uma tentativa de individuação dentro de um grupo familiar.

Com base no material exposto sobre Casa (1) *ter uma Casa*, (2) *ser dona da Casa* e (3) *as obrigações mantidas com a Casa de origem*), resgato novamente perguntas apresentadas no início deste capítulo por entender que é possível respondê-las: perguntei-me, inicialmente o que essa nova casa gera? Uma nova família? Uma individualização contra a relação social familiar? Entendo que a família não reconhece essa nova Casa como uma família uma vez que minhas interlocutoras seguem vinculadas em alguma medida ao ideal familiar de que ainda virão a casar e aí sim serão desobrigadas das responsabilidades com a família de origem. Mas acho que minhas interlocutoras estão olhando para outros aspectos que lhes interessam ao pensar sobre Casa.

Essas mulheres de camadas médias não querem ou resistem a ideia de que fazer uma Casa precisa necessariamente estar vinculada a constituírem uma família. Dessa forma, efetivam um projeto em que a Casa lhes garante algo semelhante com a noção de casa do Woortmann (1981), no sentido de uma unidade doméstica independente com forte ênfase na independência, autonomia e privacidade, mas não pela via do casamento, como proposto pelo autor. E esse processo de individuação não ocorre contra a relação social familiar como pensei anteriormente. A Casa que minhas interlocutoras fazem mantém obrigações com a Casa da família de origem.

Por fim, poderia sintetizar alguns aspectos da ideia de Casa que atravessa minhas interlocutoras, bastante idealizada, mas que elas conseguem concretizar, apesar do desejo das mães, das contrariedades familiares. Dentro desse leque de narrativas anteriormente apresentadas, Casa pode ser: uma habitação ou unidade doméstica independente, as responsabilidades financeiras para manutenção desta, a relação que estas estabelecem com esse espaço doméstico no sentido de terem o poder de decidir sobre o mesmo, a circulação de pessoas que elas escolhem para estar nesses espaços, a relação que elas fazem da Casa delas com a família de origem.

Conclusão

As famílias e suas dinâmicas relacionais/morais têm sido objeto de estudo da antropologia social há décadas. A relação entre família e parentesco, bem como a importância do casamento na constituição desta são temas recorrentes na literatura especializada. No entanto, as mudanças sociais das últimas décadas produziram um avanço em discussões até então pouco exploradas, principalmente, aquelas interessadas em evidenciar questões de gênero. No caso da solteirice, foco da presente tese, percebemos que os estudos familiares acabavam, muitas vezes, por reificar um lugar pouco confortável de se estar, enquanto uma mulher solteira, onde a satisfação e o valor social não pareciam possíveis.

A estas, não restava outro destino a não ser lidar com o “fracasso” por não terem conseguido um casamento. Já os estudos feministas, interessados nos horizontes de sociabilidade e autonomia, estavam interessados em apresentar a relação da mulher com “seu poder” de decisão, mesmo que isso gerasse uma ruptura ou fragilização dos vínculos familiares. Ambas as perspectivas teóricas, apesar de suas devidas contribuições, foram insuficientes para sustentação dos dados etnográficos da presente tese.

A partir dessas compreensões mais recorrentes na literatura, nossa tentativa de contribuição em torno das discussões entre família, casamento e solteirice, foi fazer uma discussão contemporânea de como a solteirice aparece para mulheres solteiras de classe média na cidade de Manaus, procurando escapar de reificações da vida cotidiana e não cair num reducionismo sobre as conquistas e reivindicações femininas, incluindo o morar só como são mero produto da modernidade. Além disso, pudemos constatar que nossas interlocutoras em nada se aproximam da ideia de celibato/solteirice apresentada pela bibliografia especializada até então produzida entre os anos 70 e 80, pelo contrário, o detalhe da solteirice contemporânea que encontramos está sustentado por uma mobilidade que as permite não habitar nem o vazio e nem as posições fixas previamente definidas socialmente.

Ainda nesse sentido, ainda que marcada por uma certa recusa do casamento, essa vivência em nada inviabiliza experiências afetivas, relacionamentos duradouros, casamentos não judicializados ou reconhecidos, desejo por filhos sem a necessidade de uma convivência marital etc..com a reciprocidade familiar.

Dessa forma, para além das generalizações que parecem definir um estado tomado como dado no que diz respeito a “estar solteira ou estar casada”, estivemos interessados em olhar para o detalhe por trás dessas definições, para os movimentos e pendulações produzidos em constante tensão entre autonomia feminina e reciprocidade familiar.

Nos deparamos com mulheres que narram suas trajetórias de solteirice e saída da casa dos pais não por prescrição de um projeto familiar, mas enquanto uma decisão, mesmo que fossem preferenciais a um casamento, elas abrem mão desse imaginário sobre os ganhos de um casamento, não de forma definitiva, na busca por construir suas próprias representações sobre o valor social em torno de suas vidas. Percebemos também que a opção de não se casar aparece de múltiplas formas e pode ser transitória ou não, mas mantém em comum o fato de ser, ainda que de forma diferente, mediado ou interditado pelos ideais familiares - valores familiares ou projeto de família - aqui entendidos como sinônimos.

Assim, reconhecemos que há uma tentativa dessas mulheres em sustentar uma gerência da própria solteirice, que está ligada a um processo histórico de reivindicação e luta pela autonomia feminina, mas este não ocorre totalmente desarticulada dos ideais de suas famílias, isso mais fortemente quando ainda não são ‘donas da casa’, estando sujeitas a mais interdições familiares.

Nesse sentido, entendem que a saída da casa dos pais possibilitaria a sustentação de um projeto de realização pessoal feminina que, através do imaginário de que ter uma Casa/ser a dona da Casa, lhes garantiria uma gerência sobre suas vidas, atrelada a ideais de liberdade, autonomia e privacidade, mas essa possibilidade ou não de sustentação estaria ainda atrelada a uma certa tensão entre a compatibilização deste e a moral familiar. Tanto essas mulheres como suas

famílias fazem questão manter alguns privilégios/obrigações da vida familiar de origem.

A busca de autonomia feminina evidenciada inicialmente nesse trabalho foi se desdobrando num desejo de sair da casa dos pais e a tese foi se transformando de uma questão muito próxima do feminismo para uma questão de família, parentesco, relações de gênero e gerações. Esse desdobramento é perceptível na própria escrita da tese. Nesse sentido, a ideia de solteirice e autonomia feminina são alimentados até certo ponto da tese, mas no decorrer do trabalho meu esforço foi de olhar para a solteirice para além de uma perspectiva feminista, muito ligada a um feminismo neoliberal que olha para a autonomia das mulheres como uma autônoma ligada ao dinheiro, a independência financeira, ao morar sozinha, a poder pagar por uma moradia. Desse modo, olhamos para a solteirice enquanto uma categoria antropológica amarrando a discussão da tese com ênfase na manutenção dos vínculos familiares.

Nesse trabalho, levei em consideração a ideia de que as impressões que as famílias dessas mulheres tinham sobre elas e sobre esse movimento que elas tentavam fazer de morar sozinhas eram impressões que importavam – poderia ter me voltado apenas para o esforço dessas mulheres em busca da autonomia feminina, mas a tese me levou para uma discussão em que elas davam valor ao que as famílias delas pensavam sobre elas e o processo de construção dessa autonomia.

Além de serem famílias questionando esse processo de autonomia e ações dessas mulheres para constituir uma casa ou moradia eu tentei enfatizar a ideia de que são as mães as principais porta vozes dessas tensões. Parecia haver para além da questão da autonomia uma tensão entre mulheres – disputas entre lógicas de ser mulher e ser dona da Casa. Uma disputa moral, disputa geracional e de valores em torno do significado de ser mulher e ser dona da Casa. O desfecho de como Casa se tornou uma categoria importante para articulação entre solteirice e família foi construído no processo de escrita da tese. A princípio o trabalho se propunha a mostrar as trajetórias dessas mulheres que queriam sair da casa dos pais, mas ao

trabalhar com a categoria nativa de Casa, a tese tomou outro rumo, tornando-se muito maior que o tema.

Além dessa tese ser uma tese sobre gênero, família e parentesco também é uma etnografia de mulheres de classe média com acesso a lógicas particulares, que eu poderia aproximar de lógicas burguesas sobre casa, moradia e trabalho doméstico em uma região metropolitana muito particular que é a Amazônia.

Nesse sentido, essa tese visa contribuir ao olhar para esse grupo específico oportunizando comparações entre as lógicas morais e organizações de famílias de classe média em contraposição com as lógicas morais e organizações de famílias e de mulheres de grupos populares. Busquei olhar para as questões das minhas interlocutoras, questões essas que foram apresentadas tanto como questões afetivas/subjetivas quanto práticas em torno do morar sozinhas sem valoração moral ou espécie de julgamento sobre eles. Os motivos e argumentos destas nunca me pareceram fúteis.

Por fim, no que diz respeito a família, atualizamos o valor da solteirice e das expectativas em torno de mulheres que não tem relacionamentos/casamentos legitimados pela família além de sair da discussão clássica em que as mulheres solteiras eram as que tinham um papel específico nas relações familiares como por exemplo as mulheres de fino trato, as mulheres que ficam responsáveis pelos cuidados dos velhos, as mulheres que fazem a vinculação entre família e igreja. Nesse sentido, trouxemos novos aspectos para compor essa gama de representações em torno da solteirice feminina, incluindo os casamentos que não são legitimados pelas famílias ou a ausência de casamento e esperamos que esta tese contribua para o debate sobre a solteirice na antropologia social, fornecendo novas perspectivas e reflexões sobre um tema cada vez mais relevante no mundo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Darlene Silva Vieira. A "solteirice" em Salvador: Desvelando práticas e sentidos entre adultos/as de classes médias. Salvador - Salvador, 2012.

ANTUNES, Mariana. Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010 In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira. A "solteirice" em Salvador: Desvelando práticas e sentidos entre adultos/as de classes médias. Salvador - Salvador, 2012.

BATISTA, B. Luana. Diabos no Sertão: Fazendo família, (re)fazendo gênero. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.16 - 2019

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva In: ANDRADE, Darlene Silva Vieira. A "solteirice" em Salvador: Desvelando práticas e sentidos entre adultos/as de classes médias. Salvador - Salvador, 2012.

Bonetti, Alline. d. (2009). Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, 105-122.

BOURDIEU, P. Da regra às estratégias. Em: coisas ditas. SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. Cap V Em: O poder simbólico. Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato. (Org.). A sociologia de Pierre de Bourdieu. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191

BOURDIEU, Pierre. O baile dos celibatários: crise da sociedade camponesa no Béarn; tradução, apresentação e notas Carolina Pulici.-São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

Bruschini, Maria Cristina. Mulher, Casa e Família, Cotidiano nas camadas médias paulistanas. Editora Revista Dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

BUFON, Roseli. Morar só: uma etnografia do espaço doméstico de um grupo de homens das camadas médias intelectualizadas. Revista de Ciências Humanas, vol. 15, n 21, Florianópolis, Editora da UFSC, 1997, pp. 171-186

CASTRO, Rosana. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra coronavírus no Brasil. Horiz. Antropol., Porto Alegre, ano 27, n 59 p.71-90, jan/abril. 2021

COLLINS, Patrícia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica; 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

DA MATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo ou como Ter “Anthropological Blues” , p. 23-35. In: NUNES, A O. A Aventura Sociológica. Ed Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

DAMÁSIO, Ana Clara. Como pode o “Outro” narrar? Considerações sobre viver, fazer e escrever na Antropologia. PÓS, vol. 16, no 1, 2021.

DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: FRACHETO, Bruna, CAVALCANTI, M. Laura, e HEILBORN, M. Luiza. Perspectivas Antropológicas da Mulher, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORRÊA, Mariza. Colcha de Retalhos (ed). Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade. São Paulo, IFAN/CDAPH/Universidade São Francisco e Fapesp, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E.E., 1950, "Social anthropology: past and present", *Man*, 50 (198): 118-124.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do não-casamento entre pequenas burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História* (18), 1989, pp.90-120.

FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Cláudia. "Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações", *Cadernos Pagu*, 29: 9-35. 2007

FONSECA, C. L. W. Família e Parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea. In: Carlos Benedito Marins; Luiz Fernando Dias Duarte. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 123-154.

GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto Da Matta 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 2013

GONÇALVES, Eliane. Vidas no singular: noções sobre "mulheres sós" no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Orientadora: Adriana Piscitelli. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2007.

GONÇALVES, Eliane. Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a "solidão" das "solteiras" na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 189-216, jul./dez. 2009

GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: 1990.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo. In: Trabalho de Campo e Subjetividade, UFSC/PPGAS, Florianópolis, 1992.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1967 [1958]. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial, trad. Plínio Dentzien, Campinas, Ed. Unicamp, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. (2019). Caçando os devoradores: Agência, “meninas indígenas” e enquadramento neocolonial. Revista de Antropologia, 62(1), 07-34.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1995.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PINA-CABRAL, João de. Os contextos da Antropologia. Coleção Memória e Sociedade, ed. Lisboa: Difel, 1991.

REYNOLDS, Jill. The single woman: a discursive investigation. London and New York: Routledge, 2008.

RODRIGUES, Lélia L. O avesso ao casamento. Anuário Antropológico (91), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, pp. 139-166.

SALAZAR, V. S. S. Etnografia feminista da maternidade: as experiências de mulheres-mães de camadas médias brasileiras e venezuelanas compartilhadas nas redes sociais. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SALEM, Tania. O Velho e o Novo: um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares, Petrópolis, Vozes, 1980

SARTI, Cynthia Andersen. Família e individualidade: um problema moderno, p. 39-50 In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) A Família contemporânea em Debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SARTI, Cynthia A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisal. (org.) Gênero sem fronteiras. Florianópolis, Editora Mulheres, 1997, pp.153-168.

SARTI, Cynthia Andersen. Trabalho apresentado no GT "Família e Sociedade", no XXIII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), Caxambu, 19 a 23 de outubro de 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. "Deixarás pai e mãe": Notas sobre Lévi-Strauss e a família. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, volume 16(1): 31-52 (2005)

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 7 ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].

VANCE, C. S.; SNITOW, A. Toward a conversation about sex in feminism. Signs, Chicago, v. 10, n. 11, p.126-135, 1984. In: GONÇALVES, Eliane. Nem só nem mal

acompanhada: reinterpretando a “solidão” das “solteiras” na contemporaneidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 189-216, jul./dez. 2009

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

VELHO, Gilberto; Kauschnir, Karina. (Org.). Pesquisas Urbanas, Desafios do trabalho antropológico. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2003

VELHO, Gilberto; Kaudchnir, Karina (Org). Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

WIGGERS, Raquel. Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.

WIGGERS, Raquel. “Sou daqui da Caieira da Barra do Sul”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2006.

WIGGERS, Raquel. Casa como elemento do parentesco em duas localidades no sul do Brasil. Aceno – Revista de Antropologia do Centro Oeste, n. 15, v. 07, 2020.

WOORTMAN, Klass. "Casa e Família Operária". In: Anuário Antropológico/ 80, Direção: Roberto Cardoso de Oliveira, Edições Universidade Federal do Ceará/ Tempo Brasileiro, Fortaleza- Rio de Janeiro, 1982.